

1 **Ministério da Justiça**

2 **Segurança Pública**



Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp

13 **5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
14 **CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**
15 **CONASP**

16
17
18
19
20
21
22 **9 de julho de 2012**

23
24
25
26
27
28
29
30
31 **Local:**
32 **Ministério da Justiça**
33 **Ed. Sede**
34 **Sala dos Retratos**
35 **4º andar**

36
37 **Brasília, DF**

38
39
40
41
42
43 Transcrição feita por meio da
44 Estenotipia Computadorizada Presencial

45
46 *ipsis verbis*
47

48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (Transcrição)

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do Conselho) – Bom-dia a todos novamente, muito obrigada pela presença. Nós chamamos para esta reunião extraordinária porque nós não queríamos em momento algum atrapalhar o cronograma em que já estava proposto pelos senhores para reuniões ordinárias, mas também foi um compromisso tanto meu quanto do ministro de que assim que pudéssemos e autorizados pela Presidência da República e pela Casa Civil, nós estaríamos compartilhando com os senhores esta iniciativa. Eu gostaria de deixar muito claro que isso é um programa piloto, é o primeiro passo. Segundo passo, não está acabado. Isso é uma política em construção. E por ser em construção é que está sendo colocado aqui porque se tivesse pronto já não adiantava mais trazer para cá. Feita muito com o diagnóstico de Alagoas. Isso não quer dizer que nós façamos a reprodução disso exatamente como está em outros estados do país, é óbvio. Senão tiver o diagnóstico primeiro não dá para propor qualquer ação. As ações propostas aí foram propostas em cima de uma realidade do que se tinha, o que podia ser aportar e o diagnóstico da criminalidade e da violência em Alagoas porque Alagoas, nós vamos ter todos os senões e o porquês disso, vão estar na apresentação. Eu só vou entrar em um pleito que foi trazido aqui nos dizendo o seguinte: esse programa não é um termo de adesão porque não foi lançado ainda um plano no Brasil. Então, não foi um termo de adesão, foi um termo de cooperação técnica, diferentemente de um termo de adesão. Esse termo de cooperação técnica prevê matriz de responsabilidade. Nós temos responsabilidades do estado, responsabilidade do Governo Federal e responsabilidade do governo municipal. E dentre as responsabilidades, é óbvio o fortalecimento dos gabinetes de gestão integrada, com câmaras de avaliação e monitoramento do programa. Eu só peço atenção para não confundamos instâncias. O Conselho Nacional é um conselho deliberativo e consultivo. Deliberativo dentro de suas competências. Para cada programa, estamos reforçando aquilo que este conselho e aquilo que a própria Conferência Nacional de Segurança Pública pediu para que não ausentássemos, ou seja, os gabinetes de gestão integrada e que nos estados os conselhos de segurança tenham assento. Então, vamos tomar cuidado para que não estejamos matando a própria política que nós propusemos. Eu digo isso porque é uma proposta vinda de um conselheiro e apoiado por outros conselheiros de que o Conasp seja comitê gestor desse programa, isso é um absurdo, me perdoem, mas é um absurdo na medida em que nós temos instâncias criadas pelo próprio conselho dentro dos estados. Nós não podemos matar nossa própria política. Se os senhores pedirem que se faça daqui uma recomendação de que nos estados em que vamos fazer o programa tem uma representação do Conasp para acompanhar é tranquilo, sai uma recomendação daqui, mas nós criarmos um comitê gestor para um programa dentro do estado, mas o estado é competente, inclusive para dizer não. Então, é melhor termos uma recomendação e tentar no convencimento, eu acho factível e também se os senhores estão lembrados, eu mesma fui quem propôs de acompanhar as reuniões de avaliação, um representante de cada segmento. Então, nós teríamos em cada reunião de avaliação do programa três conselheiros participando da reunião junto com o ministro, comigo e com o governador. Já teve a primeira, no lançamento o Gandra estava presente, o Humberto presente. E assim vai ser posteriormente. Também nós podemos trazer enquanto Senasp, podemos não, devemos até, aos senhores, a avaliação numérica e os colocando a par de tudo que está acontecendo lá. Sem qualquer problema. A única coisa é que eu acho que temos que tomar cuidado com as instâncias está criando. Cada uma no seu papel realmente para podermos cumprir melhor o nosso papel. Nós vamos passar para a apresentação. Eu só queria combinar com os

98 senhores a dinâmica. Faremos a apresentação no todo e abriremos para debates porque se
99 formos fazendo a parte na apresentação poderemos perguntar alguma coisa que já estará
100 respondida lá no final. Eu estou aqui acompanhada de todos os diretores da Senasp, doutora
101 Cristina, doutor Pedro, doutor André, doutora Isabel, Comandante da Força Nacional, estão
102 todos aqui mais os nossos coordenadores, Kátia, Marcelo, Andréia, Guilherme. Todos aqui
103 prontos a responder aos senhores. Eu digo aos senhores, passei sexta, sábado e domingo lá
104 em Alagoas, o clima lá é outro. O clima em Maceió é completamente diferente. Ontem nós
105 fizemos uma caminhada pela manhã pela praia e a população está ligando no número 181, 38
106 denúncias diárias. Isso significa que estão acreditando naquilo que estamos fazendo. E além
107 das denúncias muitos elogios dizendo que estão confiantes no trabalho e tudo mais. São
108 muitas as coisas para corrigir. Vamos estar muito presentes lá, tem muitas coisas a corrigir,
109 mas no clima geral e nos números de homicídios já houve uma queda significativa que dão
110 para respirarmos lá. Vamos para a apresentação? Doutora Cristina, por favor.

111
112 **A Sra.Cristina Vilanova (Diretora de Políticas, Programas e Projetos da Senasp) –** Nós
113 vamos fazer aqui um jogral porque tem algumas partes da apresentação que são específicas
114 de cada uma das áreas técnicas. Isso é só para vocês verem como é que ficou o nome do
115 programa Brasil Mais Seguro – o pacto para redução de crimes violentos – e também a
116 programação visual que a Secretaria de Comunicação da Presidência da República fez para
117 ele mostrando uma identidade que temos com os demais projetos aqui no Governo Federal,
118 especificamente do Ministério da Justiça. Bom, esse programa de enfrentamento à violência é
119 um dos programas prioritários da Presidência da República, do Ministério da Justiça e
120 também da Secretaria Nacional da Segurança Pública. Entre eles temos o Plano Estratégico
121 de Fronteiras, que está vinculado diretamente à Presidência da República e no âmbito da
122 Secretaria Nacional de Segurança Pública trabalhamos com o Enafrom que é a Estratégia
123 Nacional de Segurança Pública, que acredito que já tenhamos feito essa apresentação aqui
124 para o Conasp onde o nosso papel é fortalecer a atuação dos 11 estados fronteiriços e
125 também trabalhar com os municípios dessas regiões de fronteiras e pela Força Nacional o
126 apoio à Operação Sentinela às polícias federais. O segundo programa é o Crack – é possível
127 vencer – que também já apresentamos aqui para vocês, que no âmbito do Ministério da
128 Justiça nós temos a Senasp, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, o
129 Departamento de Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal e também trabalhamos de
130 forma articulada com o Ministério da Saúde e com o Ministério de Desenvolvimento Social e
131 Combate à Fome. O item 13 o combate às organizações criminosas é uma atuação específica
132 e exclusiva da Polícia Federal, então é desenvolvido e executado por eles; o 4 é o Programa
133 Nacional de Apoio ao Sistema Prisional que está a cargo do Departamento Penitenciário
134 Nacional do Ministério da Justiça; o 5 é o Plano de Segurança para Grandes Eventos, que é
135 desenvolvido por uma Secretaria Especial no âmbito do Ministério da Justiça, a Secretaria
136 Extraordinária para Grandes Eventos, o Sinesp, Sistema Nacional de Informações em
137 Segurança Pública que foi encaminhado pela presidenta quando foi o lançamento do
138 programa do Crack – é possível vencer.

139
140 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
141 **presidente do Conselho) –** Eu me esqueci de compartilhar com os senhores a dar os
142 parabéns a todos nós. Foi sancionada na quinta-feira de manhã a Lei 12.681 que é a Lei do
143 Sinesp, sancionada pela presidenta da República.

144
145 **A Sra.Cristina Vilanova (Diretora de Políticas, Programas e Projetos da Senasp) –** É o 7
146 que é o Programa de Enfrentamento à Violência que tem dois desdobramentos: o Programa
147 de Redução da Criminalidade Violenta que vocês vão ver aqui o que nós pensamos e

148 trabalhamos exclusivamente para o estado de Alagoas e o Programa de Prevenção e
149 Redução de Acidentes de Trânsito que é de responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal.
150 O item 8 de fortalecimento de ações de prevenção para os municípios são ações que já
151 desenvolvemos no âmbito da prevenção da violência e da criminalidade e que elas são
152 complementares, na verdade, a todos os outros programas que temos no Plano Nacional de
153 Segurança Pública. Aqui é um sumário do que vocês vão ver aqui. Um diagnóstico específico
154 de Alagoas, quais são os eixos do plano de ação. O evento de lançamento que vocês devem
155 ter visto falar que foi 27 de junho. Quais são os indicadores que vamos usar, de que forma
156 vamos monitorar, o plano de aplicação e o cronograma. Nosso objetivo específico é induzir e
157 promover ação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de
158 justiça criminal para redução dos índices de violência e criminalidade no estado de Alagoas.
159 Quando estávamos trabalhando e discutindo esse programa, uma das questões que nos
160 pareceram fundamentais é que não podíamos trabalhar exclusivamente com órgãos de
161 segurança pública, em especial, as polícias civis, as polícias militares e a parte de perícia.
162 Nós precisávamos também articular o Ministério Público, o Poder Judiciário e também a
163 Defensoria Pública. Por isso, um grande parceiro no desenvolvimento deste projeto é a
164 Secretaria de Reforma do Judiciário que é responsável pela articulação desses órgãos porque
165 não basta trabalharmos numa qualificação de investigação criminal e numa produção mais
166 qualificada de provas se também não temos uma priorização do tema de enfrentamento aos
167 crimes de homicídios por parte do Poder Judiciário. Nós íamos acabar fazendo com que
168 aquilo que estamos tentando buscar resolver que são os inquéritos que aguardam a
169 investigação que estão muitos anos parados, aconteceu a mesma coisa no Judiciário. E aí em
170 Alagoas tivemos um excelente receptividade por parte do Tribunal de Justiça do estado e,
171 efetivamente, no dia do lançamento nós já tínhamos câmara técnica pronta no lançamento.
172 Bom, o estado Alagoas ocupa a primeira posição na faixa de homicídios do país. Então,
173 desde 2008, o estado com altos índices de violência e criminalidade, em especial, dos crimes
174 de homicídios, então, por isso, a nossa prioridade para o estado de Alagoas. Grande parte
175 dos homicídios, eles ocorrem em duas cidades com maior concentração populacional no
176 estado, Maceió e Arapiraca, e também nós conseguimos mapear 12 cidades no interior numa
177 lista que vocês vão ver aqui com os índices elevados de homicídios. Das 604 solicitações no
178 tocante a homicídios considerando o período de janeiro a maio de 2012, 590 laudos estão
179 pendentes. Ou seja, somente 3% dos laudos foram cumpridos. Dos 412 inquéritos
180 instaurados em 2012 somente na Delegacia de Homicídios da capital, 244 estão pendentes.
181 112 com autoria e 56 sem autoria definida. Existem 3.315 laudos periciais pendentes no
182 estado. Aproximadamente 3.000 mandados de prisão em aberto. Em torno de 3.500 armas
183 necessitando de perícia, uma demanda de mais ou menos 5.000 armas a serem enviadas
184 para a perícia ainda e o efetivo de profissionais nas delegacias de homicídios da capital
185 insuficiente para a demanda, cobrindo apenas duas áreas da capital. Então, a partir desse
186 diagnóstico, pudemos planejar as ações nas quais íamos centrar os nossos esforços neste
187 primeiro momento. Essa é curva de homicídios de acordo com a Datasus no estado de
188 Alagoas de 2000 até 2010. No ano passado, em março, nós realizamos um colóquio sobre
189 homicídios no estado de Alagoas. Participaram não só representantes do Governo Federal e
190 do governo estadual, mas, também, convidamos alguns especialistas na área de segurança
191 pública para discutir essa problemática. Um dos problemas que foram detectados naquele
192 momento é que não tínhamos informações concretas exatamente de onde os crimes
193 aconteciam, em que horário, em que bairros da capital e nos demais municípios para poder
194 saber onde exatamente nós íamos concentrar a atuação do Governo Federal com o governo
195 do estado neste momento. Nós temos que ser justos para dizer que neste um ano até a
196 implementação do projeto, o estado de Alagoas fez todo esforço para poder fazer esse
197 mapeamento e nos trazer números concretos. Aqui, vocês estão vendo, aquilo que estávamos

198 falando, em Maceió e Arapiraca concentram-se 52% dos homicídios em todo o estado de
199 Alagoas, ficando 48% aos demais municípios do estado. E aqui nós trouxemos os números
200 absolutos tanto de Maceió, quanto de Arapiraca e dos demais municípios dos índices de
201 homicídios. Esses dados são todos da Secretaria de Defesa Social, da Polícia Civil do estado
202 de Alagoas. Aqui as ocorrências por dia da semana. Então, não basta sabermos onde e
203 quantos crimes de homicídios acontecem, mas também saber em que dias da semana, mas
204 domingo é o principal com 22,69% e, em segundo lugar, sábado com 18,56%. Então,
205 podemos focar o policiamento do estado a partir desses dados. Também conseguimos ver
206 que tipos de instrumentos são utilizados para cometer o crime de homicídio, mais uma vez
207 89% com arma de fogo. E os demais que são poucos significativos com outros tipos de
208 instrumentos, arma branca, agressões propriamente ditas. Nós também visualizamos em que
209 horário aconteciam mais os crimes de homicídios e vemos que 28,54% ocorrem das 18 às 21
210 horas, que não é muito comum, é um perfil bem específico do estado de Alagoas.
211 Normalmente, não é esse o horário que mais acontecem em outros estados que já
212 analisamos. Aqui são os bairros em Maceió com maiores índices de criminalidade letal
213 violenta. Esse foi o referencial para escolhermos junto com o estado, quais são os bairros que
214 vamos começar a atuar com a Força Nacional e também com o próprio policiamento
215 comunitário do estado com as bases móveis, com as bases de polícia comunitária que já
216 existem e também com aquelas que nós vamos apoiar para o estado fazer a aquisição. Esses
217 são os dados dos municípios onde ocorrem mais números de homicídios que são: Maceió,
218 Arapiraca, Rio Largo, São Miguel dos Campos, Marechal Deodoro, Penedo, Palmeira dos
219 Índios, União dos Palmares, Coriripe, Pilar e outras cidades. Neste momento, estamos
220 focando em Maceió e Arapiraca para fortalecer as instituições de segurança pública no estado
221 nesses locais. Especialmente voltados para a questão dos homicídios. Então, o que vamos
222 apresentar para vocês agora é o Plano de Ação para Alagoas em 2012. Claro que agora tem
223 um desdobramento das outras ações que vamos implementar do próprio programa como um
224 todo para estruturação, tanto da perícia, quanto da Polícia Civil, quanto da Polícia Militar, das
225 ações de prevenção à violência e criminalidade e também poder ajudar o estado no
226 fortalecimento da própria comunidade para poder debater melhor os temas da violência e
227 construir com eles soluções. A primeira ação o fortalecimento da perícia forense. Vou passar
228 para a doutora Isabel, que é diretora do Depaid e responsável pela área.

229
230 **A Sra. Isabel Seixas de Figueiredo (Diretora de Ensino e Pesquisa da Senasp)** – Lá no
231 departamento também cuidamos das ações relacionadas à perícia. Não só na parte escrita no
232 departamento que é a parte de capacitação, mas também toda parte de política da perícia, do
233 aparelhamento etc. Como já foi dito anteriormente, um dos pontos fundamentais do programa
234 é o trabalho da questão da redução da impunidade e, nesse sentido, a Senasp tem uma
235 compreensão que já tem alguns anos de que é fundamental o investimento na perícia com a
236 finalidade de acelerar e garantir a produção da prova técnica. A Senasp trabalha com conceito
237 da prova técnica como um direito, seja um direito para que eu prove a minha inocência, seja
238 um direito para que eu saiba exatamente o que aconteceu com o meu familiar etc. quando foi
239 vítima de um crime. Então, nesse sentido, já temos um trabalho consistente na área de perícia
240 que é um trabalho que foi reforçado a partir do final de 2010 e durante 2011 com aquisição
241 direta de equipamentos que estão sendo já distribuídos aos estados. E aí eu estava brincando
242 outro dia de que a ideia é que se tivesse sido comprado no final de 2010 e não foi possível
243 porque eram máquinas grandes que temos que movimentar, mas por outro lado, vimos
244 fazendo essas compras ao longo do tempo de modo que tem sido muito comum quando
245 visitamos as perícias dos estados a notícia de que ontem chegou um equipamento que
246 acabou sendo uma coisa que se espalhou no tempo e não propositalmente, mas já fizemos a
247 aquisição de alguns equipamentos fundamentais, basicamente, das manlicas para as perícias

248 em local de crime, de microcomparadores balísticos, de luz forense, agora estão sendo
249 entregues os cromatógrafos gasosos que são equipamentos fundamentais da perícia na área
250 química, principalmente no que diz respeito à droga. Especificamente em Alagoas todos
251 esses equipamentos foram entregues e no começo do mês tivemos a entrega do
252 promotógrafo gasoso que inclusive já foi instalado lá no estado. Estamos agora com peritos
253 de Alagoas que passaram agora a semana passada aqui na Polícia Federal exatamente para
254 ter capacitação no uso desses equipamentos. Bom, genericamente falando, ou seja, não com
255 foco só em Alagoas, mas pensando o programa como um todo, o projeto de perícia vai ser
256 desenvolvido com base em alguns eixos. O primeiro, como mencionei, é a questão de
257 estruturar e equipar as unidades de polícia forense nos estados. Quem conhece um pouco da
258 área de perícia, sabe que temos uma série muito grande de áreas dentro da perícia, de
259 especialidades. E como não poderia deixar de ser, a Senasp teve que fazer um recorte em
260 quais áreas ela vai ter investir, quer dizer, não dava para trabalhar, digamos, com as 32
261 especialidades de perícia forense porque iria fazer com que ficasse muito difuso os esforços
262 da Secretaria Nacional de Segurança. Então, nesse sentido, nós selecionamos áreas de
263 perícia técnica que consideramos as fundamentais no que diz respeito aos crimes violentos.
264 São 7 áreas. Áreas de medicina legal, de local do crime, de balística forense, de DNA, de
265 informática, a pipilosopia e a química forense. São 7 áreas e são as áreas fundamentais que
266 vamos trabalhar. Num primeiro momento, o trabalho vai ser feito com investimentos para que
267 essas 7 áreas sejam estruturadas nas capitais dos estados. Como esse investimento vai ser
268 feito? Por dois meios: Primeiro, com uma sequência de aquisições diretas dos principais e
269 mais caros equipamentos e também com rodadas de conveniamento em que a Senasp vai
270 repassar recursos para os estados para que eles possam adquirir necessidades que sejam
271 específicas de cada estado, quer dizer, tem um equipamento que em São Paulo precisa, mas
272 é só São Paulo que precisa, não justifica que eu movimente aqui toda máquina do Governo
273 Federal pra adquirir, então, vamos financiar por meio de convênio. Feita essa parte de
274 estruturação mínima dessas sete áreas nas capitais e nos estados, o segundo passo é buscar
275 um projeto de interiorização de três especialidades da perícia, quer dizer, daquelas sete
276 filtramos a medicina legal, local de crime e balística forense, e a ideia é que consigamos ter
277 núcleos no interior do estado que comportem a produção da prova técnica nessas três áreas.
278 Bom, além dessa questão de estruturação da perícia, seja na capital, seja no processo de
279 interiorização, nós também estamos trabalhando com uma demanda que é uma demanda
280 antiga das unidades de perícia e que é algo bastante importante, que é a produção de
281 padrões de procedimento. É muito comum isso quando dialogamos com os dirigentes de
282 perícia essa demanda aparecer, a ideia é que nós, de alguma forma, não normatizemos, mas
283 produzamos um documento de referência sobre a produção das principais provas técnicas
284 nessas áreas que nós mencionamos, quer dizer, como fazer um exame? Qual a cadeia de
285 ação? A sequência de ações que tem que ser executadas para que essa prova seja
286 produzida. No mesmo sentido, temos uma demanda bastante antiga e fundamental, se nós
287 pensarmos do ponto de vista da prova, que é a existência da norma de cadeia de custódia da
288 prova. O Brasil não tem nenhuma normativa nacional sobre esse assunto, alguns estados
289 têm, não são todos, é a minoria, e a ideia é que consigamos também tudo isso com grupo de
290 trabalho, compostos por peritos, produzir norma técnica de cadeia de custódia. Outra ação
291 fundamental, é além de equipar e de produzir esse padrão de procedimento, trabalhar com
292 capacitação em larga escala, seja de peritos nas suas áreas de atuação, seja também, e isso
293 talvez seja tão importante quanto, a capacitação dos demais profissionais de segurança
294 pública na área de isolamento e preservação de local do crime, todo mundo aqui trabalha com
295 isso sabe que essa é uma questão fundamental, o exame de local, a preservação do local é
296 fundamental para o esclarecimento do crime, principalmente quando estamos falando de
297 homicídio, então nós temos uma meta, que é uma meta bastante ambiciosa, de capacitação

298 de quase dez mil profissionais de segurança pública, nos quatrocentos municípios que são os
299 municípios que congregam 88% dos homicídios, e nós vamos focar nesses quatrocentos
300 municípios essa capacitação de isolamento e preservação do local do crime. Essas ações são
301 ações que, como eu disse, que já vêm sendo desenvolvidas, nós temos já um acúmulo na
302 área, e isso vai ser desenvolvido sempre em parceria, seja com o colégio de dirigentes, seja
303 com a Associação Brasileira de Criminalística, por meio da produção desses procedimentos
304 em grupo de trabalho. Uma última coisa também, que é importante dimensionar, é um projeto
305 que eu acho que já foi apresentado, se não me engano, para o Conasp, que é o projeto
306 Sisbala, que é um projeto de indexação balística, que permite a criação de um banco de
307 dados sobre comparação balística, que tem as características individualizadoras das armas,
308 esse também é um projeto que está sendo desenvolvido com o Senasp por meio da aquisição
309 e doação para os estados dos equipamentos necessários à construção desse banco e mais
310 pela existência de um servidor central aqui no governo que de alguma forma possibilite a
311 conversa com esses bancos estaduais sobre balística. É uma área super técnica, terminamos
312 os detalhes, e eu adoro, sou capaz de falar horas, mas vamos passar para a frente e depois
313 eu volto se vocês tiverem dúvida, obrigada.

314
315 **Sra. Kátia Emanuele (Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico e Projetos**
316 **Especiais do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (Depro))** – Bom-dia a
317 todos e todas, meu nome é Kátia Emanuele, eu sou da Coordenação-Geral de Planejamento
318 Estratégico e Projetos Especiais do DEP, Departamento de Políticas, Programas e Projetos,
319 onde está sendo discutido esse projeto, esse programa, principalmente para Alagoas
320 juntamente com os demais departamentos da Senasp, sob o comando da nossa secretária
321 nacional Regina Miki. Eu gostaria apenas, mais uma vez eu vou frisar, é que esse programa é
322 um programa dentro do Plano Nacional, ele não abarca todas as ações do Plano Nacional de
323 Segurança Pública. Sempre que nós apresentamos o plano, as indagações vêm
324 posteriormente sobre quais as outras ações, onde estão as outras ações? Não, esse é um
325 programa focado nessa qualificação de investigação criminal e a integração do sistema de
326 segurança pública de justiça criminal para diminuir essa sensação de impunidade que impera
327 no Brasil. Principalmente, resolvendo os crimes de homicídio, que é esse o nosso foco em
328 2012, por isso que o programa vai ter focos diferenciados ao longo dos anos, porque se
329 conseguirmos levar para o Brasil um plano que consigamos melhorar e qualificar a prova,
330 fazer com que esses processos sejam julgados, nós vamos posteriormente alcançando outros
331 tipos de crime que também têm uma repercussão social bem grande. Então, dentro do Plano
332 de ação para Alagoas e dentro do Plano que está ainda em construção na Senasp, nós temos
333 o fortalecimento da Polícia Civil. Se eu quero qualificar a prova, é óbvio que eu preciso de
334 uma perícia fortalecida, mas eu preciso de uma Polícia Civil extremamente especializada, não
335 só para o crime de homicídio, para outros crimes também, principalmente para o
336 enfrentamento ao tráfico de drogas, mas, especificamente nesse plano, o fortalecimento de
337 uma polícia especializada nessa investigação de homicídios. Para a Polícia Civil não existe
338 grandes equipamentos ou grandes soluções. O que precisamos é fazer com que essas
339 unidades tenham equipamento adequado para esse profissional trabalhar, computador
340 conectado à internet, sala de interrogatório, local para esses profissionais poderem atuar, e,
341 principalmente, a captação desse profissional. Ele precisa saber investigar. Ele precisa estar
342 numa Delegacia Especializada, mas ele precisa ser especializado para atuar naquela
343 unidade. O que ocorre hoje e aquele policial sabe? Existe uma rotatividade muito grande de
344 profissionais em todas as delegacias, principalmente nessas especializadas, e ela se dá
345 geralmente em função da troca do delegado de Polícia, então o delegado sai da delegacia e
346 leva sua equipe. Geralmente, você vai trabalhar numa delegacia e não tem nenhum tipo de
347 treinamento. Então, hoje, delegado tal está na delegacia de homicídios, amanhã chega uma

348 portaria levando-o para a delegacia de roubo e furto de veículos, ele leva a equipe dele toda e
349 vem uma nova equipe que não tem essa especialização nesse tipo de investigação. Então,
350 está sendo prevista uma série de capacitações para que esses profissionais tenham acesso a
351 um arcabouço metodológico para eles poderem atuar, assim como serão confeccionados em
352 conjunto num grupo de trabalho com o Departamento de Ensino normativas, padrões de
353 procedimento, *check list*, ou seja, o que nós tivermos na doutrina nacional e internacional que
354 possamos fazer essa multiplicação pelo Brasil, é isso que nós pensamos para esse Plano
355 como um todo, mas principalmente para Alagoas. O que acontece em Alagoas? Quando nós
356 chegamos lá no ano passado com o colóquio e este ano, nós verificamos que a Delegacia de
357 Homicídios deles abrangia apenas uma parte de capital, nem toda Maceió era atendida pela
358 Delegacia de Homicídios, ou seja, os crimes de homicídios que saíam daquela área eram
359 investigados pelas delegacias de área, e que esses crimes entram na fila de enes outros
360 inquéritos que aquelas delegacias têm. Então, construímos com eles, para 2012, uma
361 estruturação de uma nova sede dessa Delegacia de Homicídios, não a criação de um
362 departamento porque envolveria ainda a alteração legislativa, criação de cargos, e, neste
363 momento, eles estão com uma carência grande de efetivos. Fizemos um acordo com o
364 governador e o secretário de Defesa Social para que eles buscassem profissionais que
365 tivessem uma capacitação e uma sensibilidade para atuar nessa área, porque investigar
366 homicídios, além de um bom profissional, você precisa de um profissional que tenha uma
367 sensibilidade maior. Então, foi feita uma busca no estado desses profissionais para comporem
368 essa nova delegacia que vai abranger, inicialmente, toda a capital de Alagoas, no caso,
369 Maceió. Para posteriormente, no ano que vem, assim que eles construírem o Departamento
370 de Homicídios e duas regionais que eles pretendem, de delegacia, uma em Arapiraca e outra
371 região do estado que eles ainda não definiram para que se subordine a esse departamento.
372 Mas enquanto não se cria esse departamento, nós vamos fazer esse ensaio na capital para
373 verificar se nós conseguimos melhorar essa rotina de investigação, a ida de equipes ao local
374 do crime, junto com essa equipe, a ida do carro de recolhimento de cadáver, porque isso tem
375 uma repercussão social grande, quando aquele corpo fica lá quatro, cinco, seis horas, às
376 vezes um dia inteiro estendido em via pública, isso é um problema naquela vizinhança. E essa
377 atuação integrada com a Força Nacional auxiliando neste momento até a chegada dos novos
378 profissionais porque foi previsto concurso público agora, as provas em 2012, e, possivelmente,
379 a capacitação no primeiro semestre de 2013. Então, até a chegada desses profissionais em
380 Alagoas, nós vamos contar com o auxílio da Força Nacional para auxiliar também nessas
381 investigações dessa nova delegacia, então a delegacia iniciou dia 27, essa nova unidade
382 zerada, ela não tem inquérito policial anterior, esses inquéritos foram distribuídos para que
383 possamos ter um mapeamento exato do que está acontecendo, se eles estão levando muito
384 tempo, por que estão levando muito tempo, por que a equipe não foi ao local do crime, já que
385 eles estão com uma equipe grande agora voltada para isso. Então, em 2012 vai ser esse
386 ensaio, para em 2013 a partir da construção desse departamento que eles vão construir o
387 prédio com recursos próprios e a Senasp vai entrar com toda a parte de equipamento e
388 capacitação desse profissional para estendermos a atuação do departamento de homicídios,
389 das delegacias de homicídios para o interior do estado também, principalmente para aquelas
390 doze cidades que concentram os maiores índices de homicídios. Então, o grande enfoque
391 dentro da Polícia Civil é fortalecer essa investigação, principalmente com esse profissional
392 capacitado para fazer essa investigação qualificada e chegar à autoria desses delitos que
393 infelizmente é um problema no estado de Alagoas, essa alta taxa de inquérito sem autoria ou
394 até mesmo de boletim de ocorrência sem inquérito, que era um grande problema. A Força
395 Nacional chegou lá para cumprir a meta que eram de mil e trezentos inquéritos e se deparou
396 com uma realidade muito maior que eram mais de três, quatro mil inquéritos, inquéritos não,
397 boletins de ocorrência que não tinham nem autuação e não tinham sido feito nenhum tipo de

398 diligência naquela ocorrência, e isso causa uma indignação na população muito grande. Eu
399 acho que para Alagoas é isso, depois, conforme forem os debates, nós vamos contribuindo
400 mais.

401
402 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
403 **presidente do Conselho) -** Chegamos ao fim, Dra. Cristina, ou ainda tem?

404
405 **A Sra.Cristina Vilanova (Diretora de Políticas, Programas e Projetos da Senasp) –** Não,
406 um dos pontos que é de responsabilidade da Secretaria de Reforma do Judiciário é essa
407 articulação com o Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, ali está DF, mas é
408 Defensoria Pública.

409
410 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
411 **presidente do Conselho) –** Deixe-me fazer um aparte? O CNMP e o CNJ participaram desde
412 o primeiro passo desse programa em conjunto, eles fizeram, inclusive, o desenho conosco. A
413 dra. Thais, dra. Ana Rita, estão conosco, e o CNJ foi exatamente participado pelo seu
414 presidente, o ministro teve uma reunião com o presidente e ele participou em conjunto.
415 Então, eles estão em conjunto.

416
417 **A Sra.Cristina Vilanova (Diretora de Políticas, Programas e Projetos da Senasp) -** A partir
418 dessa articulação é que nós estamos trabalhando a indução com o Poder Judiciário, com o
419 Ministério Público e com a Defensoria Pública dos estados, temos tido a primeira articulação
420 com o estado de Alagoas para a formação, primeiro, de uma câmara técnica, que vai ficar
421 acompanhando a tramitação dos processos judiciais de crimes de homicídio, para saber onde
422 estão os gargalos, para saber o que eles devem fazer e como eles vão influir para quando se
423 perceber que esses processos judiciais estão parados e não está acontecendo a tramitação
424 dos mesmos. Então, essa câmara técnica no dia 27, quando lançamos em Alagoas já estava
425 criada, nós fizemos uma reunião prévia ainda no dia 26, com CNJ e convidados lá no Tribunal
426 de Justiça, e nós já temos visto efetivamente quando nós precisamos de mandado de prisão,
427 de alguma coisa que seja admitida, nós conseguimos imediatamente a mobilização do TJ.

428
429 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
430 **presidente do Conselho) -** Inclusive, na reunião de sexta feira, no monitoramento, o juiz e o
431 promotor de lá, deixaram o e-mail pessoal deles. Então, está sendo num espaço de tempo
432 muito rápido, tanto o Judiciário quanto o Ministério Público de lá estão muito abertos a
433 participarem, e nós estamos com o e-mail pessoal. Nesse final de semana, tivemos um
434 homicídio lá, precisamos urgentemente de algumas providências e isso foi feito
435 instantaneamente, então, está um processo muito célere e muito aberto.

436
437 **A Sra.Cristina Vilanova (Diretora de Políticas, Programas e Projetos da Senasp) -**
438 Absolutamente engajados num programa que, claro, tem uma centralidade nas polícias
439 estaduais, mas que o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, todos os órgãos estão
440 trabalhando em conjunto para podermos debelar essa situação que ocorre em Alagoas, em
441 especial neste momento. Então, uma das outras partes é o policiamento ostensivo de
442 proximidade, nós já vínhamos com a capacitação de profissionais de segurança pública junto
443 com lideranças no estado de Alagoas, nós tínhamos também apoiado a construção de quatro
444 bases fixas comunitárias nos bairros onde há maior índice de violência e criminalidade, e
445 agora nós estamos trabalhando com a possibilidade do policiamento ostensivo de
446 proximidade mais móvel, porque se vocês forem, não sei quem conhece Alagoas, mas esses
447 bairros, Cabeleiro, que é ali na saída do Aeroporto, eles têm aproximadamente trinta e cinco

448 mil habitantes, então, não é possível que coloquemos um policiamento que é para estar
449 próximo da população, mobilizando e conversando com eles, num ponto fixo onde as pessoas
450 vão ter que estar circulando. A polícia tem que buscar a população, tem que articular com
451 eles, você tem que conversar, você tem que fazer as reuniões dos conselhos, mobilizar para
452 criação dos próprios conselhos comunitários. Então, nós tivemos essa perspectiva de
453 trabalhar um policiamento móvel, que também tem a perspectiva da polícia comunitária, mas
454 que ele pode estar se movimentando por esses bairros. Então, a mobilidade deles não é por
455 toda Maceió, ele está especificamente para trabalhar com a população desses bairros que
456 tem maior índice de violência e de criminalidade. E também a formação deles é toda voltada
457 para essa proximidade com a população em curso que já vimos desenvolvendo há bastante
458 tempo e que tem alguns incrementos hoje, como a própria formação das redes. A atividade
459 cinco, temos um enfoque maior e constante, é uma deferência do próprio ministro José
460 Eduardo Cardoso, na questão da entrega, de reforçar as campanhas do desarmamento, não
461 só elas, mas também a efetiva destruição das armas de fogo que são entregues. Lá no dia do
462 lançamento, nós fizemos uma distribuição simbólica de armas que estavam acauteladas no
463 Poder Judiciário, também é um dos nossos focos trazer essa parceria do Poder Judiciário
464 para podermos ir liberando e destruindo essas armas de fogo que estão acauteladas nos
465 fóruns, vocês viram o maior índice de ocorrência dos homicídios é com arma de fogo e aí nós
466 estamos trabalhando, acho que proximamente, vocês vão estar vendo uma campanha nova,
467 porque como a campanha é permanente, todo ano temos que estar nos voltando a construir
468 uma campanha que mobilize a população, que sensibilize as pessoas, para que se tenha uma
469 arma entregue, claro, se assim o desejar, mas temos tido um enfoque de sensibilizar a
470 população para a entrega voluntária de armas e, efetivamente, fazer a destruição das
471 mesmas. E demais ações são ações complementares. No dia 27, quando nós fizemos a
472 adesão do estado de Alagoas e do município de Maceió ao Programa Brasil Mais Seguro, nós
473 celebramos o primeiro convênio A Era do Protege e do Mulheres da Paz, que eu acredito que
474 vocês já conheçam, que é de formação de mulheres, lideranças para trabalhar a questão de
475 enfrentamento da violência doméstica e de gênero e também para a identificação desses
476 jovens que vão fazer parte do programa do protejo, que é para reduzir a vulnerabilidade
477 criminal desses jovens nesses bairros onde nós vamos estar atuando num primeiro momento
478 em Alagoas, em Maceió e em Arapiraca. Nós temos demais ações? Claro que essa é a macro
479 apresentação da ação do Brasil Mais Seguro, mas é claro que nós pactuamos com o estado
480 algumas ações que nós acreditamos serem imprescindíveis num projeto que seja específico
481 para Maceió e Alagoas. Então, assim a estruturação da Corregedoria de Polícia como uma
482 corregedoria autônoma e independente, que possa efetivamente investigar a participação de
483 policiais envolvidos em situações de violência e criminalidade, assim como também do outro
484 lado, poder sugerir melhorias na Ouvidoria de Polícia, autônoma e independente, sabemos
485 que eles já criaram uma Ouvidoria, ela participa do fórum de ouvidores, ela é ouvidora, mas
486 que ela tenha efetivamente essa possibilidade de trabalhar e atuar no controle externo da
487 atividade policial. Então, são várias questões que vimos trabalhando com o estado, no dia do
488 lançamento, teve a assinatura também do governador para a realização de concurso público,
489 e tomadas uma série de medidas que ajude o estado na implementação deste Programa.
490 Secretária, devolvo a palavra para a senhora, obrigada.

491
492 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
493 **presidente do Conselho)** - Bom, acho que os senhores já receberam essa apresentação, se
494 não receberam e precisarem novamente, não tem problema, nós disponibilizamos, também,
495 logo em seguida, nós vamos disponibilizar as primeiras avaliações já feitas, qualquer
496 documento que os senhores solicitarem com referência a isso, a Secretaria Executiva está de
497 antemão autorizada a pegar com a nossa equipe para poder repassar a todos. Precisamos

498 que os senhores nos ajudem a analisar e a verificar se há algo mais que nós podemos fazer,
499 porque às vezes no afã ali de correr, não vê tudo, então, eu pediria também, que nós
500 fôssemos daqui para frente na própria reunião ordinária do Conasp, que nós abrissemos pelo
501 menos uma hora de discussão sobre Alagoas. Acho que poderíamos já pactuar com os
502 senhores isso, que na pauta ordinária, abriremos uma hora de discussão sobre Alagoas para
503 poder acompanhar o que estamos fazendo lá e ver como que isso pode ficar. Também já
504 comunico aos senhores, de antemão, que fui chamada pela Casa Civil para que preparemos
505 algo similar para o entorno de Brasília. Então, já estou dizendo aqui, de antemão, porque os
506 senhores saberão disso, o processo é o mesmo, não tem jeito, nós vamos fazer lá, vamos
507 trazer para cá, o processo é sempre o mesmo. Se tiverem alguma ideia sobre o entorno,
508 quem conhece mais o entorno Rott, Simone, o pessoal que está mais aqui no entorno, Cléber,
509 o próprio Marcos por conta da Polícia Rodoviária, já puderem ir sugerindo coisas, por favor, o
510 façam, porque já vamos maturando isso internamente e traz para esse coletivo em seguida.
511 Eu acabei de perguntar, pedir para o Aragão que desse uma saída, caiu 50% o número de
512 homicídios em Maceió depois que nós começamos a trabalhar lá. Isso é natural num primeiro
513 momento, mas como diz o Gandra é um bom sinal porque o povo alagoano estava descrente
514 de tudo, não acreditava em mais nada, então ele começa a ter um ânimo, isso nos traz algum
515 alento para poder trabalhar lá, porque tinha uma descrença total, ninguém mais acreditava em
516 nada. Pensem que nós estamos trabalhando em termos de sistema de segurança pública e
517 sistema de justiça em terra arrasada, entendam o que estou falando, lá não tem nada, tem
518 coisa que nós estamos começando do zero. São leis para criar departamentos porque não
519 existem, não existem departamentos de homicídios, não existe departamento de perícia, lá
520 não existe nada. Para poder abrir concurso, precisa mexer na lei. Lá, qualquer pessoa que
521 tivesse nível universitário poderia ser perito, então, entraria um professor de educação física
522 para ser um perito balístico, qualquer pessoa, quer dizer não tinha uma formação específica,
523 a lei foi mudada para poder abrir concurso. Então, temos acompanhado tudo isso. Bom,
524 vamos lá, vamos abrir para a rodada, vamos só pactuar o tempo de fala para todo mundo
525 poder falar, se nós precisarmos fazer uma segunda rodada nós fazemos sem problema
526 algum, terceira rodada, nós fazemos, sem problema algum. A ideia nossa é de ouvi-los muito.
527 Comunico também aos senhores que nós já fizemos uma rodada dessa no dia cinco com
528 especialistas em segurança pública do Brasil todo. Ouviram, já opinaram. Dia doze nós
529 estaremos conversando com os profissionais da área de segurança na rede AD por meio de
530 videoconferência, colocando os profissionais de Alagoas num primeiro momento, escutando o
531 policial civil, o policial militar, o bombeiro, o perito, quem está trabalhando lá na ponta, nós
532 vamos fazer um debate por videoconferência, e depois nós vamos ampliar para a nossa rede
533 AD total, discutindo com todos os profissionais da área de segurança. Nós estamos tendo
534 toda a cautela e temos a certeza absoluta de que não somos donos da verdade e que nós
535 estamos tentando ao máximo que isso dê certo, a responsabilidade nossa é muito grande, na
536 medida em que só poderemos reproduzir este programa em outros estados se Alagoas
537 trouxer índices positivos e ganhos para a população. Também gostaria de avisar aos
538 senhores e de agradecer a todos os estados aos quais os senhores pertencem, nós criamos
539 uma mobilização de aeronaves, hoje nós ficaremos com treze aeronaves, mas nós estávamos
540 com cinco aeronaves lá, a aeronave da PRF está lá conosco, tem uma aeronave lá, deve
541 permanecer, nós estamos fazendo rodízio, Minas Gerais nos mandou uma aeronave, Paraná,
542 uma aeronave, Rio de Janeiro uma aeronave e mais uma que o estado tem, fora o
543 aeromédico e essas aeronaves estão fazendo o espaço aéreo todo, quando temos notícia de
544 um crime, a resposta não só vai por terra hoje mas vai via aéreo. É muito importante isso
545 porque lá a impunidade era geral, cometer crime em Alagoas era a coisa mais fácil que podia
546 acontecer, e eles estão sentindo de pronto a resposta. Outra coisa é, de imediato, nós
547 fizemos junto com o Ministério Público local, com o Judiciário, com a Polícia Federal e a

548 Polícia Rodoviária Federal, um pente fino para aqueles criminosos que tinham o perfil de ir
549 para o nosso sistema prisional federal, e já estamos retirando esses cabeças do crime
550 organizado que lá estavam para os presídios federais, que isso também é outra medida que
551 surte efeito. Também com a Defensoria Pública, nós estamos revendo todos os processos
552 daqueles que estão presos, e os três mil mandados que estão pendentes de prisão, nós
553 estamos fazendo um apanhado com o Ministério Público, com o Judiciário, a Defensoria e o
554 próprio secretário de Segurança e secretários de Justiça daqueles que têm mais de um crime,
555 tem muito mandado desse em aberto de autores que já faleceram, têm autores que estão
556 presos porque não tem uma triagem disso e prender em qualidade e não quantidade. Este
557 final de semana houve a prisão de uma quadrilha que havia cometido quatro homicídios, além
558 de homicídio tinha um latrocínio também, então é isso que nós estamos fazendo, prender com
559 qualidade, já que também não tem um sistema prisional para dar uma resposta imediata,
560 então tem que tirar quem já pode ir para uma progressão de pena do regime, abrindo vaga, e
561 prendendo com qualidade e não quantidade, não adianta querer prender se não vai surtir
562 efeito no crime. Bom, acho que é isso em linhas gerais, não sei se me esqueci de alguma
563 coisa, mas nós vamos debatendo aqui, vamos abrir dois minutos para pergunta, nós fazemos
564 em bloco de três, pode ser? Três Conselheiros, faremos a resposta, e depois vai indo.
565 Raquel, Gandra, quem vai inscrevendo, você? Então está bom, vamos lá! Nós vamos fazendo
566 de três em três e todo mundo vai falando.

567
568 **A Sra. Raquel Willadino Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) - Um bom-dia**
569 a todos. Eu queria fazer algumas perguntas. Eu queria entender melhor, Regina, as
570 perspectivas de ampliação dessa proposta para outros estados, você acabou de dizer que
571 para se pensar numa extensão isso precisa funcionar bem em Alagoas, mas queria entender
572 um pouco o planejamento para uma intervenção, uma perspectiva mais nacional com foco e
573 aí mais especificamente na questão da redução do homicídio. Outra questão que não ficou
574 muito clara para mim, é como essas ações estão dialogando com as dimensões de gênero,
575 raça, dimensão etária e territorial. E aí eu queria compartilhar com vocês, nós fizemos no
576 Observatório de Favelas, entre 2009 e 2010, um levantamento de políticas e programas de
577 prevenção à violência em 11 regiões metropolitanas, e nesse processo nós mapeamos cento
578 e sessenta programas, nós temos por um lado um índice de homicídios na adolescência que
579 aponta um perfil muito claro, e aí vários trabalhos têm reiterado isso, e me surpreendeu muito
580 quando cruzamos esse perfil com o enfoque das políticas, ficou muito evidente que eles ainda
581 não dialogavam muito bem, e aí, só para trazer dois dados: Desses cento e sessenta
582 programas, só dezoito por cento tinha algum critério relacionado a gênero para definição do
583 público-alvo e só oito por cento tinha algum critério relacionado à dimensão racial, então
584 assim, acho que é importante trazer aqui, queria ouvir um pouco de vocês nesse sentido. Já
585 a dimensão etária e territorial aparecia com bastante força nos programas que nós
586 mapeamos. Também queria entender melhor o que tem de ação no campo da prevenção,
587 houve aqui uma menção ao protejo a Mulheres da paz, nessa época nós fizemos entrevistas
588 com secretarias estaduais e municipais das regiões metropolitanas e a segunda etapa do
589 trabalho de campo foi um acompanhamento mais qualitativo, e no caso de Alagoas nós
590 trabalhamos no Benedito Bentes, a nossa perspectiva era acompanhar, eles estavam muito
591 no início da implantação do policiamento comunitário, ainda estava numa área muito
592 localizada do (?), aí tentamos dialogar com o Protejo, com as Mulheres da paz, tinham
593 apontamentos, assim, tentamos mapear o que tinha nesse território, na época tinha PET, o
594 Protejo, as Mulheres da paz e o policiamento comunitário, mas num nível ainda de
595 implementação muito frágil. Então, queria saber se vocês identificaram que isso avançou ,
596 porque estou falando de um cenário 2009/2010, então nós temos em 2012, o que tem de

597 ação nova para além do Protejo, do Mulheres da paz no campo da prevenção. Por enquanto é
598 isso.

599

600 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
601 **COBRAPOL)** – Bom-dia a todas, todos os Conselheiros, bom-dia senhora presidenta,
602 senhores da mesa. Nós estivemos lá acompanhando o lançamento e nós vimos realmente
603 mais de três mil pessoas, várias lideranças comunitárias, e nós notamos que existe, que já
604 começa a ter um pouco de esperança naquele povo tão sofrido, e isso é importante, só esse
605 fato já é importante. Mas, nós temos algumas perguntas e talvez até encaminhamento a fazer
606 no sentido de dar sugestão, enquanto policiais que somos, e da área de investigação há mais
607 de vinte e três anos, dedicados já há cinco anos nessa área de homicídio, então, temos certo
608 acúmulo quanto a isso, apesar de ser muitos anos atrás, o crime não mudou, os crimes da
609 época passada, da nossa época, continuam os mesmos, principalmente em Alagoas, Ceará e
610 outras regiões do Nordeste. Eu queria fazer uma pergunta, se há algum diálogo, se houve
611 algum diálogo com os representantes da categoria Polícia Civil? Porque me parece, e eles lá
612 me abordaram, os colegas de lá, na hora dessa solenidade, e eles puderam entregar um
613 calhamaço com propostas para o Ministro da Justiça. Realmente, o Ministro recebeu essa
614 proposta, mais ou menos umas cinquenta folhas, eles percorreram Alagoas toda, fazendo um
615 raioX dos problemas que a Polícia Civil está passando. Então, acho que seria muito útil para
616 que vocês pudessem pelo menos analisar, ver se poderia adequar algumas sugestões, até
617 porque eles estão lá, nós que vamos chegar, vamos passar um mês, dois, três, para fazer um
618 plano lá *in loco*, não é tão tanto quanto aqueles que já moram lá e sabem os problemas. Um
619 dos problemas que eles elencaram é que um problema que pode acontecer é que vai haver
620 um reforço da Força Nacional, vai haver o reforço de outras pessoas, mas tem o período que
621 essas pessoas vão estar aqui, e os índices vão baixar, e vão baixar assustadoramente,
622 porque o criminoso vai esperar que tudo volte ao normal, ou ao anormal, então essa foi uma
623 das preocupações que eles nos passaram. A outra é que não estão dialogando com os
624 representantes dessa categoria, porque eles dizem que os policiais estão tão desmotivados
625 naquele estado, com o governador, que eles não vão conseguir ajudar, eles vão torcer para
626 que não dê certo, porque senão eles vão ser desvalorizados, ora, é necessário que chegue
627 pessoas de fora para poder dizer como deve fazer, como deve ser feita a investigação. Esse é
628 um problema muito sério que nós temos que entendê-lo e verificar de que forma nós podemos
629 atacá-lo para resolver. Isso é um problema muito grave que eu também concordo com eles, o
630 outro ponto, bom, já encerrou, então vamos deixar para depois, então, se possível.

631

632 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
633 **FNOP)** - Bom-dia a todos e a todas. Eu queria dizer da minha alegria de ver essas iniciativas
634 todas articuladas de forma sistêmica, e pelo critério da implantação em Alagoas e também
635 pondero como algo fundamental, que pela minha experiência a seguir por esse ritmo, nós do
636 Maranhão devemos estar em segundo ou terceiro ou no máximo vamos para o quinto, e
637 queria apontar algumas lacunas que eu não vi e julgo importante que haverá de respeitar a
638 realidade de cada local. Da forma sistêmica que ele está sendo implantada a capilaridade
639 necessária que precisa ter pelos bairros, e eu não sei se há uma presença fértil como nós
640 tentamos ter no Maranhão dos conselhos comunitários de segurança, e quanto eles serão
641 envolvidos nesse processo, valorizados nesse processo. Também queria registrar e
642 parabenizar aí, e já foi feito aqui pela dra. Cristina, a existência de uma Ouvidoria lá em
643 Alagoas, que já está integrada ao nosso Fórum Nacional de Ouvidores. Mas, eu compartilho
644 da experiência e lá no Maranhão foi criado também nessa perspectiva, até de forma
645 compulsória para a adesão ao Pronasci, houve uma insistência muito grande de que isso
646 fosse a contrapartida do estado. E, partindo dessa experiência, eu entendo a dificuldade que

647 a doutora Flávia deve ter lá para garantir uma Ouvidoria. E por isso eu queria fazer uma
648 observação que eu acho que é importante, a nós interessa a Ouvidoria naquele formato,
649 naquele modelo proposto pelo Fórum Nacional de Ouvidores, com ouvidor com mandato,
650 ouvidor/ouvidora com mandato, indicado por coletivo e representativo, não é a experiência de
651 Alagoas ainda, é verdade que nós podemos ir em outros estados que teve este como modelo
652 transitório, mas eu acho que nessa perspectiva, haveria que ter porque no meu ponto de vista
653 para Ouvidoria, para a Corregedoria, diria mais, para a perícia, autonomia não é só um
654 ingrediente, ela é um ingrediente fundamental. Era isso que eu queria ponderar, obrigado.

655
656 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
657 **presidente do Conselho)** - Eu vou respondendo, e qualquer um da minha equipe, por favor,
658 que queira complementar, o faça. Bom, primeiro de tudo, acho que vou começar pelo
659 Ribamar. Ribamar, você podia fazer um favor para nós, fazer um diagnóstico daquilo que
660 você tem como Ouvidoria de Alagoas e aquilo que você acha que nós, enquanto Governo, na
661 matriz de responsabilidade poderia pactuar com o governo de Alagoas para a melhoria dessa
662 Ouvidoria. Porque entre a pactuação já está a exigência de uma Corregedoria independente,
663 então, seria muito bom se você pudesse produzir, não precisa nada tão pesado, nem nada,
664 por e-mail mesmo, para nossa equipe fazer um levantamento e aquilo que você aponta,
665 enquanto melhoria, para que nós possamos fortalecer a dra. Flávia lá. Esse seria um papel
666 fundamental para nós, e aqui desse Conselho também, dando esse *feedback* lá. Então, Kátia,
667 Cristina, Isabel, vamos ficar muito atentos a isso, a esse e-mail, para que nós possamos,
668 dentro da matriz, é um instrumento que nós temos, Ribamar, de poder começar a exigir
669 alguma coisa, então, vamos pôr para dentro isso. Com relação aos conselhos comunitários,
670 eu estive nessa última vez em Jacintinho, e como a Raquel já disse, Benedito Bentes também
671 tem um forte trabalho nisso e eles estão participando sim, Ribamar, eles estão sendo ouvidos
672 por meio da própria Polícia Comunitária que lá tem funcionado, Benedito Bentes caiu muito a
673 criminalidade após a instituição do Policionamento Comunitário e dos projetos sociais, estão
674 tendo bastante resultado e estamos acompanhando muito de perto em Jacintinho. Eles estão
675 fazendo da mesma forma que nós estamos fazendo essa rodada aqui, o estado está fazendo
676 a rodada com os Conselhos Comunitários, nós pactuamos junto, aí já vou respondendo junto,
677 Raquel, por favor, a secretária Kátia de lá, de Assistência, nós pactuamos uma grande
678 assembleia com todos os segmentos da sociedade agora e que têm trabalhos dentro desses
679 espaços, para que possamos começar a trabalhar o viés da prevenção muito mais forte, um
680 eixo muito mais forte agora. Num primeiro momento eu digo aos senhores quem estava
681 acompanhando qualquer proposta com relação só à prevenção e não mostrar policiamento,
682 não surtiria efeito, eles não acreditavam em mais nada, ou começa fortemente, põe a polícia
683 na rua, mostra que é capaz, prende, faz, ou eles não viriam para o programa, não viriam
684 mesmo. Agora já está sendo desenhado, toda essa análise foi feita, tanto de gênero, nós
685 temos um problema lá, moradores em situação de rua que são assassinados, nós também
686 estamos atentos a isso, tem grupo de extermínio, o problema racial lá também é forte, então
687 assim, nós estamos atentos, logo daqui a quinze dias nós teremos essa grande assembleia
688 com a sociedade civil organizada e com aqueles que prestam serviços à sociedade mesmo
689 que seja não governamental. Nós tivemos agora os artistas culturais lá se propondo a entrar
690 no plano, eles já fizeram uma proposta para integrarem o programa não só nas áreas, e nós
691 não estamos só olhando as áreas mais carentes, porque também não adianta, tem que olhar
692 Maceió como um todo, então nós estamos olhando o todo para não haver exclusão. Então,
693 esse diagnóstico que você falou, Raquel, num primeiro momento nós fizemos pelo territorial
694 sim, novamente, num primeiro momento eu tenho que dizer para você que até mesmo para
695 mostrar força policial e tudo, nós fizemos um recorte pelo territorial, e agora nós já vamos
696 buscar os outros recortes para a política. Mas, num primeiro momento ele foi territorial,

697 mesmo porque nós não teríamos condições com o que temos lá de estatística de fazer outro
698 recorte que fosse mais seguro que o territorial num primeiro momento, estamos aprofundando
699 nisso. E aí, Gandra, eu gostaria de inclusive ter uma reunião com você com relação à polícia
700 civil de Alagoas, mas para esse coletivo, eu vou dizer o seguinte: A polícia civil de Alagoas
701 teve um concurso, são policiais mais antigos, depois passou onze anos teve o segundo
702 concurso, dentro desses policiais mais antigos, existe uma divisão: aqueles que são tidos
703 policiais do bem e os que são tidos do mal. Nos novos, tem a mesma divisão, os do bem e os
704 do mal, só que esses do bem não falam com os do bem lá de cima e os do mal não falam
705 com aqui, são quatro divisões dentro da Polícia Civil de lá. Não sabemos se falam porque
706 pelo menos, pelo que está sendo primeiramente levantado pela própria Polícia de estado,
707 Ministério Público e pela própria Polícia Federal não se falam, e o que é pior ainda, cada um
708 levou um território, entendam o que estou falando e eu não posso me aprofundar mais no que
709 eu estou falando. Eu tentei um diálogo com o sindicato, a premissa maior deles era aumento
710 de salário sobre qualquer outra proposta. O Governo Federal não pode falar sobre aumento
711 de salário, aumento de salário é competência do estado, então, eu acho que assim,
712 diferentemente de outras categorias, Gandra, e aí eu acho que por isso que nós temos que
713 aprofundar, o que poderemos fazer lá e eu também quero fazer alguma coisa, a proposta
714 nossa para os policiais que foram para o DH agora, com a Força Nacional, é de curso em
715 conjunto, levá-los para outras DHs do Brasil, nós vamos levar um grupo agora para a DH do
716 Rio, São Paulo, para visitar, para ver como que trabalha, para tentar aproximação cada vez
717 maior. Foi mudada a direção da Polícia Civil também lá, era um anseio deles a mudança da
718 direção, então, vamos aprofundar e ver como nós podemos mexer nisso de uma forma que dê
719 para dar uma injeção de ânimo neles mesmo. Agora, o concurso para a Polícia Militar foi
720 aberto semana passada e da Polícia Civil já vai ser aberto agora, mais policiais, e a intenção
721 da Força Nacional é, eu falo francamente para você, de sair o quanto antes de Alagoas, se
722 pudermos, nós estamos com um número muito grande de policiais lá empenhados, e não é
723 esse o nosso papel, quer dizer, é o nosso papel num primeiro momento, mas é o papel de
724 vincular o policial de lá à sociedade de lá, não vincular a Força Nacional, a Força Nacional
725 tem que sair de lá, isso a gente tem certeza e está no cronograma a saída. Nós temos
726 cronograma de ações de curto, médio e longo prazos, então, isso consta do cronograma,
727 porque constava do cronograma o concurso e está na matriz de responsabilidade o concurso,
728 os concursos já foram abertos, então, não pretendemos ficar lá eternamente, é óbvio.

729
730 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
731 **– FENAPRF)** – Bom-dia a todos. São alguns questionamentos que eu tenho aqui anotado que
732 já foram até respondidos, porque com relação ao diagnóstico eu vi essa ausência de
733 diagnosticar a situação dos quadros dos policiais, eu vi a ausência na apresentação,
734 justamente foi isso mesmo que eu imaginei, **(intervenções fora do microfone)** como essa é
735 a mesma apresentação que foi feita lá em Alagoas, no lançamento do programa, esse dado
736 está aqui apenas pincelado, acho que na letra H quando fala efetivo de profissionais na
737 delegacia de homicídios insuficiente para a demanda em unidade cobre apenas duas áreas
738 da capital. Mas, eu acho que para nós do **Conasp não poderia ter esse detalhamento,** mas aí
739 fica a cargo do que os gestores ajudarem melhor, porque eu queria saber quantos peritos
740 criminais existem nessa região de Alagoas, papiloscopistas e médicos legistas que é o
741 principal problema que tem aí na questão do esclarecimento dos homicídios. Também existe
742 plano de carreira para os profissionais de segurança pública? Parece que não existe, o salário
743 inicial parece que está entre os oito piores do país. E outra coisa que eu vi também é que
744 para **policionamento** (policiamento) ostensivo e polícia de proximidade, um dos tópicos dessa
745 apresentação. Só para concluir, os investimentos parecem que foram muito mais da questão
746 do policiamento ostensivo, e eu não sei se esse choque de ordem no que a secretária

747 chamou de terra arrasada que vai justificar isso, mas é muito caro, eu fiz algumas contas aqui,
748 com o efetivo que você vai levar da Força Nacional, da Polícia Rodoviária Nacional, da Polícia
749 Federal, mais as **doze** (duas) aeronaves para operar durante esse período aí, vai gastar mais
750 de seis milhões de reais, enquanto polícia de proximidade, dois cursos, você vai gastar menos
751 de sessenta mil reais, então, justamente estou fazendo esse questionamento para que seja
752 esclarecido, que bom que não é nada disso.

753
754 **Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE)** - Gente,
755 bom-dia a todos e a todas. Nós, enquanto juventude negra, ficamos com a expectativa muito
756 grande para que toda e qualquer iniciativa no Brasil que seja tomada para reduzir os
757 homicídios deem certo, porque nós somos, infelizmente, o público preferencial dos homicídios
758 no nosso país. E eu até lancei no grupo do Conasp, dados do próprio Governo Federal que
759 revelam que existe uma crescente do número de mortes de jovens negros no Brasil, apesar
760 das políticas que estão sendo desenvolvidas no campo da segurança pública não notamos
761 redução do índice de homicídios e mortes de jovens negros no Brasil, por isso mesmo eu
762 queria reforçar as falas no sentido de que as questões específicas devem ser levadas em
763 consideração no Plano. Esse Plano não pode deixar de levar em consideração as questões
764 raciais, de gênero e faixa etária, essas questões não podem entrar depois. Isso tem que ser
765 premissa, o Governo Federal tem a Secretaria Nacional que cuida da questão racial e tem a
766 Secretaria Nacional que cuida da juventude, penso que essas secretarias devem fazer parte
767 do planejamento, da discussão, do Plano do Programa de redução de criminalidade violenta
768 no Brasil para que essas questões sejam levadas em consideração desde o início do
769 processo. A outra questão, falando especificamente do estado de Alagoas, eu queria discutir
770 um pouco mais os instrumentos de controle social do programa no estado, eu acho que tem
771 que dar uma elucidada, eu não percebi um controle social efetivo, e a sociedade civil daquele
772 estado é muito mobilizada, o movimento negro daquele estado, estado onde o Quilombo dos
773 Palmares existiu, é muito forte, é muito organizada, então, acho que o programa tem que
774 levar em consideração esse acúmulo que o estado tem e inseri-los no processo. Obrigado.

775
776 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Bom-dia a
777 todos e a todas. Eu acho que esse é um plano interessante, muito importante, nós assistimos
778 a implementação do Pronasci e depois se fixou no lugar e com os recursos, os investimentos,
779 os problemas são quase iguais em todo canto, os investimentos são muito curtos, se começa
780 por ali e depois o grande perigo de realmente parar ali também, então esse é um grande
781 risco. E outra preocupação que eu tenho é a seguinte, o governo tem lançado vários
782 programas como o do crack, e os outros programas que tratam da questão da violência, e é
783 importante ver como é que esse programa vai dialogar com esses outros, e também como vai
784 dialogar com as secretarias municipais e estaduais de Saúde, Educação e Assistência Social
785 principalmente, porque essas secretarias têm um intercâmbio permanente com a população,
786 ela está permanentemente com esse pessoal, a população vulnerável, etc. É preciso
787 realmente que haja uma política de integração entre essas secretarias, para que elas entrem
788 efetivamente nisso, que elas mapeiem as vulnerabilidades e que elas acolham essas
789 vulnerabilidades, tenham planos integrados para trabalhar a vulnerabilidade em função da
790 cultura de paz, em função do combate da violência. Nós temos um programa, depois da
791 Conseg nós criamos um trabalho em dez cidades da região do Siridó, no Rio Grande do
792 Norte, faz dois anos e meio e nós estamos trabalhando nessa perspectiva e vimos que
793 realmente as secretarias trabalham absolutamente desintegradas, dentro dela mesma e muito
794 menos com as outras, então nesses dois anos e meio conseguimos um resultado muito bom,
795 tentando fazer uma abordagem nessa perspectiva. E eu fico preocupado também com essa
796 questão de que tem que trabalhar as polícias, para respeitar a vida e para respeitar

797 principalmente a vida dos grupos dos jovens, dos pobres, dos vulneráveis, das camadas
798 discriminadas, porque a polícia mata muito, e não falamos nada sobre isso quase, a polícia
799 mata muito, ela não só mata, ela também faz eles se matarem, isso é uma coisa grave, ela
800 incita para eles se matarem, então isso é uma coisa importante mexer.

801
802 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
803 **presidente do Conselho)** - Raquel, desculpa, acho que eu deixei uma pendência, a
804 expansão do programa. Bom, é isso que eu falei no começo, nós vamos seguindo, agora
805 fomos chamados para o entorno, que segundo o mapeamento hoje, é o segundo local mais
806 problemático, chamado pela Presidência, a expansão ela vai ser determinada pela própria
807 Casa Civil dentro do nosso orçamento, e da vontade do estado também. Tem estados que
808 não têm abertura para que façamos uma ação conjunta, todos aqui sabem, não é todo estado
809 que nós vamos conseguir, o programa do crack, por exemplo, tem estado que nós fomos,
810 fizemos as visitas e eles não deram qualquer andamento dentro do estado, não deram
811 andamento. E aí também nós não vamos, vamos para outro estado onde ele queira, estados
812 que não estavam e solicitaram e nós fomos. Mas, nós não vamos deixar de fazer ações em
813 outros estados, pode não ser feito um programa, tem dois editais lançados, já foram lançados
814 outros dois, nós vamos trabalhar nessa direção, nessa proposta nossa, e não esquecemos o
815 Pronasci, não é isso, o Pronasci, na realidade, nos trouxe um conceito de trabalho integrado e
816 um conceito de trabalho entre os entes federados, e isso para nós está sendo premissa e os
817 próximos passos nós vamos trazendo para cá, mas a expansão vai depender, não só do
818 mapeamento da criminalidade que nós estamos acompanhando, e acho que depois com o
819 Sinesp nós vamos poder acompanhar muito mais, mas também pela vontade dos estados,
820 sabemos de estados que já estão procurando a própria Casa Civil para poder já buscarem um
821 programa para eles, porque nós vamos dentro de cada estado diagnosticar aquilo que pode
822 ser feito dentro do estado. Porque, por exemplo, para São Paulo vale isso? Não, não vale,
823 São Paulo tem um DHPT formado, tem que ter uma expansão de perícia, mas já tem uma
824 perícia diferenciada, então, em São Paulo, se procurados, nós temos que diagnosticar para
825 ver onde trabalharemos porque não é essa premissa, não é levar a Força Nacional para São
826 Paulo, com certeza, cada local nós vamos ter um trabalho.

827
828 **A Sra. Cristina Vilanova (Diretora de Políticas, Programas e Projetos da Senasp) -**
829 Secretária, eu posso só complementar a sua fala? No ano passado, nós passamos visitando
830 todos os projetos que estavam sendo implementados do Programa do Pronasci, por causa da
831 necessidade de fazer uma avaliação, um número muito grande de jovens do Protejo que
832 evadiam do Programa, mulheres às vezes que faziam parte do projeto ameaçadas, então a
833 gente fez um esforço de visitar as gestões, criamos grupos de trabalho, estamos fazendo um
834 redesenho e nós optamos por este ano lançar um edital para seleção de propostas porque já
835 fazia desde 2009 que não tínhamos projetos novos. A partir já de algumas premissas que
836 tivemos apontadas pelos relatórios dos órgãos de controle e também neste trabalho que está
837 sendo desenvolvido com gestores e também nós fizemos uma parceria com a Secretaria de
838 Assuntos Estratégicos da Presidência da República que está fazendo especificamente uma
839 pesquisa com jovens que participaram e os que se inscreveram e não puderam participar,
840 porque tinha duas mil e quinhentas vagas e foram cinco mil vagas dos jovens que
841 participaram do Protejo no Rio de Janeiro. Então, nós estamos avaliando e buscando
842 trabalhar também com formas de controle mais próximas e também com as diretrizes do
843 Programa. Sobre a perspectiva de gênero, a Secretaria de Políticas para as Mulheres é uma
844 das grandes parceiras da Senasp no âmbito do Governo Federal, nós vamos fazer agora um
845 encontro das delegadas das DEs, já falei para a Cida, acho que um ponto positivo que nós

846 tiramos a DE de Alagoas dos plantões, então, o que acontecia? A equipe da DE participava
847 dos plantões do estado e acabava que no outro dia a DE estava fechada.

848

849 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
850 **presidente do Conselho) -** Isso já está na matriz de responsabilidade.

851

852 **A Sra.Cristina Vilanova (Diretora de Políticas, Programas e Projetos da Senasp) -** Então,
853 foi uma das combinações que fizemos com o estado, a DE não participa dos plantões porque
854 nós precisamos que ela esteja todo dia em funcionamento para recebimento das denúncias. E
855 também, na perspectiva da perícia, como uma das áreas de investimento é trabalhar com a
856 questão da medicina legal, do exame de corpo delito, um dos grandes fatores é trabalhar com
857 as mulheres em situação de violência doméstica de gênero, de poder efetivamente fazer
858 análise comprobatória dos crimes de estupro e também qualificar o exame de lesão corporal
859 que essas mulheres são vítimas.

860

861 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
862 **presidente do Conselho) -** Não só mulheres, como eu vou ao meio-dia na Casa Civil, porque
863 o ministro está em férias, e eu estarei lá com os demais ministros, no Proteje, que é um
864 programa para crianças e adolescentes. Então, o viés, nós estamos trabalhando a perícia em
865 todos os viés. Nós vamos trazendo as ações complementares, mas, possivelmente, tenhamos
866 contemplado.

867

868 **A Sra.Cristina Vilanova (Diretora de Políticas, Programas e Projetos da Senasp) -**
869 **Dentro da nossa rede de ensino a distância também tem cursos específicos , para**
870 **atendimento das mulheres em situação de violência, e a ideia é que a gente possa incluir isso**
871 **para os grupos também em situação de vulnerabilidade, assim como a população em situação**
872 **de rua, que nós tivemos a primeira reunião do grupo de trabalho agora na quinta, que foi a**
873 **segurança pública e o pessoal da SDH e dos movimentos de população em situação de rua**
874 **para também eles nos auxiliarem na implementação desse projeto.**

875

876 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
877 **presidente do Conselho) -** Com relação ao Élder. Élder, dois pontos seus: Primeiro ponto é
878 que tem um trabalho sendo realizado e acho que vocês sabem, pela SEPIR, já com as
879 demais secretarias com relação aos homicídios aos jovens negros. Então, quando nós
880 fizemos a apresentação, eu acho que você não havia chegado ainda, nós dissemos que isso
881 não era um programa que estava fora dos demais programas do Governo Federal, então, ele
882 conversa com o Programa Crack, ele conversa com o Fronteiras, porque como agora o
883 cromatógrafo gasoso está lá, temos condição de ao fazer um exame na droga, verificar por
884 onde essa droga está chegando, comunicar com a própria Polícia Rodoviária Federal, Polícia
885 Federal e a Força Nacional que está atuando na fronteira para que tracemos esse caminho
886 que a droga está fazendo até lá. Então, nada disso está trabalhando dissociado das demais
887 políticas, e lá no estado o Conselho Estadual de Segurança com o Gabinete de Gestão
888 Integrada, que este é o órgão no estado, ele tem a participação da juventude negra. Então,
889 não tem nada dissociado, não pense que quando nós estamos apresentando, nós estamos
890 trabalhando integrado política lá no estado, mesmo porque, não se esqueçam, que eu estou
891 falando de um estado que começou a fazer estatística agora, eu não tenho estatística
892 comparada, eu não tenho como buscar o passado, eu não tenho um diagnóstico comparado,
893 porque isso começou a ser trabalhado lá em março, não tinha nada, absolutamente nada lá,
894 então, a partir de março que nós começamos a trabalhar todos esses índices. O controle
895 social tem um comitê, prevê o termo de cooperação técnica, teve um comitê de avaliação e

896 prevê assembleias com a própria sociedade organizada lá, então, tem um controle social sim,
897 e o Ministério Público está acompanhando também. Marcos, vamos lá, eu vou dar os números
898 aqui, se falhar, por favor, Papi, nós temos quatro para o estado, sendo que eles não fazem
899 crime, só fazem identificação civil; perito médico legal nós temos trinta e nove no estado todo,
900 só que só tem perícia em dois lugares na capital e em Arapiraca, são trinta atuando. Se
901 existisse não tinha aquele número de laudos que nós demos para vocês, é impossível e
902 quando tem perito, não tem insumo, também tem isso, não é, Humberto? Pode ter perito e
903 não tem insumo, o equipamento está quebrado, é caos total. Por isso, Marcos, eu vou dizer
904 uma coisa para você, por isso se justifica o investimento feito, inclusive em insumo. Esse valor
905 que você fez uma conta aí, eu dou o valor total até dezembro do investimento do Ministério da
906 Justiça são quase vinte e seis milhões, com uma contrapartida do estado de mais dezoito.
907 Você pode pegar a planilha, a planilha está aí. O aéreo você tira daí porque o aéreo não é
908 nosso, é do estado, é o maior valor, é óbvio, mas é a contrapartida. Então, o que está
909 acontecendo, na matriz de responsabilidade, quando nos foi pedido o aéreo, quando nós
910 fizemos com os estados essa pactuação e foi criada uma portaria do Ministério da Justiça,
911 inclusive para que não estejamos mais comprando mais helicóptero, esteja otimizando aquilo
912 que já tem nos estados, doados pela própria Senasp, consta que o estado que requerer, ele
913 vai ter que arcar com os custos da aeronave, porque não é justo que um estado além de
914 mandar, ainda mande com tudo, ele já manda o policial dele, porque quem dirige essa
915 aeronave, quem pilota essa aeronave não é um piloto comum, é um piloto policial, e ele já
916 manda com o piloto, então, o estado arca com tudo o mais, manutenção da aeronave,
917 exatamente, a diária é nossa. E tem mais uma coisa, não adianta falar que fazer segurança
918 pública é barato, porque não é barato, é mentira, é muito caro. E só dialogando um pouquinho
919 com o próprio Geraldo; Geraldo, eu acho que parte das suas indagações ficam respondidas
920 pelo Gabinete de Gestão Integrada obrigatoriamente de estar funcionando no estado e
921 integrando todas as áreas, inclusive saúde, educação, não podemos fazer política, isso já é,
922 acho que hoje não se discute mais se política de segurança se faz só com polícia, acho que
923 nós até já ultrapassamos isso, então, quando nós falamos em Gabinete de Gestão Integrada,
924 nós falamos área da saúde, área da educação, área da cultura, do esporte, tudo sentado no
925 mesmo lugar, porque se nós não tivermos este suporte, nós não vamos ter contingente
926 policial para dar conta no país. Então, isso é uma tensão muito grande que nós estamos
927 tendo, aproximar esse diálogo, e por isso também a razão de não estar se criando mais
928 Comitês de Articulação, comitê de não sei o quê, gente, já tem o Gabinete de Gestão
929 Integrada, essa é a política tirada pelo Pronasci, é a política implementada através da própria
930 Conferência Nacional de Segurança Pública, consta de uma das diretrizes da Conferência é
931 exatamente o fortalecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada, sejam eles estaduais ou
932 municipais, então essa é a instância que vai fazer a articulação lá no estado ou em qualquer
933 outro estado que queira um programa conosco. A primeira coisa, ele vai ter que ter o
934 Gabinete de Gestão Integrada funcionando, mas não é para inglês ver não, é para sentar lá e
935 discutir política, foi isso que eu fiz na sexta-feira lá com o governador e com este Gabinete,
936 passamos a manhã inteira discutindo. A próxima reunião em que os senhores estarão
937 presentes por meio de três representantes, em Arapiraca, o próprio ministro da Justiça estará
938 presente neste Gabinete, então não é Gabinete para não funcionar, não, Geraldo, é Gabinete
939 para funcionar, é para funcionar, é para opinar. E assim, é muito para que deixemos do
940 paternalismo, eles têm que assumir a política de segurança do estado, porque se a gente ficar
941 lá o tempo inteiro, vai acontecer o que você está falando, a Força não vai sair de lá. Eles têm
942 que assumir, então não é papel nosso de estar lá pegando pela mão o tempo inteiro, agora é,
943 Marcos, se eu disser para você, se você quiser me acompanhar num fim de semana lá
944 quando formos, você vai acompanhar, você vai ver, se você não pegar pela mão agora, não
945 sai, num primeiro momento é isso mesmo, ou pega pela mão e vai fazer porque não vai sair.

946 Agora, nós também temos que criar mecanismos para que o estado assuma isso, estruture, e
947 outra coisa, que ele também nos mostre, e aí a própria Assembleia Legislativa lá criou com os
948 deputados um comitê de acompanhamento do orçamento do estado para nos ajudar, ou seja,
949 não pode ter substituição de orçamento da segurança na medida em que aportarmos
950 orçamento lá, porque grande parte dos estados fez isso, substituiu, encaminhamos orçamento
951 para segurança, ele tirou da segurança e jogou em outra área. Então, tem um
952 acompanhamento da Assembleia que vai nos remeter o movimento do orçamento de lá para
953 que isso não aconteça, porque senão não adianta mais nada. Chegou agora, acabou de
954 chegar no Minuto a Minuto da Força Nacional, a prisão de uma quadrilha também de crime
955 organizado, oito presos de crack lá, e tem vários, agora deve desencadear aí, era uma
956 operação que nós já vínhamos investigando junto com as outras polícias, quando eu falo nós,
957 conte Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional que estão juntas já,
958 trabalhando integradas e acabamos de prender oito pessoas dessa quadrilha.

959
960 **A Sra. Isabel Seixas de Figueiredo (Diretora de Ensino e Pesquisa da Senasp) - Posso**
961 complementar, Secretária? Mais uma vez eu friso que isso não é um Plano Nacional de
962 Segurança Pública, é Programa com foco definido. Este Programa com foco definido dialoga
963 com os outros programas, então nós temos o Anafran que fortalece a fronteira, temos o
964 Crack, que trata o usuário, este programa vai focar na qualificação da investigação criminal,
965 toda a filosofia desse programa foi discutida na Presidência da República juntamente com a
966 Fernanda, que cuida da juventude negra, e aí até nós comentamos com ela, o que nós temos
967 no diagnóstico geral do plano? Quem mais morre no Brasil? São jovens, negros e pardos e
968 por instrumento de arma de fogo, por isso nós temos, então, como nós vamos qualificar a
969 investigação de homicídio, nós vamos punir essas pessoas que estão matando esse foco.
970 Esse nosso Programa dialoga com a Coordenação-Geral de Ações de Prevenção, que é do
971 Dope, tanto dialoga que os editais que foram publicados este ano para repasse de recursos
972 para fortalecimento da prevenção nos municípios, que nós achamos que os municípios têm
973 esse papel indutor e responsável pela prevenção na sua localidade porque é o município que
974 conhece mais a realidade, não adianta investir em prevenção da violência única e
975 exclusivamente nas Secretarias de Segurança Pública e esquecer que nos municípios eles
976 têm uma articulação mais aproximada com a sociedade, os Conselhos Municipais de
977 Segurança e toda mobilização social ela é muito mais fácil ela dialogar lá com o prefeito e
978 vereador do que com deputado estadual e federal. Então, a ideia é fortalecer a prevenção nos
979 municípios, os editais Mulheres da paz e do Proteje foi focado nos quatrocentos municípios
980 mais violentos, destes receberam maior pontuação onde mais se morriam jovens negros,
981 porque o pessoal da Sepir nos encaminharam uma planilha e essa planilha foi colocada no
982 edital como critério para que o estado ou município que se habilitaram no edital que eles
983 pudessem receber esses recursos. Então, todas as ações que nós vamos trabalhar na
984 coordenação de prevenção, elas vão estar elencadas com este programa, com o programa
985 Crack, o Estratégia Nacional de Fronteiras, o Enafran, nós já estamos trabalhando com os
986 municípios com esse viés, fortalecer os municípios de cidades onde mais ocorrem crimes de
987 homicídios, ou seja, querendo ou não, nós estamos, quando você fala em morte, fala em
988 homicídios, o resultado de quem está morrendo, quem é a população que mais morre? Nós
989 temos toda uma articulação com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, SPM,
990 também voltado para o fortalecimento, ou seja, dentro da Senasp, tudo o que nós pudermos
991 fazer para fazer a interligação e atingir a esses públicos que nos cobram, a população em
992 situação de rua, estamos fazendo. Então, este programa em si está voltado para a
993 qualificação, e isso não invalida as demais políticas que a Senasp já desenvolve. Com relação
994 a Alagoas, Secretária, nós chegamos no ano passado lá, eles estavam com recurso, estão
995 desde 2008 sem executar do Pronasci, desde 2008, houve um aporte de mil por cento em

996 recursos lá, eles estavam com vinte e cinco milhões, o governador veio aqui pedir dinheiro
997 ano passado e nós falamos para ele: “Para que o senhor quer dinheiro se o senhor tem vinte
998 e cinco milhões em caixa e não executa?”. Eles executaram, hoje eles estão com onze
999 milhões, esses sete milhões e mais um helicóptero de seis que eles já adquiriram, então não
1000 coloquei aqui como pendente, mas o helicóptero só vai ser entregue no final do ano. Então,
1001 assim, não podemos aportar recurso, aportar recurso e não cobrar a execução, nós temos
1002 que fazer com que eles terminem essas etapas que já estão abertas até mesmo vai depender
1003 do nosso cronograma para 2013, vai depender muito do que está sendo feito em 2012 e
1004 dessas pendências que existem no estado.
1005

1006 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
1007 **presidente do Conselho)** - Outra coisa, Geraldo, que você falou, de grupo de extermínio, eu
1008 não vou colocar aqui nessa apresentação grupo de extermínio, mas isso nós estamos
1009 atentos. E assim, não se preocupe que não é em Alagoas que nós estamos atentos, nós
1010 estamos atentos a grupo de extermínio em vários estados, não tem grupo de extermínio só
1011 em Alagoas infelizmente, e por uma condição até das investigações que estão abertas pelo
1012 país, nós não vamos colocar aqui, mas posso te dizer que parte desse recurso da Senasp é
1013 para inteligência da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e da própria Secretaria de
1014 Estado para combater grupo de extermínio. Nós estamos bem atentos a isso lá, muito
1015 atentos. É, Pedro Paulo.
1016

1017 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** - Em relação à
1018 questão da redução dos crimes violentos, a primeira e tende a ser de fundamental importância
1019 que é a contrapartida exigida pelos estados ou fomentada aos estados também faça parte das
1020 Fundações de Apoio a Pesquisa, que elas possam também promover editais específicos com
1021 focos definidos e que esses focos definidos possam também nos ajudar a pensar do ponto de
1022 vista da pesquisa e da produção de dados a questão dos crimes violentos, tendo em vista
1023 também que esse é um programa que tende a capilarizar para outros estados, também o
1024 fomento de órgãos nacionais como CNPQ e Capes. Outra questão que eu entendo ser
1025 extremamente importante é um estudo pormenorizado em relação a motivação dos crimes, de
1026 modo geral, quando nós apresentamos os crimes violentos nós falamos em dia da semana ,
1027 tipo de arma, horários, bairros, mas não falamos de motivação dos crimes, e entendo que isso
1028 é por conta de uma ausência de qualificação, um sistema de informações no que diz respeito
1029 a motivação, como também de uma ausência hegemônica em relação à perícia psicológica
1030 nos estados. Hoje, por exemplo, numa Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro, nós temos
1031 uma perita psicóloga que faz um trabalho extremamente importante na qualificação e na
1032 motivação daqueles dados e ela só está lá porque ela é uma psicóloga desviada de função,
1033 porque não existe a função de perito psicólogo, por exemplo, no Rio de Janeiro e imagino que
1034 em outros estados também não. Outra questão importante é lembrar que onde mais se mata
1035 também é onde mais se morre, e entendemos também que é preciso um recorte nas mortes
1036 relacionadas a agentes de estado, não somente os agentes de estado que matam, mas
1037 também os que morrem, portanto, uma pesquisa qualificada em relação à questão dos autos
1038 de resistência. Outra questão importante é conhecer os fluxos e os gargalos que estão
1039 presentes nas dificuldades em andamento dos inquéritos, não somente criar uma nova
1040 delegacia especializada, mas, principalmente, conhecer entre aquelas que já existem o que
1041 dificulta de fato o andamento, tendo em vista que nós precisamos trabalhar com um sistema
1042 de segurança pública e não com níveis de excelência. Outra questão que eu entendo ser
1043 extremamente importante é a questão do policiamento extensivo de proximidade, o
1044 policiamento de proximidade é um conceito, conceito esse que precisa ser trabalhado no
1045 cotidiano das polícias, não somente no momento em que o policial é selecionado e que a

1046 formação inicial dele é de policial, mas, principalmente, em uma formação continuada, e é
1047 preciso então fomentar uma qualificação policial de proximidade para que, de fato, isso não
1048 seja apenas uma palavra de ordem. Outra coisa é pensar a autonomia das Corregedorias e
1049 das Ouvidorias, também para que não seja mais uma palavra de ordem a ideia de autonomia,
1050 é preciso acompanhar, de fato, o modo como tem se trabalhado nas Ouvidorias e
1051 Corregedorias e pensar um modo para que elas possam ser de fato autônomas, rapidamente
1052 é isso.

1053
1054 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais**
1055 **do Brasil)** – Bom-dia a todos. Em relação ao Plano, Regina, eu acho que a perícia está bem
1056 contemplada, muito bem estudada, bem dividida aqueles sete eixos que foi apresentado pela
1057 Isabel. O que nos preocupa é quando você fala que a aplicação em outros estados depende
1058 do sucesso em Alagoas, estamos todos torcendo, mas sabemos que o problema não é só
1059 dinheiro, financeiro, é gestão. E essa é a nossa preocupação em Alagoas, e digo por que há
1060 dois anos que eu venho trabalhando junto com os colegas de Alagoas, lá não existe diálogo, o
1061 secretário de Segurança Pública não recebe, e aí o Gandra me poupou todas as afirmações
1062 em relação a servidores, eu concordo porque nós vivenciamos isso em Alagoas, eu estou lá
1063 há mais tempo, há quase dois anos, quase que diariamente lá em Alagoas. E não existe o
1064 diálogo do secretário para com os servidores. A própria perícia que não é comandada por
1065 servidor da categoria, é um coronel da Polícia Militar, nada em relação a sua função, mas ele
1066 mesmo não tem diálogo com os servidores, tanto que esta greve está sendo negociada por
1067 você e pelo secretário diretamente por que o diretor de lá não tem nenhum tipo de diálogo,
1068 nem liderança e ninguém atende as determinações dele. Para se ter uma ideia, a perícia
1069 ainda está em greve, estão tendo uma assembleia hoje e se retornarem, é graças ao seu
1070 nome que está empenhado lá, falaram comigo hoje pela manhã, disseram assim: “Nós vamos
1071 levar a palavra da doutora Regina”. Tudo o que foi feito é em relação a você, e não ao
1072 governo do estado e não ao secretário de Segurança Pública. Tive a oportunidade de
1073 conversar isso com o próprio governador, naquele dia, uma oportunidade muito boa, mas nos
1074 preocupa bastante isso aí. A medicina legal da capital Maceió não funciona, não está tendo
1075 necropsia na capital, só exame de lesão corporal, só em Arapiraca que estão fazendo a
1076 necropsia porque o Instituto lá, o prédio está totalmente destruído, então é só essa
1077 preocupação com a gestão, e que você possa intervir, porque só a sua participação pode
1078 fazer com que a perícia funcione no estado de Alagoas.

1079
1080 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)**

1081 -
1082 Bom-dia. Em relação ao Programa com foco definido, eu fiquei com algumas dúvidas,
1083 basicamente o seguinte: Qual é a documentação que delimita esse programa? Teve a
1084 apresentação, mas quais são os documentos que orientam esse programa? Inclusive se
1085 existem normativos ou não. A questão da matriz de responsabilidade, quer dizer, o convênio,
1086 e definir um pouco essa lista definidora dessa documentação era importante como vamos ter
1087 uma tarde de debate, de discussões, que talvez fosse possível tentar passar essa
1088 documentação. Se não for possível passar essa documentação em meio físico, que passe em
1089 meio digital, porque eu sei que ali está no computador que foi definido. Outra coisa é a
1090 questão da governança desse programa, quer dizer, quem é que governa esse programa
1091 dentro do Governo Federal, como é que está essa governança? E aí tem duas propostas que
1092 eu já encaminhei na lista sobre qual é a relação do Conasp em relação a esse programa, se
1093 esse programa pode também ser incluído como uma iniciativa do Conasp e qual vai ser a
1094 participação do Conasp formalmente dentro do programa. Quer dizer, são coisas que seriam
1095 importantes termos uma sinalização. Em relação à taxa de homicídio de Alagoas, qual é a

1096 expectativa, a meta de redução que o programa tem? É sempre muito difícil iniciar, o caso de
1097 Pernambuco, é um caso documentado em que eles inicialmente colocaram doze por cento de
1098 redução, não conseguiram doze por cento de redução no primeiro ano, só foram conseguir na
1099 metade do segundo, terceiro ano, mas teve uma meta de redução dos homicídios, então é
1100 importante ter essa coisa, é muito importante para o Conasp, para esse Colegiado ter acesso
1101 a essa documentação, para que nós possamos conhecer na profundidade e também para que
1102 possamos ter um debate mais central na formatação de nossas propostas para esse
1103 programa.

1104
1105 **O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil –**
1106 **ADEPOL)** – Bom-dia a todos. Presidente, a Adepol parabeniza e aplaude a Senasp pela ação
1107 no estado de Alagoas, e eu gostaria de fazer uma colocação no sentido de que esses dados
1108 iniciais que foram apresentados aqui revelam um diagnóstico muito ruim, muito ruim porque
1109 revelam que os estados não estão investindo minimamente em segurança pública, porque a
1110 ação da Força Nacional não é uma ação faraônica nos estados, ela é complementar, e esses
1111 dados, eles são retumbantes no sentido de demonstrar o descaso dos governos com os
1112 cidadãos e com as suas instituições. Nós temos conhecimento pelo diálogo que travamos
1113 com os presidentes das entidades dos estados e com os chefes de polícia de que o nível de
1114 investimento é baixíssimo. Nós tivemos contato no mês passado, com o diretor geral da
1115 Polícia Civil do estado do Rio Grande do Norte, onde a situação ainda não é das piores, ele
1116 me disse que no final do mês ele daria posse a oitenta e cinco policiais, estaria inaugurando
1117 uma Delegacia de Homicídios, que é a primeira do estado, e ele não tinha sequer um revólver
1118 para dar para um desses policiais. Quando você toma posse num órgão policial, no dia
1119 seguinte você passa a se tornar alvo. As delegacias de polícia dos estados, elas se tornaram
1120 cadeias, o desvio de função é institucionalizado neste país. A polícia não investiga, ela não
1121 cumpre a sua missão constitucional, o que ela faz é cuidar da custódia de presos, então, o
1122 diagnóstico é muito ruim e o prognóstico, eu acredito que também é sombrio, porque eu acho
1123 que daqui a pouco nós estaremos discutindo as ações em outros estados, porque nós não
1124 vemos perspectiva de melhoria nesse sentido, mas de toda sorte nós aplaudimos a iniciativa,
1125 nós vemos ainda com algum alento, o fato de que um pouco de boa vontade e de
1126 investimento pode trazer números satisfatórios e eu gostaria só de fazer um questionamento
1127 talvez até pelo fato de eu não ter acompanhado toda a explanação, eu gostaria de saber qual
1128 é a seara de abrangência do legado que esse trabalho pode deixar nos estados.

1129
1130 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
1131 **presidente do Conselho)** - Pedro, eu acho que tudo o que você apontou, serve de alento e
1132 de rumo para a nossa equipe, quando você diz a contrapartida em pesquisa, nós temos vários
1133 editais que já estão, inclusive, sendo analisados para essas pesquisas, a própria Senasp
1134 junto com as universidades, mas eu acho que o próprio estado e aí houve uma proposta da
1135 Universidade Federal de Alagoas para que ela acompanhe conosco e tenha esse controle
1136 externo dos índices e do desenvolvimento do próprio programa lá dentro, nós estaremos
1137 então, fazendo junto com o estado uma contratação da própria Universidade para que ela
1138 acompanhe isso, um olhar externo e acadêmico que eu acho que isso para nós é
1139 superinteressante. Você traz, na motivação dos crimes, veja bem, um local onde não tem
1140 sequer investigação, são dez mil inquéritos lá parados, é completamente dificultoso, só que
1141 essa perspectiva de nós termos um perito psicólogo dentro dessa nova delegacia que
1142 estamos criando, acho que isso é excelente, e acho que nós poderíamos, Kátia, Cristina, por
1143 favor, acho que poderíamos lançar mão de um perito psicólogo senão do estado, que eles
1144 estão fazendo concurso, mas de alguém que pudesse vir e fazer até uma pesquisa lá dentro
1145 de outro estado, para que pudéssemos acompanhar a motivação de crime daqui para a

1146 frente, e é daqui para a frente, viu, Pedro, porque o que é passivo, nós estamos correndo
1147 atrás, mas... As mortes por agentes, nós temos dentro da matriz de responsabilidade também
1148 um pacto de não registrar resistência seguida de morte, o nosso pacto é homicídio e
1149 averiguação disso é matéria processual e não matéria de registro. E Alagoas, eu sinto trazer,
1150 sinto por um lado e por outro não, Alagoas é, sim, o estado onde mais tem homicídio, mas é o
1151 estado que mais registra corretamente, eles também são punidos por fazer a lição de casa
1152 correta, porque os outros estados que acabam registrando morte, acabam fazendo uma
1153 salada, Alagoas não, Alagoas registra crime, é homicídio, embora eles não investiguem, mas
1154 que eles registram, eles registram. É sério, cada um tem um lado lá pendente, eles não
1155 investigam, mas que eles registram, eles registram. O fluxo gargalo, por que que nós
1156 trouxemos o Sistema Judiciário conosco? Por que este pacto com o Judiciário? Exatamente
1157 para não transferir gargalo, nós detectamos que hoje ele está ainda no Sistema de
1158 Segurança, sanado o problema do Sistema de Segurança nós poderíamos transferir isso
1159 imediatamente para o Sistema de Justiça, e o efeito seria o mesmo, processos parados e
1160 impunidade, razão pela qual entre os documentos está o pacto com o Judiciário. Policiamento
1161 de proximidade você falou e nós concordamos e autonomia da Ouvidoria e Corregedoria nós
1162 assinamos embaixo, concordamos plenamente. E acho que tudo o que você falou já vai ficar
1163 aqui para termos como um mantra. Humberto, realmente, se precisar de você, gostaria de tê-
1164 lo junto comigo neste diálogo, se eles voltarem a trabalhar, eu não influenciei em nada, mas
1165 eu tive uma reunião de três horas com eles no sábado à noite, e pedi a eles que retornem a
1166 trabalhar e conversei com o governador, e se retornarem é por conta de uma reunião pessoal
1167 deles comigo e com o governador para que possamos traçar alguns parâmetros da perícia lá
1168 no estado. Então, se acaso nesta reunião eu precisar, vou pedir apoio tanto seu quanto da
1169 Simone, por favor, para que acompanhe isso junto com a gente, e ABC também, para que nós
1170 possamos traçar algumas linhas técnicas dentro do próprio estado e de melhoria aos
1171 profissionais, nós estamos assim pensando e já falei com eles, já tenho do governador a troca
1172 do diretor da Perícia, mas em greve é complicado falar alguma coisa, então pedi que eles
1173 retornem, que abriremos uma mesa de negociação, e aí nós cuidamos até da troca do diretor
1174 da Perícia, que é uma necessidade realmente lá, Humberto, mas em greve é difícil fazer uma
1175 aproximação dessa. Então eles estão pensando em voltar e está lá para decisão, vamos ver
1176 hoje à tarde o que eles decidem, mas de qualquer forma farei contato.

1177
1178 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais**
1179 **do Brasil)** – Foram apresentados os peritos da Casa. Nem os peritos da Força foram
1180 apresentados aos peritos da Casa, os peritos da Força chegaram, levaram para jornal, para
1181 rádio, mas os colegas nem sabem quem são os peritos para apresentar.

1182
1183 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
1184 **presidente do Conselho)** - Fica um ambiente muito ruim, sim. Mas, nós já estamos cuidando
1185 disso e eu pessoalmente estou empenhada nisso porque quero ver se nós resolvemos isso.
1186 Conselheiro Marcos Costa, com relação aos documentos que orientam o programa, esses
1187 documentos são do estado, já que o senhor não estava presente no começo da reunião, mas
1188 eu disse que isso não se trata de um termo de adesão, e sim de um termo de cooperação, e
1189 isso, se publicado for, será pelo estado e não por nós. Eu não vejo porque trazer este
1190 documento para cá se nós estamos com tudo aberto aos senhores, a documentação é uma
1191 parte de gestão, o Conasp não é órgão gestor e nem executor, ele é órgão de
1192 aconselhamento do ministro da Justiça, então, iniciativa deste programa é do Ministério da
1193 Justiça, não é a Senasp, não é SRJ, não é Conasp, é Ministério da Justiça, acho que todos
1194 nós nos sentimos contemplados quando esta iniciativa é do Ministério da Justiça. Nem a
1195 Senasp leva essa iniciativa, quem leva a iniciativa é o Ministério da Justiça, porque ele

1196 transcende a Senasp, quando nós fazemos o pacto com o Poder Judiciário, acho que o
1197 senhor não sabe disso, mas nós já trouxemos também aqui , a SRJ que é a responsável, não
1198 é a Senasp, é a Secretaria de Reforma do Judiciário, quando nós trabalhamos com alterações
1199 legislativas, é a SAL que é responsável, então para que isso não fique uma disputa interna de
1200 esse teve a iniciativa, aquele teve a iniciativa, o Ministério da Justiça teve a iniciativa com
1201 seus órgãos diretos e indiretos, inclusive os de aconselhamento. A governança, ela está muito
1202 dentro da Senasp, da SRJ e do Gabinete do Ministro, no âmbito do Ministério da Justiça, mas
1203 muito pactuada com o estado porque nós temos também por competência uma limitação
1204 grande nesse sentido já que a Constituição diz que quem faz segurança pública é o estado-
1205 membro. Então, nós temos uma linha aí de jogo de cintura porque não pode haver uma
1206 ingerência do Ministério da Justiça definitivamente dentro do estado, principalmente quando é
1207 um acordo de cooperação, não é um acordo de adesão, eles não aderiram a um programa,
1208 nós estamos em cooperação técnica e sendo cooperação técnica, prevalece, é óbvio, a
1209 competência do estado. E nós então, estamos lá, é uma governança difícil até, é um jogo de
1210 cintura que eu digo que não podemos ao mesmo tempo perder o controle, porque tem recurso
1211 do Governo Federal, mas tem recurso do Governo do estado, tem recurso internacional que
1212 nós estamos buscando. E a meta de redução, exatamente porque foram propostas algumas
1213 metas de redução em outros pactos muito avançadas, a nossa meta é bem tímida e ela foi
1214 pactuada pelo governo do estado e não por nós. O governo do estado, em reunião, chegou a
1215 uma meta de atingir dez por cento de diminuição de homicídios/mês, inclusive pensando já na
1216 possível premiação para as equipes que estejam trabalhando, seja ela Polícia Civil, Militar,
1217 Bombeiro, enfim, da mesma forma que é feita em Pernambuco, que já está sendo copiado no
1218 Rio de Janeiro. Eu até tenho algumas restrições sobre isso, acho que nós podíamos até
1219 debater isso, eu não sei se isso é a forma mais correta, eu acho que tem que ser bem pago o
1220 policial, estou com o Marcos Dias nisso, o policial tem que ser bem pago, mas não tem que
1221 ter gratificação, premiação, ele tem que ser bem pago para fazer a função dele, mas isso
1222 também está dentro do estado, Marcos, eu também não posso ingerir, porque tem um
1223 controle aí, que temos que fazer não fazendo, me entendam, por favor, é Governo Federal, é
1224 governo do estado e é uma Federação que nós temos que respeitar. Então, eu acho que era
1225 isso.

1226
1227 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)**
1228 - Quando eu falei da governança, eu estava falando da governança dentro do Governo
1229 Federal, e aí, qual será a participação do Conasp nessa governança, era essa a pergunta. E
1230 em relação à documentação, queria perguntar também quais eram essas documentações,
1231 quer dizer, tem um termo de cooperação, fala-se na matriz de responsabilidade e o que mais,
1232 é só isso, ou tem mais algum outro documento? E só um esclarecimento, tudo o que envolve
1233 repasse de recursos federais e contrapartidas dos estados, e a senhora como gestora sabe
1234 muito bem disso, está submetido à fiscalização do Tribunal de Contas da União, os
1235 descompromissos pelas autoridades estaduais, municipais e federais estão submetidos à
1236 jurisdição Federal, então, na verdade, não é apenas um pacto de cavalheiros, quer dizer, há
1237 uma responsabilidade que envolve os três níveis municipais, e isso é uma questão federal,
1238 independentemente...

1239
1240 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
1241 **presidente do Conselho) –** Para isso está no Portal da Transparência, Conselheiro, todos os
1242 Conselheiros, por favor, podem ter acesso tanto ao Portal da Transparência, ao Siafi e aos
1243 demais órgãos, e nós respondemos sim, em absoluto, por isso, conselheiro, que eu falo tanto
1244 em prestação de contas aqui, por isso que eu falo tanto quando é relatórios, quando nós
1245 viajamos, é por isso, é por conta do Tribunal de Contas mesmo e eu sei a responsabilidade

1246 que eu tenho sobre isso e que todos nós aqui temos. Está tudo aberto, está no Portal da
1247 Transparência, a governança é feita, eu já lhe disse, pelo Ministério da Justiça, e os senhores,
1248 também pactuamos aqui, eu fiz a proposta, antes do senhor chegar à reunião, por volta de
1249 nove e pouco, que nós estaríamos trazendo para cá deste programa para que os senhores
1250 acompanhem. Tudo aberto, e três Conselheiros participarão das reuniões daqui por diante no
1251 gabinete de Gestão Integrada do estado, porque este programa, volto a falar, é uma
1252 pactuação e o Judiciário está conosco por meio de um pacto também assinado no dia do
1253 lançamento, Humberto acompanhou, o Gandra acompanhou, está lá...

1254
1255 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)**
1256 - Só uma coisa, em relação à documentação, ainda não está claro para mim. Tem a matriz de
1257 responsabilidade, o termo de cooperação...

1258
1259 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
1260 **presidente do Conselho)** – Então, vamos lá, o que rege é um termo de cooperação técnica.
1261 Depois desse termo, esse termo pressupõe uma matriz de responsabilidade, é óbvio porque
1262 se tem cooperações técnicas, eu tenho matriz de responsabilidade. Tem um pacto com o
1263 Judiciário e tem um comitê de acompanhamento local do próprio, aliás, é um Gabinete de
1264 Gestão Operacional, desculpa.

1265
1266 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)**
1267 - Regina, só mais um detalhe, e a documentação dentro do Executivo Federal?

1268
1269 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
1270 **presidente do Conselho)** – Eu já falei é o termo de cooperação técnica, dentro do termo tem
1271 responsabilidade. Gente, agora eu vou passar a presidência para o Almir, eu vou até a Casa
1272 Civil, porque eu tenho que cuidar de um outro programa lá, que é do Proteje que é crianças e
1273 adolescentes, e retorno, a reunião lá está marcada de meio-dia às duas e meia, então, se os
1274 senhores ainda aqui estiverem, eu estarei junto. Obrigada.

1275
1276 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
1277 **Cobracol)** - Bom, eu gostaria só de me manifestar a respeito ainda daquele termo dos
1278 policiais, da categoria Polícia Civil lá, porque é importante, eles são os envolvidos diretamente
1279 nesse Plano para que esse Plano dê certo, torcemos muito que dê certo. No entanto, eu
1280 quero dizer para os conselheiros, para os meus pares, que a categoria lá da Polícia Civil, a
1281 qual tem o sindicato que representa essa categoria, é a que mais faz greve de todos os
1282 estados da Federação, essa categoria é que vem fazendo greve sistematicamente e até
1283 agora não conseguiu o seu objetivo. Por exemplo, está previsto no plano que vai ser feito,
1284 isso pelo estado, que ele vai fazer um concurso para a Polícia Civil. Você sabe que lá já existe
1285 um corpo de aprovados que fizeram Academia de Polícia e que não foram nomeados? E que,
1286 provavelmente, acaba agora, este ano acaba o prazo, são coisas que o Conselho tem que
1287 ficar sabendo, porque se o Governo de lá vai abrir um concurso para a Polícia Civil, se já
1288 existe um concurso que o próprio Governo Estadual abriu, já estão treinados esses policiais,
1289 por que até agora ainda não foram chamados? Outra questão é: as facções que existem lá,
1290 como foi dito pela nossa Presidente, para mim eu não sabia que existiam essas facções, são
1291 quatro, duas do bem e duas do mal, eu quero dizer que só faz greve, o policial quando faz
1292 greve é porque ele vive do salário, é porque ele não tem bico, é porque ele não foi cooptado
1293 pelo crime organizado, esse é que faz greve, então o governo do estado, e aí eu peço
1294 interferência da própria Senasp, para que ela interceda com esse governador, com esse
1295 governo que está abrindo já essa, é uma nova era que está se aproximando com esse plano

1296 lá, até porque ele é do PSDB e o governo Federal é do PT, quer dizer, extrapartidário, então
1297 isso aí é uma coisa muito boa. Será que não seria o momento, Presidente, de encaminharmos
1298 uma recomendação pelo Conasp uma recomendação para esse Governo que está se
1299 abrindo, independente de partidos políticos a essa problemática que tanto aflige aquele povo
1300 alagoano, e dizer que se abra o canal de negociação para que possamos entender os anseios
1301 daquela categoria e quem sabe, assim, envolvê-los para que esse Plano dê certo, porque
1302 bandido policial não faz greve, ele não precisa fazer greve, ele odeia estar sindicalizado, ele
1303 não participa de movimento nenhum porque ele quer que a polícia nunca pare. Existe,
1304 infelizmente, essas mazelas em todas as instituições do nosso país.

1305
1306 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Eu estava inscrito Helder, eu
1307 queria só usar da palavra quando me inscrevi para poder primeiro registrar a presença do
1308 Comitê Sergipano pelo desarmamento, pela cultura de paz, pela prevenção que está aqui
1309 com o nosso companheiro Fábio Costa, que eu gostaria que se levantasse, dr. Fabio Costa,
1310 que é o coordenador que faz parte da Rede Desarma Brasil e tem essa interação com o
1311 segmento dos trabalhadores e dos gestores. E aí Cristina quando apresentou o trabalho, nós
1312 temos essa certeza, essa convicção de que em qualquer lugar que a violência está presente o
1313 instrumento mais eficaz para matar ser humano são as armas. Onde chega essa estatística,
1314 ela se mostra. Daí a importância do próprio Ministério já estar desenvolvendo o trabalho, já
1315 criou o GT, já está pensando e está dentro do que foi proposto no programa-piloto. Então,
1316 registrar com muita alegria aqui, Fábio, o trabalho de Sergipe, nós estivemos lá vendo a
1317 questão da apreensão de armas, porque a questão do desarmamento, veja a importância
1318 deste Conselho desde que nós começamos a trabalhar convencendo cada conselheiro a
1319 respeito disso, desse apoio nacional, em cada estado a gente possa ter o apoio de um
1320 conselheiro que está aqui neste conselho para dar esse apoio ao Ministério e agora dra.
1321 Regina já nos fez o convite para ajudar ainda mais lá em Alagoas, dar uma intensificada na
1322 campanha do desarmamento que nós vemos com a entrega voluntária por um lado e a
1323 apreensão por outra se complementando. Então, é fazer esse registro, depois do conselheiro
1324 Élder, teria mais algum conselheiro? Marcos Dias. Nós vamos fechar este tema agora de
1325 manhã. Nós estamos agora com o conselheiro Marcos que vai fazer uso da palavra e depois
1326 eu faço um esclarecimento.

1327
1328 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
1329 **– Fenaprf)** - Eu volto a frisar essa questão do diagnóstico detalhado...

1330
1331 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Marcos, nós vamos fechar esse
1332 tema agora de manhã, de tarde vamos trabalhar outros temas. Élder, se você quiser se
1333 posicionar sobre a questão que está tratando é agora de manhã. Nos encaminhamentos a
1334 respeito do tema? Aí, está certo. Nós estamos agora com o conselheiro Marcos que vai fazer
1335 uso da palavra e depois eu faço um esclarecimento.

1336
1337 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
1338 **– Fenaprf)** **Eu volto a frisar essa questão do diagnóstico detalhado**, eu acho que a
1339 mesma apresentação que foi feita lá em Alagoas para um público aberto a toda a sociedade
1340 foi utilizada aqui, mas tem algumas informações que nós não temos e uma delas é essa
1341 situação dos quadros, depois do que o Gandra trouxe para nós também que é muito
1342 preocupante, a motivação desses profissionais. Humberto falou ali são trinta e nove peritos e
1343 trinta em atuação. Nós precisamos saber dentro desse programa, desse plano de
1344 recompletamento desses efetivos, porque inclusive de Policiais Federais e Rodoviários
1345 Federais, porque se você está mandando policiais de outros estados para lá é porque o

1346 efetivo que está lá hoje não é suficiente para atender aquela demanda e nós sabemos que
1347 não pode esses policiais ficar lá por muito tempo, inicialmente noventa dias, mas nós já vimos
1348 inúmeras operações que começam para noventa dias e se estendem por mais de anos, e é
1349 muito caro, é muito caro você manter esses policiais. Um policial para noventa dias só de
1350 diária vai gastar mais de dezessete mil reais com esse policial, você gastaria contratando
1351 novos policiais, que estariam atuando na sua região, onde reside, onde ele mora, onde ele é
1352 lotado. O plano não contemplou para nós esses prazos, como é que vai se dar esse
1353 recompletamento no estado dos policiais civis e militares, se tem plano para que seja também
1354 aumentado o efetivo da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal para que não
1355 fiquemos com essa situação de ter que tirar policiais de outras regionais, de estados que já
1356 estão com dificuldade com seus efetivos, e ficar nesse custo absurdo através pagamento de
1357 diárias.

1358
1359 **O Sr. Osmar Vargas** - Bom-dia a todos e a todas. Eu estava pensando aqui um pouco e
1360 gostaria que fosse esclarecido mais um pouco em relação à Polícia de Proximidade. Porque
1361 nós estamos vivenciando no Rio de Janeiro, nas entradas das UPPs nas comunidades,
1362 estamos vendo os problemas após as entradas das UPPs também, então, eu gostaria que um
1363 pouco esclarecesse mais porque eu vi que ela seria muito mais móvel de uma base fixa,
1364 então eu queria saber a partir de que experiência essa política de aproximação, a partir de
1365 que experiência vocês pensaram para Alagoas.

1366
1367 **Sra. Kátia Emanuele (Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico e Projetos**
1368 **Especiais do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (Depro))** - Com relação
1369 aos quadros da Polícia Civil, existe um cronograma até que vai ser dado com o próprio edital.
1370 O edital foi lançado e nós precisamos saber agora os prazos desses editais da Polícia Civil e
1371 Militar e da Perícia do Estado de Alagoas. A perícia está esperando uma mudança legislativa
1372 para eles terem perícia por especialidade, que eles não tinham, qualquer pessoa, qualquer
1373 nível superior podia ser perito em Alagoas. Hoje eles vão fazer uma alteração legislativa para
1374 criar os quadros de especialidade dentro da perícia para poder abrir o concurso. Com relação
1375 à Polícia Federal e Rodoviária Federal, existem concursos abertos agora, eu não sei dizer as
1376 lotações, onde eles vão ser empenhados, mas eu acredito que vão estar voltados para esses
1377 programas prioritários do Governo Federal e com exceção da Polícia Federal, dificilmente ela
1378 opera com profissional do próprio estado que ela vai fazer intervenção. Então, geralmente,
1379 quando ela vai fazer um tipo de investigação mais diferenciada, ela opera sempre com
1380 profissionais de outros Estados, então isso já é comum, essa prática da Polícia Federal é
1381 assim, já tem dotação para esse tipo de pagamento de diária para esses tipos de
1382 intervenções mais pontuais. Eu vou passar para a Cristina para falar um pouco da Polícia de
1383 Proximidade.

1384
1385 **A Sra. Cristina Vilanova (Diretora de Políticas, Programas e Projetos da Senasp)** - Eu só
1386 queria destacar que para nós que estamos a distância, nós temos um cronograma que é de
1387 trabalho executivo nosso, onde nós temos ali as coisas que nós temos que fazer e os
1388 compromissos que o estado assumiu, por exemplo, no dia vinte e seis de junho, um dia antes
1389 do lançamento do Programa do Brasil Mais Seguro em Alagoas, o governador do Estado
1390 assinou o aviso que foi para a Assembleia Legislativa para a alteração da lei para o concurso
1391 de perito. E aí o que nós fizemos? A secretária também fez uma reunião com a bancada do
1392 estado de Alagoas apresentando o Programa, nós tivemos uma reunião aqui com deputados
1393 federais, deputados estaduais, senadores do estado de Alagoas apresentando o programa e
1394 também chamando eles para esse pacto, porque a ideia é aliar todas essas forças. Então, nós
1395 temos nesse nosso cronograma um tempo "xis" que nós acreditamos ser razoável para a

1396 tramitação deste projeto de lei lá na Assembleia Legislativa. E é claro, que sempre que
1397 possível, nós colocamos, bom, tendo esse *deadline* nós vamos atrás dos deputados e do
1398 próprio governador para ver o que nós podemos fazer para esses projetos irem, assim como
1399 outras ações. Nós acreditamos que pelo concurso da PM já foi, já tinha sido assinado pelo
1400 governador, pelo período de formação na qual nós estaremos também, pelo Depaid
1401 trabalhando diretamente também na formação desses profissionais de segurança pública, nós
1402 acreditamos que no máximo no mês de março eles vão operar lá. A ideia era, porque nós
1403 também não podíamos lançar um programa e não acontecer nada, então a ideia era nós
1404 lançarmos o programa, já tem ações efetivas por meio da Força Nacional e por outras ações
1405 que nós estamos trabalhando junto com o Estado, e a partir daí nós vamos estar trabalhando
1406 um cronograma de recomposição das ações para poder estar saindo a Força Nacional,
1407 porque obviamente na implementação de outros programas em outros estados nós também
1408 vamos precisar desse primeiro engajamento da Força Nacional, mas também para que nós
1409 possamos ter esse controle mais próximo dentro do que foi estabelecido pelo estado, por nós,
1410 para implementação das ações poder fazer esse controle maior. Na questão de policiamento
1411 comunitário, desde 2006, nós criamos uma matriz curricular nacional, uma doutrina de
1412 formação de Polícia Comunitária. Que ela não envolve só as policias estaduais, como a Militar
1413 e a Civil e Corpos de Bombeiros Militares, mas também a Guarda Municipal e a formação
1414 junto com lideranças comunitárias nos estados. O que acontece? Nós também fizemos um
1415 acordo de cooperação com o Japão, por meio da Agência de Cooperação Internacional do
1416 Japão, a JICA, para formar esses profissionais de segurança pública na implementação dessa
1417 filosofia de polícia comunitária, muito vinculada a questão da base fixa, de ter um ponto de
1418 contato com a população, que eles saibam onde procurar, que tenham um mural informativo e
1419 que tenham uma formação diferenciada na relação com os estados, mas nós também não
1420 podemos adaptar essa filosofia, Japão é muito diferente do Brasil. Nossa cultura é diferente,
1421 nossa territorialidade é diferente, inclusive nós exportamos para eles a metodologia da base
1422 móvel, eles não tinham base móvel, a partir dessa integração com o governo brasileiro e com
1423 as polícias estaduais, eles adaptaram e começaram a utilizar base móvel no Japão, mas nós
1424 temos pelo financiamento que já fizemos em vários tempos, nós temos pela coordenação de
1425 polícia comunitária um acompanhamento muito próximo da implementação dessa filosofia,
1426 que nós acabamos formando, formando os profissionais, e agora nós estamos cobrando dos
1427 estados a implementação efetivamente dessa metodologia de trabalho. Nós temos um
1428 coordenador de polícia comunitária em cada um dos estados, que é o responsável pela
1429 mobilização dessas turmas e pela implementação e multiplicação dessa filosofia, mas temos
1430 algumas experiências no Brasil sim, de bases móveis. Na Polícia Militar de Minas Gerais, nós
1431 tivemos também em Mato Grosso, nós temos uma excelente experiência na área de
1432 policiamento comunitário por meio das bases, que tem um processo de mobilização da
1433 população muito boa, em Mato Grosso do Sul também, inclusive nós vamos implementar a
1434 partir deste ano, acho que no início do ano que vem, uma base móvel, inclusive junto a
1435 aldeias indígenas que estão muito próximas dos centros urbanos e que têm trazido um
1436 problema muito grande de violência urbana nessas localidades, e aí tem vários estados, cada
1437 um com um nome diferente, eu sei que no Paraná eles têm um projeto chamado Povo, que é
1438 o policiamento ostensivo volante, então assim, é a partir da experiência da discussão com
1439 este grupo de trabalho que é formado não só pelos técnicos da Senasp mas também por
1440 esses coordenadores estaduais e o distrital de policiamento comunitário que vimos a partir
1441 daí trazendo uma metodologia diferenciada que não prende o profissional de segurança
1442 pública em determinado local, mas que pode de alguma forma estar interagindo de forma
1443 mais próxima com a comunidade, mas eu acho que o diferencial, eu acho que isso tudo são
1444 ferramentas, o diferencial mesmo é a formação desse profissional, primeiro assim, que ele
1445 não é sozinho, ele não tem que dar conta de todas as circunstâncias, ele tem que trabalhar de

1446 rede, ele tem que saber o que é um Craso, o que é um Creso, o que é um CAPs, quais são
1447 outros equipamentos públicos que existem, que ele pode também ter interlocução para atuar
1448 nessa comunidade, além de, claro, ter um olhar diferenciado do papel da população, são
1449 pessoas que estão ali para discutir com ele a segurança pública e poder estar trazendo uma
1450 metodologia de trabalho diferenciada. Cem por cento vamos conseguir no primeiro momento?
1451 Tenho certeza que não, mas mesmo em Alagoas, eu acho que nas duas bases agora não me
1452 lembro se foi em Virgeu ou se foi em Benedito Bentes, nós coletamos informação da própria
1453 população que disse como teve uma mudança na forma primeiro, de enxergar o policiamento,
1454 de se relacionar com os profissionais de segurança pública e também uma melhoria na
1455 própria situação de segurança na sua comunidade a partir de uma interação que a polícia ia
1456 nas casas, conversava com as pessoas, chamava elas para discutir os problemas que
1457 estavam naquela localidade.

1458
1459 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Obrigado dra. Kátia e dra.
1460 Cristina. Conselheiro Humberto:

1461
1462 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais
do Brasil)** - Era só uma observação, que eu e o Gandra, nós citamos lá em Maceió, nós
1463 estávamos lá em missão oficial do Conasp e num momento foi anunciado que o Conasp
1464 estava presente, inclusive o Gandra chegou a falar com o mestre de cerimônia e não quis
1465 anunciar. Se está numa missão oficial representando o Conasp, o Conasp teria que ser
1466 registrado, não o meu nome ou o dele, mas dizer que estava tendo o Conasp ali presente,
1467 para que nas próximas, quero dizer à Presidente, que nas próximas que o Conasp vá
1468 participar, nas outras avaliações, que registre a presença do Conasp, do Conselho, mas isso
1469 foi só uma observação, que nós conversamos e eu acho que temos que colocar isso aqui hoje
1470 e esqueci de falar na hora que a nossa Presidente estava.

1471
1472
1473 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança
Pública)** - Nós tivemos a proposta aqui do Conselheiro Gandra de que nós elaborássemos
1474 uma recomendação. Uma recomendação do Conasp sobre o programa que foi apresentado,
1475 até para finalizarmos com o resultado do Conasp como um todo e não com opiniões
1476 particulares que hoje nós tivemos das instituições. Então, acho que primeiro vamos ver se é
1477 isso mesmo, se os conselheiros concordam com essa dinâmica, e nós voltaríamos no
1478 período da tarde com uma recomendação, com a construção de uma recomendação pelo
1479 Conasp para que encaminhassemos de repente ao estado sobre o Plano, a Senasp, ao
1480 Ministério, e ao estado também que é importante.

1481
1482
1483 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Nós temos que fazer a
1484 recomendação ao ministério primeiro, que é a nossa missão institucional, vamos dizer assim,
1485 regimental e pode prolongar para o estado e para quem a gente achar que deve.

1486
1487 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança
Pública)** - Como complemento da dinâmica, nós queremos propor, sobrando tempo no
1488 período da tarde, que nós discutíssemos o edital das eleições porque ele passou pelo
1489 Conasp, foi para a Consultoria Jurídica do Ministério e retornou na sexta-feira, então alguns
1490 prazos já foram perdidos porque demorou muito na Consultoria Jurídica, então que
1491 repactuássemos algumas questões que foram apontadas, tivéssemos conhecimento de tudo
1492 que foi apontado pela Consultoria Jurídica e que repactuássemos os prazos, os prazos que
1493 foram estabelecidos por nós, mas que já foram vencidos. E aí saber o que o pleno acha, se
1494 podemos continuar nessa dinâmica.
1495

1496
1497
1498
1499
1500
1501
1502
1503
1504
1505
1506
1507
1508
1509
1510
1511
1512
1513
1514
1515
1516
1517
1518
1519
1520
1521
1522
1523
1524
1525
1526
1527
1528
1529
1530
1531
1532
1533
1534
1535
1536
1537
1538
1539
1540
1541
1542
1543
1544

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)

-

Talvez aproveitar o almoço e aí a Mesa Diretora, Vice-Presidência conversar com a Presidência, é o seguinte, nós precisamos ter acesso a documentação, a documentação está ali em meio digital, entendeu? Então assim, não tem como o Conasp possa se aprofundar sobre o Brasil Mais Seguro se não conhecer a documentação na qual ele se sustenta, não apenas em uma apresentação, mas na documentação. Então assim, era importante que a Mesa conversasse e se por acaso a Presidência continuar entendendo que não vai fornecer essa documentação porque está no Portal da Transparência, qualquer coisa, aí vai para nós votarmos aqui.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil) - Não tem problema não, se você quer votar, eu não vejo necessidade, eu particularmente, da sociedade civil, não vejo necessidade da gente discutir esse tema já que ela esclareceu que isso está em um termo de cooperação. Não tem como nós ficarmos discutindo qual é o documento mais documento... mas tudo bem, respeito a sua opinião.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)

- É conhecer o documento, não estou querendo discutir, não se pode limitar o acesso do Conasp a um documento.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil) – O documento é público...

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)

- E é interessante uma coisa assim, nós às vezes esquecemos a nossa missão. Parece que o Conasp não tem uma missão muito bem definida, e nós temos uma missão muito bem definida por um Decreto Presidencial, que diz assim: “Estabelecer diretrizes para a Política Nacional de segurança pública”, e mais: “fiscalizar a aplicação de recursos”, então assim, o Conasp não é qualquer conselho não, e depende de nós nos posicionarmos. Às vezes, nós estamos aceitando algumas coisas, na minha visão. Estar em um local e não ser anunciado, Conasp não vai nisso por favor, por isso que eu volto e aí eu vou insistir, e aí vai ser o debate da tarde, de que o Conasp tenha efetivamente e formalmente a participação nesse programa Brasil Mais Seguro, assim como o Conselho Nacional de Saúde aparece nos vários programas que o Ministério da Saúde encampa, então é essa a minha colocação.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil) - Ok, gostaria de agradecer à doutora Cristina Vila Nova, à doutora Kátia, a todo o staff do Ministério que está aqui no Conselho, a todos os conselheiros. Eu peço apenas que hoje a tarde nós vamos ter que deliberar, precisamos de quórum, então o quórum está um pouco apertado. Temos que chegar realmente às duas horas para dar continuidade e poder aprovar recomendação, resolução, seja o que for aprovado por esta plenária, precisamos apenas da presença, que às duas horas nós estejamos aqui. Obrigado a todos. Um momento, poderíamos já pedir ao Humberto e a Gandra que já pudessem dar uma ideia da recomendação porque eles estiveram lá, poderá facilitar a partir de vocês dois, por favor, pensem em alguma coisa, mas qualquer um pode.

**TARDE
9/07/2012**

1545

1546 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Vamos dar
1547 início à continuidade da nossa reunião. Nós não temos quórum, mas não vamos perder
1548 tempo, vamos construir a recomendação. A sugestão é que Humberto, Gandra, Marcos,
1549 Bicalho, esse grupo construiria a recomendação em 20 minutos, pode ser assim?

1550

1551 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
1552 **Estaduais. ANASPRA)** – Presidente, questão de ordem: acho que temos quórum agora, a
1553 autorização para alteração da data da audiência pública do dia 1º para o dia 3, se for possível.

1554

1555 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – A questão de
1556 ordem pedida pelo Héder Martins: ele faz solicitação a este plenário para que se faça a
1557 inversão da pauta já aprovada para 1, 2 e 3, a audiência pública seria no dia 1 e ele queria
1558 reverter para o dia 3 de agosto de 2012. Então, a pauta aprovada para o dia primeiro, seria
1559 transferida para o dia 3, sexta-feira. Se alguém quiser fazer uso da palavra? Se for consenso
1560 a mudança de pauta? Então, **APROVADA**. Já aproveitando esse quórum, vamos aprovar
1561 também o que foi sugerido pela Secretaria Executiva que é a indicação de nomes para a
1562 conferência do Conanda. Tivemos a solicitação do companheiro Pedro Bicalho para vir, já que
1563 ele estará em Brasília. Sugerimos dois nomes, o Everardo, mas está em férias, teria mais
1564 alguma pessoa que gostaria? Então, se for consenso a aprovação do nosso conselheiro
1565 Pedro Bicalho? **APROVADO**. Vamos construir a recomendação? Pode ser uma
1566 recomendação? Ela seria a de nº 2?

1567

1568 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
1569 **Pública)** – Não, já é a décima.

1570

1571 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Aquela foi a
1572 primeira, de decisão colegiada. Podemos construir?

1573

1574 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
1575 **Pública)** – A ideia é que saia com uma recomendação de Conasp sobre o programa, Brasil
1576 mais Seguro. Então, tivemos várias falas no período da manhã, mas precisamos tirar uma
1577 decisão do Conasp. Então, que as pessoas que tenham sugestões para integrar o plano,
1578 ideias que já foram ditas aqui e que acham que serão importantes constar de uma
1579 recomendação do Conasp vão falando e vamos discutindo no pleno.

1580

1581 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):** Eu acho
1582 difícil funcionar assim nessa dinâmica até considerando que temos outras pautas depois. Eu
1583 pensei em sugerir, imagino que têm um relato do que foi trazido como proposta da parte da
1584 manhã. Tem alguém fazendo registro além da gravação? Talvez pudéssemos partir de uma
1585 leitura desses tópicos. O Pedro, por exemplo, tem propostas bem concretas.

1586

1587 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Conselheira,
1588 para conseguir hoje, acho que não vai ser muito fácil. Houve quase um consenso em apoio ao
1589 programa. Então, vamos recomendar apoio com as nossas posições. Eu acho que
1590 colocaríamos: o plenário deste conselho apoia o programa, considerando a necessidade de
1591 aperfeiçoamento.... eu acho que fica mais fácil. Vamos colocando e submetendo à aprovação.

1592

1593 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
1594 **– Fenaprf)** – Eu queria sugerir que esse programa precisa estar desencadeado
1595 simultaneamente com programas da área da saúde, da educação, do desenvolvimento social.
1596

1597 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Será que
1598 teríamos ações nos outros? Então, trabalharmos com uma coisa que vai interferir em outros
1599 ministérios...
1600

1601 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
1602 **– Fenaprf)** – É tentar articulações para fazer a construção.
1603

1604 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Vamos ver
1605 uma construção que possamos realmente ser contribuição mesmo.
1606

1607 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
1608 **– Fenaprf)** – É no sentido então de articular com programas das áreas da saúde, da
1609 educação, da área social. A questão é que o programa precisa ser revisto no sentido do
1610 conceito de prevenção, e no momento vemos que esse plano é pensado apenas em termos
1611 de repressão.
1612

1613 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Vamos
1614 colocar a ideia do Marcos. Vamos ver a proposta do Marcos se já está contemplada no que
1615 ele quer.
1616

1617 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
1618 **– Fenaprf)** – E outra questão que também falamos de manhã aqui foi a valorização dos
1619 profissionais de segurança pública locais.
1620

1621 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
1622 **FNOP) - Concordando com que o Marcos disse, eu queria levantar algumas questões de**
1623 **princípios que eu acho importante que este conselho se manifeste no mérito de alguns**
1624 **princípios. O primeiro deles: o que Marcos está levantando agora deve ser um princípio de**
1625 **todo programa, que é um programa que se propõe sistêmico, que ele articule políticas,**
1626 **programas e projetos dentro do pacto federativo. Nessa linha, aquilo que o Conasp com**
1627 **articulação com outros ministérios, eu acho melhor falar só o que ele contempla na dimensão**
1628 **intersectorial da política de segurança pública, ou seja, que a segurança pública por natureza**
1629 **intersectorial vai reclamar escola de outra qualidade, ela vai reclamar saúde preventiva em**
1630 **outras qualidades por natureza e princípio, isso é uma questão. Outra questão que como**
1631 **ouvidor pude ouvir e também pela minha experiência aqui, que há certa ponderação sobre o**
1632 **seguinte aspecto e é importante que nós, como recomendação, possamos abordá-lo; que**
1633 **temos que ter cuidado de não trabalhar com a lógica de premiar maus gestores. Uma**
1634 **insatisfação que eu comungo e que vi de alguns é que no caso de Alagoas, o estado estava**
1635 **prestes a devolver milhões e milhões de reais simplesmente por não aplicá-los. E, de repente,**
1636 **esse programa escolhe como área experimental para ser implantado Alagoas. É verdade que**
1637 **os graves indicadores sociais de segurança pública reclamam por isso. Mas até em função**
1638 **disso, eu acho que as contrapartidas, que a nossa presidenta chamou de Matriz de**
1639 **Responsabilidade, assim como quem recebe 100 reais do bolsa-família tem que ter**
1640 **condicionalidades e eu concordo com ela, quem recebe 100 milhões deve ter 100 milhões de**
1641 **condicionalidades. E aí eu acho que essas condicionalidades têm que estar muito claras.**
1642 **Concretamente, a recomendação é que o estado seja comprometido com a sua matriz de**

1643 responsabilidade com condicionalidades da seguinte natureza, o que o Marcos coloca agora é
1644 uma das condicionalidades fundamentais: Vai receber Força de Segurança Nacional? Vai.
1645 Mas, como é que vai sair concurso público para policial civil? Quer dizer, coisa dessa
1646 natureza porque se não pensarmos de uma forma macro e sistêmica, nós corremos o risco de
1647 estar financiando maus gestores porque nós vamos sempre estar trabalhado em cima das
1648 carências e as carências não derivam só de falta de recursos, muitas vezes derivam de má
1649 gestão ou falta de opção política. É um pouco a minha preocupação que eu queria levantar.

1650
1651 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
1652 **Cobracol) –** A nossa contribuição é que nós sejamos específicos. Não sejamos assim, tópico,
1653 articulação, parêntese, política etc. Eu tenho de saber quais as políticas, até porque e temos
1654 que entender, o Marcos Costa foi bem feliz quando disse que tem um documento já
1655 formatado, tem um acordo formado, nós não podemos exigir nada do estado que não esteja
1656 contido nesse acordo. Por isso que se fizermos uma recomendação do Conasp, eu acho que
1657 como recomendação é plausível que o estado, se ele quiser, ele vai adotar essas medidas,
1658 mas, por exemplo, o que pode acabar que esse programa lá no nascedouro? Um dos pontos
1659 e eu não sou dono da verdade, mas é o que eu vivenciei lá, é a insatisfação dos operadores,
1660 aqueles que irão investigar, não agora, mas aqueles que irão ficar com a missão que é deles
1661 e é constitucional, ninguém vai tirar, e se existem facções, aí que me perdoem as autoridades,
1662 as autoridades são responsáveis por essas facções dentro da polícia e elas devem ser
1663 extirpadas, e tem que ser dito quem são essas pessoas sob pena de ficar um clima bastante
1664 constrangedor, senhor presidente, até para que eu possa fazer uma defesa por que eu vou
1665 cobrar dos representantes daquela categoria ainda hoje, se Deus me permitir, quem são essas
1666 facções e se existem bandidos travestidos de policiais lá que está causando esse índice de
1667 homicídios, ou seja, não estou investigando. Isso é muito sério, é muito grave nós sabermos
1668 disso. Eu fico triste, até porque nós sabemos existem mazelas dentro da polícia, formações
1669 de grupos, segundo já foi levantado, ora, como a secretária disse, a Polícia Federal já
1670 investigou, já se sabe quem está praticando qualquer crime, investigo na função de polícia
1671 que deveria estar coibindo o crime e está praticando, então, por que nós não forçarmos isso
1672 também como recomendação e dizer para este governo que puna esses bandidos travestidos
1673 de policiais uma vez que já foram identificados, nós mesmos enquanto representantes nós
1674 vamos exigir isso deles.

1675
1676 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**
1677 **CNMP):**

1678 Por exemplo, o estado esteja comprometido com sua matriz de responsabilidade, não precisa
1679 ter isso porque se houve um termo de cooperação firmado, já há o comprometimento. Daí
1680 porque, na realidade, eu estou insistindo para conhecermos a documentação, é porque
1681 estamos aqui falando de algo que não conhecemos. Nós já ouvimos falar, hoje de manhã.
1682 Tem um acordo firmado entre a União e Alagoas. Outra coisa, tudo que envolver recurso
1683 federal, seja em convênio, seja em termo de cooperação, envolver recurso federal, há
1684 obrigações tanto para o gestor estadual, quanto para o gestor federal, quanto o gestor
1685 municipal que tiverem assinado esse termo de cooperação. Se descumprirem é ato de
1686 improbidade administrativa, o Ministério Público Federal vai processar como tem processado
1687 vários casos de convênio. Então, nós temos um quadro normativo aí. Então, mandar isso para
1688 o estado e tudo mais, volto a dizer, quer dizer, nós não estamos com a documentação aqui,
1689 simples, que poderia ser colocada aqui. Eu falei antes, eu falei para o Almir, o Almir precisa
1690 dar uma resposta. Eu acho importante porque se é para nós definirmos alguma coisa, é
1691 importante dizer assim: qual é a relação do Conasp com esse programa? Porque não está

1692 claro aqui, dentro do Governo Federal, dentro do Ministério da Justiça, o que o Conasp vai
1693 fazer com relação a esse programa? Vai ficar ouvindo?

1694

1695 **Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE):** Eu só vou
1696 reforçar uma questão que foi colocada de manhã porque a nossa preocupação é a seguinte, o
1697 número de homicídios de jovens no Brasil reduziu, mas o número de homicídios de jovens
1698 negros aumentou. Então, não é porque existe fenômeno de extermínio da juventude no Brasil
1699 que as ações voltadas para combater a violência vão conseguir o direito à vida da juventude
1700 negra. Então, por isso que fazemos questão de ações como essas tenham na sua premissa a
1701 questão gênero e raça e a questão geracional também. Porque existe um foco de homicídio
1702 no Brasil e que um programa como esse não tem como deixar de abordar em todos os seus
1703 documentos. Então, a proposta é que leve em consideração a dimensão de gênero e raça no
1704 programa. Inclusive, articulando os atores do governo que cuidam disso, a Secretaria
1705 Nacional da Juventude, a Sepir, a Secretaria de Políticas para Mulheres também fazendo
1706 parte.

1707

1708 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma Brasil):**
1709 Bem, o nosso papel como conselho segundo nosso regimento é fazer o que estamos fazendo,
1710 contemplar a questão do monitoramento, parece-me que hoje de manhã já foi falado, que,
1711 inclusive, todos os segmentos que estão representados no acompanhamento do projeto
1712 piloto, já é uma forma de monitoramento, é só contemplarmos no texto.

1713

1714 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) -** Eu
1715 tenho sido muito claro, mas pelo que eu entendi a participação do Conasp ficou dentro do
1716 comitê local lá no estado. Não é disso que estou falando, estou falando da participação da
1717 Conasp dentro do Governo Federal, isso está muito claro, eu venho falando isso muito claro,
1718 não tenho dúvida nisso. “Não, vão participar lá no comitê local porque é com o estado”. Mas
1719 aqui neste prédio e lá na Casa Civil vão estar se definindo como esse programa vai ser
1720 montado, vai ser executado e tudo mais, é o governo que está mandando dinheiro, está
1721 mandando a Força Nacional. E aqui nesta nossa casa está nos dizendo o seguinte: qual é
1722 participação do Conasp?

1723

1724 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma Brasil):**
1725 É só colocar a proposta, Marcos...

1726

1727 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público):**
1728 Eu sei. Eu mandei a proposta por escrito.

1729

1730 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma Brasil):**
1731 Não, mas fale agora, Marcos, aproveita, assim você nunca vai se sentir contemplado.

1732

1733 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) -** Não é
1734 a questão de me sentir contemplado, Almir, é o seguinte: estava aí uma conversa que o
1735 Conasp já estava contemplado. Não está contemplado no que estou falando.

1736

1737 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma Brasil):**
1738 O momento é agora. Você terá que construí-la!

1739

1740 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
1741 **Pública) -** Eu acho que todo mundo aqui de manhã fez a sua proposta e agora está refazendo

1742 para conseguirmos escrever já que estamos construindo juntos. Então, é essa dinâmica que
1743 pactuamos no início da tarde. As propostas vão vir, tudo mundo que apresentar vai dizer
1744 como é que quer sua proposta vista lá, vai transcrever e vamos discutir no coletivo. Mesmo
1745 quem já disse de manhã, retomou a proposta para colocarmos na recomendação. Todo
1746 mundo falou no período da manhã, aqui estamos reformulando. Sim, está no meu e-mail.

1747
1748 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público):**

1749 Veja bem: essa é a minha percepção de que nós precisamos definir isso e aí eu proponho
1750 esse debate. Precisamos definir a participação do Conasp no âmbito do Governo Federal
1751 deste programa. Basicamente é isso. Aí se não precisar decidir não precisa nem de escrever
1752 nada.

1753
1754 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma Brasil) -**
1755 Bom, está aberto. Vamos conversar para definir o nosso papel enquanto conselho. Vamos
1756 abrir o debate como você está pedindo, Marcos, quem quiser está aberto o debate para essa
1757 proposta do Marcos.

1758
1759 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
1760 **FNOP) -** Uma questão que está silenciando todo mundo é que parece que isso está
1761 legalmente claro. Existe um ordenamento legal que nos ampara na nossa missão legal de
1762 exercer a capacidade de formular, monitorar e fiscalizar. Isso é o mérito. Agora, como é que
1763 nós estamos processando isso? Eu acho que estamos numa fase em que estamos agregando
1764 propostas e, ao mesmo tempo, questionando alguns princípios do programa. É isso que
1765 estamos fazendo aqui agora, exercitando a nossa capacidade de monitoramento. Grande
1766 parte do que foi dito aqui durante toda manhã foi um exercício de, se eu interpreto bem,
1767 primeiro nós aprovamos o mérito do programa, a necessidade do programa, mas nós
1768 discordamos de algumas coisas de mérito e ao mesmo tempo estamos oferecendo sugestões
1769 de melhoramento para que ele se concretize a partir de Alagoas, mas mais imediatamente
1770 possível em todo Brasil. E isso me parece que já está dado porque é uma coisa que é da
1771 nossa prerrogativa legal fazer, não me parecer ser, eu estou sentido aqui essa dificuldade.

1772
1773 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) -** Deixe-
1774 me explicar. Pelo que foi manifestado pela Secretária Nacional, a participação no Conasp
1775 seria no Comitê Local. Não iria ocorrer aqui.

1776
1777 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma Brasil) -**
1778 Não, é porque o Comitê Local lá é um piloto, Marcos, mas o programa é nacional.

1779
1780 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) -** Eu sei.
1781 Mas estou falando o seguinte: o que o Conasp tem que ter uma participação local tem, mas
1782 aqui neste edifício, junto à Secretaria e na Casa Civil está sendo já definido esse programa,
1783 então, o Conasp tem que estar nas reuniões que se define isso.

1784
1785 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma Brasil) -**
1786 Já foi definido, Marcos, nós não podemos fazer mais nada em questão de definição, já foi
1787 definido.

1788
1789 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) -** Foi
1790 definido o quê?

1791

1792 **Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma Brasil):** Foi
1793 definido o programa, ele já existe, agora o que podemos fazer é melhorar a forma dele, é isso
1794 que estamos fazendo aqui.

1795
1796 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) -** Não,
1797 veja bem, que o programa já existe, já foi lançado todo mundo sabe. Ele vai ser
1798 implementado. Nessa implementação, as unidades do Ministério da Justiça junto com a Casa
1799 Civil, vão definir as medidas, como vai ser executado, os ajustes o que tiver que ser feito. Aqui
1800 que eu acho que o Conasp tem que ter uma representação. E não tem.

1801
1802 **Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma Brasil) -**
1803 Mas, isso está amparado?

1804
1805 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) -** O
1806 grupo é só para ir para Alagoas, não é para ficar aqui em Brasília.

1807
1808 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC) -** Bem, então,
1809 ele está colocando que precisaria de um grupo que ficasse aqui em Brasília. Porque foi tirado
1810 que em cada reunião que fosse feita lá estariam 3 representantes do Conasp, dos 3
1811 segmentos. Já houve a primeira reunião e na segunda estaremos também. Então, você quer
1812 mais do que isso?

1813
1814 **Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma Brasil) -**
1815 Mas, vai ser acompanhado pela plenária em toda reunião.

1816
1817 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC) -** Sim, então,
1818 esses 3 representantes, mais o pessoal da presidência do conselho e o pessoal do Ministério,
1819 quer dizer, esse pessoal não pôde trazer aqui as coisas que já estão acontecendo e aqui a
1820 plenária analisa, tira conclusões, tira posições, acha que isso não é suficiente? Porque vamos
1821 ter que cuidar de muita coisa. Se este pleno se amplia, eu vim para cá com a expectativa mais
1822 ampla com relação a esse plano. Eu vi representado mais amplo e a experiência de Maceió,
1823 mas eu fiquei assim um pouco frustrado porque, afinal das contas, ficou bem resumida a
1824 experiência de Alagoas. Bem, de qualquer forma, eu acho que o Conasp está cumprindo o
1825 papel dele na medida em que estamos aqui analisando o plano, contribuindo e definindo esse
1826 acompanhamento através de um grupo e depois as plenárias o que for se desenrolando na
1827 medida em que as coisas acontecem. Também eu acho que nós podemos fazer outras
1828 coisas, por exemplo, o Gandra, tem as bases na Polícia Civil, que ele está junto, eu, por
1829 exemplo, tenho várias pessoas que exercem influência no setor que podemos estar juntos
1830 analisando através delas, até liguei hoje para algumas pessoas, quer dizer, o conselho
1831 também pode fazer isso, trazer o pleito dessas instituições. No seu caso, você é do Ministério
1832 Público. E então temos que fazer alguma coisa, temos que ir construindo isso aos poucos.
1833 Agora, se Marcos Costa quer ter o conhecimento de alguns documentos que foram
1834 assinados, que foram pactuados, então, que esses documentos sejam entregues para nós.
1835 Isso é normal.

1836
1837 **O Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – Fonajune) -** Eu acho
1838 que a proposta do Marcos, e com um pouco do resumo que Ribamar faz, acho que seria
1839 natural que a Comissão que foi tirada e que está acompanhando o projeto piloto lá também
1840 seja a que participe de reuniões aqui no Ministério da Justiça e que traga ao plenário
1841 questões que sejam relevantes para o plenário, acho que é isso.

1842

1843 **A Sra. Simone de Jesus (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação –**
1844 **FENAPPI)** - Eu sinto falta, sim, porque, por exemplo, eu fico imaginando, quem é que sentou,
1845 porque hoje a Isabel disse aqui como a pessoa que pensa a perícia. Num programa deste,
1846 Brasil Mais Seguro, onde você estabelece 7 áreas de atuação, eu gostaria de saber quem
1847 foram as pessoas que pararam, que pensaram sobre isso, em que nós podemos sentar e
1848 contribuir, eu, como papiloscopista, de que forma eu poderia contribuir para esses padrões de
1849 procedimento e capacitação nessa área. Então, tínhamos que definir, sim, como que nós,
1850 nessas diferentes áreas que foram elencadas nesse projeto, de que forma nós podemos
1851 acompanhar e contribuir por que eu gostaria de saber quem é que pensou isso, o que foi
1852 pensado para a área de perícia, não sei se o Humberto foi convidado. E sempre nós
1853 reclamamos que realmente o gestor olha pelo olhar diferente às vezes o trabalhador que está
1854 lá na ponta. Então, não vejo dificuldades nenhuma de ampliarmos o debate na elaboração
1855 desse projeto maior. Eu, por exemplo, falei com a Isabel que eu gostaria de saber o que eles
1856 estão pensando para a área de perícia, em que podemos contribuir com a nossa experiência
1857 nos estados. Essa é a minha sugestão.

1858

1859 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Eu só sistematizei o que eu
1860 já tinha falado de manhã que seria articular como contrapartida nos estados a elaboração de
1861 editais de pesquisa com foco definido em segurança pública por parte das fundações
1862 estaduais de apoio à pesquisa; qualificar o item motivação como parte fundamental do
1863 sistema de informações, bem como fomentar o trabalho da perícia psicológica; fomentar a
1864 formação continuada para fins de qualificação do policiamento de proximidade; criar
1865 mecanismos de acompanhamento de trabalhos das corregedorias e ouvidorias de modo a
1866 garantir autonomia de suas intervenções; promover o estudo acerca dos fluxos de trabalho
1867 capaz de identificar as razões que promovem estados inerciais na articulação ocorrência
1868 inquérito/processo e produzir um recorte de análise nas dinâmicas de violência que envolvem
1869 agentes de estado.

1870

1871 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais**
1872 **do Brasil)** – Em relação à formatação da perícia dentro do projeto, vale lembrar, todos
1873 sabemos, que a Isabel tem um grupo de perito e papiloscopistas que a assessoram nos
1874 assuntos relativos a perícias. Tanto é que para as perícias está bem contemplado. Reuniu 7
1875 eixos, a perícia são quarenta e poucos eixos, foram escolhidos 7 eixos, não digo principais,
1876 mas principais dentro da meta que é CVLI, então, dentro das metas CVLI foram escolhidos 7
1877 eixos que estão diretamente relacionados e a perícia, Simone, você sabe, você tem um
1878 papiloscopista que há tempos faz parte do grupo da Isabel, então, não estou em defesa, mas
1879 estou argumentando que a perícia foi contemplado em função disso, de ter um grupo que
1880 assessora a Isabel e tanto é que para a perícia, repito, os 7 eixos contemplam em relação ao
1881 tema CVLI, que é objeto deste projeto. **(intervenção fora do microfone/Simone)** Nenhum
1882 dos que estão lá agora com ela são gestores. E se forem gestores são trabalhadores da
1883 perícia, exceto Alagoas que nós não temos gestores, que não é um trabalhador da perícia que
1884 está no comando. Todos os gestores são trabalhadores, mas os que estão assessorando a
1885 Isabel nenhum é gestor, todos são trabalhadores de alguns estados como colaboradores e
1886 também inclui papiloscopista.

1887

1888 **A Sra. Cynthia Maria Pinto da Luz (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH)** -
1889 Meus companheiros, eu fico aqui bem caladinha porque a minha fala é muito incisiva. Mas
1890 acho que tenho obrigação de traduzir a angústia que sinto neste momento. Com relação à
1891 concepção do programa da política que se traduz no programa que vimos hoje, está bem

1892 claro para nós, de manhã, quando a secretária disse que é um programa que não é do
1893 Conasp, não é da Senasp, é um do Ministério da Justiça e ponto. Foi concebido nesse
1894 âmbito. É um direito de quem é governo. Quem é governo tem o direito e talvez o dever de
1895 tomar as ações e não esperar para conquistar meio mundo para resolver o que vai fazer no
1896 aspecto de uma política pública. Porém, essa é a angústia que estamos sentindo ao longo do
1897 todo o Conasp, principalmente agora no Governo da presidente Dilma, a angústia de não
1898 copartícipe do processo. De que não nos é dado o direito pensar junto e de conceber, de
1899 acariciar a criança enquanto ela está na barriga. Nós estamos sempre sendo premiados, até
1900 porque estamos numa posição privilegiada pelo fato de sabermos o que está se passando, de
1901 termos o direito de debater, o direito democrático que exercemos aqui neste espaço e está
1902 dizendo que pensa, mas dizemos aquilo que já foi feito, apresentado, sacramentado etc. Não
1903 que eu acho que é o sonho que pudéssemos ser em caráter deliberativo ou, no mínimo, que
1904 tivéssemos o peso necessário para contribuir ao ponto de que os nossos governantes nos
1905 ouvissem quando forem fazer as coisas. Isso talvez seja a utopia de uma velha socialista
1906 como eu. Mas, eu ainda acalento esse sonho porque eu careço aqui dessa frustração de que
1907 acabamos pensando: “Mas, quem é que pensou pelos papiloscopistas? Será que pensou tudo
1908 que poderia ser pensado? Quem é que pensou pela sociedade civil? Quem pensou pela
1909 Polícia Civil? Pela Polícia Militar? Pelos negros? Pelas mulheres? Nós temos técnicos
1910 excepcionais e que trabalham que afinco para pensar o que há de melhor e com as melhores
1911 intenções. Mas, eu sou obrigada a dizer neste espaço que eu me sinto, de certa forma,
1912 frustrada em ter sempre que debater aquilo que já é definitivo, que já é resultado, já está nas
1913 ruas, já está acontecendo. Eu preciso registrar isso porque senão não seria honesta comigo e
1914 nem com os senhores. De qualquer maneira, eu acho que fazemos parte desse processo,
1915 dessa democracia participativa que inauguramos em 1988 e eu não sei até onde iremos levá-
1916 la, mas estamos aqui nesse processo e eu acho que o que nos resta a partir dessas
1917 recomendações porque todas elas, aquelas da interface com gênero, com raça, etc, da
1918 participação das secretárias de Estado, isso a Regina me disse de manhã o que está
1919 acontecendo. Então, estamos sendo redundante ali com algum acréscimo, com alguma
1920 riqueza de detalhe evidentemente, mas o que nos resta diante desse programa é dizer como
1921 é que nós vamos de fato participar nos estados e como vamos ser reconhecidos nos estados
1922 haja vista dificuldade que temos de sermos reconhecidos nos estados por que lá no meu
1923 estado reúne o Conasp, reúne a secretária, reúne até o ministro da Justiça e eu não sou
1924 chamada por que eu não sou *persona grata* para o governo do estado. Talvez a melhor
1925 recomendação que daríamos para tudo isso seria dizermos assim, a grande recomendação
1926 do Conasp é como que vamos lidar, via Governo Federal e a legitimidade da representação
1927 que detemos neste espaço eleitos, num fórum amplo, democrático e que envolveu todo país,
1928 como é que vamos ter assento lá no estado junto com os gestores, GGI etc. que vão definir as
1929 diretrizes para implementação do programa. Lá em Alagoas, depois quiçá em Santa Catarina,
1930 no Maranhão, onde for necessário, essa deve ser a nossa grande preocupação porque, salvo
1931 melhor juízo, para mim, as recomendações que elencamos aqui foram ditas que são
1932 contempladas pela Regina Miki de manhã.

1933
1934 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
1935 **Cobracol)** – Pela manha até por conta do tempo, nós não pudemos fazer essa observação,
1936 mas eu aproveito também para subsidiar esse debate, pode ser até que não saia mais nada
1937 daqui, o pleno decida que não façamos mais nenhuma recomendação, pois bem, a
1938 apresentadora, eu não sei o nome, ela disse que um dos problemas que eles encontraram na
1939 questão dos policiais, dos investigadores é exatamente a alta rotatividade na mudança desses
1940 policiais que hoje estão nas delegacias de homicídios, delegado se muda, leva sua equipe.
1941 Então, parece-me que aí poderia sofrer com problema de solução de continuidade. E que o

1942 caminho que o plano está sendo dado por esses técnicos, pelos especialistas, é que seria
1943 treinado um grupo especial que seria lotado nessa nova delegacia de homicídios. Ora, aí eu
1944 vejo também e essa observação eu queria fazer a elas, até porque elas poderiam responder
1945 por que chegaram a essa afirmação. Mas, eu quero dizer que o grande problema que tem na
1946 Polícia Civil é a elitização de grupos. A Polícia Civil tem que ser uma equipe que tem
1947 delegados de polícia, que tem o escrivão de polícia, peritos, os papiloscopistas, os
1948 investigadores, então, ela é uma equipe operacional para poder desvendar o crime, ela não
1949 tem que fazer nada de prevenção, ela é, ela existe para que peça investigar o crime, ou seja,
1950 a prevenção já ficou lá frente. A polícia Judiciária começa a investigar depois que houve o
1951 crime. A prevenção se faz automaticamente na medida em que há a elucidação do crime. Aí,
1952 sim, a polícia judiciária faz a prevenção, mas quando vai tratar de um grupo, de treinar um
1953 grupo, presidente, o que vai acontecer? Vai elitizar pequenos grupos de policiais, ou seja, se
1954 eu posso fazer dar presente de Natal para os meus dez filhos, eu só posso dar um carrinho
1955 pequeninho que custa 2,00 reais, mas eu vou dar para o meu filho, para mostrar aos vizinhos
1956 que vou dar um carro, aquele elétrico que custa 3 a 5 mil, eu vou dar para um. Então, é essa
1957 analogia que eu encontro. Como que eu vou pegar uma polícia que está praticamente
1958 desmontada, porque foi dito aqui que não se investiga, que não se descobre nada, que não se
1959 instaura inquéritos, é campeão em boletim de ocorrências, esses boletim de ocorrências que
1960 estão sendo chamado pejorativamente em São Paulo de “bom para otário”, isso não é bom
1961 para a segurança pública porque hoje o que temos é a polícia judiciária, a Polícia Civil e se
1962 começamos a treinar, presidente, um grupo pequeno dessa Polícia Civil, capacitar somente
1963 esse grupo, que eu entendo, vai ser um grupo restrito, aí essa polícia não vai funcionar, vai
1964 continuar capenga somente de uma arma. Eu acho que os programas devem incentivar que
1965 essas instituições, como a Polícia Cívica por exemplo, ela tem que funcionar. Se não funciona,
1966 quais são os problemas que ela não está investigando? Um dos problemas é salário? É, é
1967 salário sim porque o sujeito vai ter que fazer bico e no horário de folga ele não está querendo
1968 saber de nada. Nas delegacias especializadas que hoje já existem, as pessoas não trabalham
1969 em plantão, elas trabalham em regime de 8 horas e sai 5 horas da tarde e tem o horário do
1970 almoço. Então, a investigação é contínua. Se você não fizer no relatório as suas investigações
1971 e passar para a delegacia, não importa se a equipe não vai passar as informações, isso daí já
1972 é questão de má gestão da delegacia, para isso que existem os superiores que são os chefes
1973 de investigação. Então, ela apontou esse problema e eu acho que o problema é treinar
1974 poucos. Por que não então capacitar todos os mil e cem policiais entre delegados,
1975 investigadores e todos num processo de agora a meta vai ser investigação de homicídios,
1976 vamos treinar primeiro uma equipe de cem, esses cem se capacitam e depois treinam mais
1977 cem, e depois mais cem e aí vamos chegar num universo de treinar todos. Não capacitar um
1978 grupo pequeno, isso é um grande problema. Então, podemos também tentar ajudar. É como a
1979 Simone disse e eu até concluo dizendo o seguinte: eu acho, sim, que temos de conhecer
1980 esses termos do contrato porque foi assinado lá com o governador, até para que não
1981 fiquemos dizendo aqui afirmações ou recomendando coisas como a conselheira Cynthia bem
1982 mencionou para não sermos redundantes. E não pecar dizendo: “Será que este conselho não
1983 conhece nada desse plano? Será que não viram quem é que está elaborando? Quem são as
1984 pessoas? Por que estão decidido dessa forma?”. Então, acho que o conselho tem que
1985 conhecer, senhor presidente. Dá trabalho? É, dá trabalho, tem que pegar onde foi publicado
1986 no Diário Oficial do estado, mas tem condições de recuperarmos esses termos que foram
1987 assinados porque o ministro assinou, o governador assinou. Então, tem os termos, nós,
1988 conhecendo esses termos, eu acho que facilita sim, Suelen, facilita nós desenvolvermos aqui
1989 um trabalho de apoiar. Então, em uma coisa me parece que é consenso aqui, todo mundo
1990 apoia esse programa, se é para reduzir homicídio, eu duvido quem é contra. Mas, se vai ser

1991 extensivo e que ele é o laboratório, então, quem sabe poderemos contribuir e aí eu digo,
1992 inclusive os trabalhadores podem contribuir. Obrigado.

1993

1994 **A Sra. Raquel Willadino Braga (Observatorio de Favelas do Rio de Janeiro):** Eu vou ser
1995 breve. Eu só queria retomar hoje de manhã quando eu levantei as questões relativas às
1996 dimensões de gênero, raça, território, a resposta da Regina foi que a entrada foi
1997 fundamentalmente a partir da dimensão territorial. Então, eu acho que não temos redundância
1998 nessa recomendação e mais, precisamos ir recuperando a fala do Élder, temos no Brasil um
1999 quadro muito perverso de redução de homicídios da população branca associada a
2000 crescimento dos homicídios da juventude negro. Então, se não enfrentarmos essa questão
2001 com uma pauta central, que seria um Plano de Enfrentamento a Homicídios, não estaremos
2002 fazendo um trabalho sério. O que eu queria dizer aqui é: não é redundante reiterar as
2003 dimensões de gênero, raça e etária dentro dessa recomendação e mais, eu entendo que elas
2004 não têm que ser um elemento secundário do processo e, sim, uma as espinhas dorsais,
2005 núcleo central desse programa.

2006

2007 **O SR. PEDRO GASTALHO DE BICALHO (Conselho Federal de Psicologia) –** Eu queria
2008 reforçar as palavras da Raquel e solicitar a inclusão da dimensão orientação sexual.

2009

2010 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Eu tinha pedido para
2011 falar como membro da Rede Desarma Brasil, não só porque estamos como presidente, mas
2012 eu queria dizer que o meu sentimento é igual ao da Cynthia, é a mesma coisa, desde que
2013 começamos. Só agora no provisório, na Comissão Organizadora Nacional, em todo momento,
2014 o nosso desejo e de outros companheiros é de construir um conselho nacional que lá na
2015 frente esteja pautando políticas públicas e o Governo Federal seguindo. Estamos fazendo o
2016 inverso. Mas, mesmo fazendo o inverso, eu acho da maior importância tudo isso que estamos
2017 fazendo aqui. Mesmo carregando todas as frustrações eu me sinto útil de alguma maneira,
2018 carrego essa sensação, mas não assim, eu não sou desanimado porque muitas coisas estão
2019 acontecendo e mesmo que fôssemos formular antecipado, nós não teríamos como fazê-lo de
2020 modo integral, nós ficaríamos faltando um pedaço. Mas, o que cabe a este conselho é:
2021 primeiro ele ter a dimensão do que ele é. Ele é um conselho do gabinete do ministro ou do
2022 Ministério da Justiça. Ele é gestor? Precisamos perguntar a nós mesmos: nós somos
2023 gestores? Nós poderemos gestar? Se não pudermos gestar, por que vamos discutir isso? Se
2024 não pudermos gestar, se temos que recomendar, é a nossa função recomendar, monitorar, eu
2025 acho que o que estamos construindo é útil. Vamos dar a contribuição. O que precisamos ser
2026 práticos agora é tudo aquilo que estamos falando é torná-lo factível na recomendação. É só
2027 isso. Então, pedimos agora para irmos para essa construção porque pelos relatos aqui, nós já
2028 entendemos o que estamos querendo. Eu acredito que na recomendação tem que constar o
2029 sentimento deste conselho. Temos que partir agora para essa construção.

2030

2031 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO**
2032 **PÚBLICO) –** Almir, eu vou discordar integralmente dessa visão de que o conselho não pode.
2033 Quem é o gestor é o Poder Executivo. Ele que é eleito, é o presidente da República e seus
2034 ministros que auxiliam o presidente da República, tudo mundo sabe disso. Mas, nós fazemos
2035 parte de um sistema de controle social o qual o próprio Executivo patrocina e diz que faz isso.
2036 Tanto que está ali o João Francisco representando a Secretaria-Geral da Presidência da
2037 República, esteve aqui que vai lançar um programa lindo de participação social. Mas, que na
2038 prática não está funcionando. Então, controle social é o papel deste conselho, nós temos esse
2039 papel. Nós não somos um conselho que não tem responsabilidade, temos responsabilidade e
2040 está lá: definir diretrizes. Foi a presidente da República que baixou esse decreto. Então, o

2041 Executivo disse: nós vamos jogar esse jogo com a sociedade civil, com os gestores e com os
2042 trabalhadores, mas não está jogando o jogo. A grande realidade é essa. Agora, quem está
2043 aqui também tem responsabilidade porque está aceitando esse jogo. E o meu empenho, todo
2044 mundo sabe disso aqui, eu tenho uma meta e ela é a seguinte: nós temos 50 mil homicídios
2045 neste país, isso é um absurdo. A minha meta pessoal, individual é contribuir para que isso
2046 seja reduzido para um patamar aceitável dentro de uma sociedade. E eu tenho me esforçado
2047 para fazer isso dentro das minhas forças. Independentemente do Executivo gostar ou não
2048 gostar. Mas, este conselho tem atribuições sim. Eu já estou cansado de falar isso. Mas, isso
2049 eu posso estar totalmente errado, mas a minha visão é essa. Não é falta de atribuição legal.
2050 Nós temos atribuições legais definidas num decreto presidencial. Está escrito, fixar diretrizes.
2051 Tem outro lá, o quarto: não só fixar diretrizes, como fiscalizar a aplicação dos recursos. Então,
2052 não é só fazer recomendação. Não é só receber o prato pronto para depois dizer que está
2053 tudo bem e tal. As coisas não estão bem. O governo perdeu 2 anos dessa energia que aqui
2054 está. Mas, eu posso estar totalmente errado.

2055
2056 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma**
2057 **Brasil)** – Como você disse, Marcos, como relação ao sentimento dos 40, quem conhece a
2058 história de todos que estão aqui, eu gostaria que ficasse registrado isso porque quando nós
2059 nos particularizamos, eu sei da sua missão como ser humano, como instituição, mas todas as
2060 instituições aqui, a minha vida pessoal, familiar também é sacrificada em direção a diminuir as
2061 mortes, isso estamos trabalhando, todos aqui, é redundância falarmos nisso. Você conhece o
2062 nosso trabalho, se eu fosse falar eu queria destacar o que nós fazemos. Se eu fosse falar do
2063 Move e Paz o que faz, eu iria destacar o Move e Paz e deixar de reconhecer todo mundo, por
2064 isso que isso é um assunto que todos que estão aqui desejam essa redução, inclusive os
2065 gestores. Então, é uma coisa que cria muita dificuldade para nós. Porque não podemos
2066 particularizar isso. É de todos aqui.

2067
2068 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**
2069 **CNMP):** Eu concordo com você. E eu esclareço que quando eu falo essa questão é porque as
2070 pessoas às vezes, quem não me conhece pode pensar que o fato de eu, de certa forma,
2071 tensionar em certos momentos é porque tem alguma coisa aqui. Vocês sabem disso, quem
2072 me conhece sabe do porquê estou assim. E o que eu lamento, sabem o que é? É ver você, é
2073 ver todo mundo que está nesta mesa e nós perdermos 2 anos, nós não saímos do lugar do
2074 ponto de vista do reconhecimento que o Governo Federal deve dar, e a responsabilidade aqui
2075 não são dos gestores que estão sendo convidados não, a responsabilidade aqui é do
2076 Ministério da Justiça, do ministro da Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança e da
2077 secretária nacional de Segurança Pública porque eles são os maestros. Desde sempre se
2078 recuperarem as nossas atas, as nossas pautas, eu sempre tenho dito aqui: o gestor tem aqui
2079 neste ambiente mais do que tensões, tem uma energia criativa que se bem direcionada vai
2080 levar a quê? Ao reconhecimento de uma excelente Política Nacional de Segurança Pública
2081 que vai voltar em reconhecimento para o próprio Governo Federal e isso tem sido
2082 desperdiçado. Infelizmente é isso. Daí que quando eu insisto que as coisas não estão bem, é
2083 uma visão minha e eu posso ser o cego deste conselho, se cada um achar que está bem,
2084 tudo bem, agora, aqueles que não acham que não está bem têm que fazer chegar isso ao
2085 Governo Federal pelas suas respectivas redes, porque senão fica achando que é só coisa do
2086 Marcos Costa.

2087
2088 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma**
2089 **Brasil)** – Eu sugiro agora, já entendemos tudo, inclusive entendemos um pouco mais além, e
2090 já conversamos, Marcos, vamos abrir para você aquilo que já falamos pessoalmente, falamos

2091 uns com os outros aqui de vez em quando por causa dessa tensão, você sabe disso, nós
2092 ficamos constrangidos a maioria das vezes em contrapor um companheiro que sabemos que
2093 quer construir também. É uma sinuca de bico. O que temos de fazer aqui agora? Não é
2094 recomendar? Não tem outra coisa a fazer a não ser recomendar. Ou este plenário quer fazer
2095 outra coisa? Se o plenário quiser fazer outra coisa além de recomendar, temos que decidir
2096 agora. A palavra de ordem é essa. Vamos recomendar ou não?

2097
2098 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**
2099 **CNMP):** Além de recomendar, eu pedi a palavra foi só por conta da filosofia de dizer assim,
2100 que não somos gestores, todos sabemos, mas que temos uma responsabilidade legal temos.
2101 Além da recomendação em si, o precisa ser dito é o seguinte, esse talvez seja o principal
2102 deveria ser o Plano Nacional de Segurança Pública com esse programa. Não teve um Plano
2103 Nacional de Segurança Pública ainda. Está o Pronasci do passado. Esse talvez seja a
2104 espinha dorsal da política do Governo Federal nessa área de Segurança Pública. E o Conasp
2105 tem que estar lá dentro. O que eu falo e volto a insistir, nós temos que estar junto com
2106 Ministério da Justiça na construção dessa política, até porque o Conasp é um órgão vinculado
2107 ao Gabinete do Ministro. É bom não se esquecer disso, está lá no decreto presidencial. Então,
2108 a minha proposta é que, além das recomendações materiais, substanciais, é que em termos
2109 de procedimentos documentais seja garantida a participação deste Conasp, com a sua
2110 comissão, junto a quem está formulando o programa.

2111
2112 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma**
2113 **Brasil) –** Nós colocamos como proposta e vamos para a plenária.

2114
2115 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
2116 **Federais) –** É só para lembrar que eu compreendo essa preocupação do conselheiro Marcos
2117 Costa. Tem sido recorrente nessa sua preocupação, creio que a maioria dos conselheiros
2118 entendeu e acha que precisamos também fazer o nosso papel, a nossa parte na construção
2119 de um conselho que seja mais relevante, mais autônomo e reconhecido. Eu acredito que nós
2120 já avançamos, não na velocidade que queríamos, e tivemos também retrocessos. Mas, eu
2121 ainda acredito neste conselho, acredito que estamos no caminho. Com relação ao plano, eu
2122 posso até estar enganado, mas acho que a articulação dele parece que não é aqui em
2123 Brasília, ao mesmo tempo em que várias iniciativas foram tomadas aqui, nós não sabemos se
2124 existe um comitê que está coordenando esse plano aqui em Brasília, ou se vai ser só o GGI
2125 lá, então, não compreendemos. Fica realmente difícil recomendar alguma coisa. Eu fiz várias
2126 pesquisas aqui na internet para tentar achar os documentos desse plano. Eu fui achar aqui no
2127 Diário Oficial de Alagoas, existem alguns atos normativos assinados no Diário Oficial de
2128 Alagoas no dia 28 de junho de 2012. Ideal que tivéssemos acesso a essa documentação
2129 antes. Então, eu acho que qualquer recomendação fica prejudicada antes da leitura desses
2130 documentos e desse termo de acordo com o Governo Federal com o estado de Alagoas. Essa
2131 é a minha fala. Só para esclarecer ao Gandra que me perguntou o que encontrei aqui: decreto
2132 que dispõe sobre a realização do Gabinete de Gestão Integrada...

2133
2134 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma**
2135 **Brasil) –** Já foi explicado isso aqui, não tem nenhuma comissão, só tem Gabinete de Gestão
2136 Integrada.

2137
2138 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
2139 **Federais) –** Mas tem aqui o decreto de estado de urgência em todos os órgãos que compõem
2140 o sistema de segurança pública de Alagoas, estado de urgência por 180 dias; do dia 27 tem

2141 outro documento lá que acho que envio para a Assembleia Legislativa a criação de bolsa de
2142 estudo para os peritos. A documentação está esparsa.

2143

2144 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal)** - A minha preocupação aqui, presidente,
2145 nós estamos começando esse trabalho junto ao conselho há pouco tempo, mas podemos
2146 perceber claramente que o papel do conselho vem suscitando preocupações dos
2147 conselheiros. Nós temos que definir, primeiro, se nós somos aqui um conselho referendador,
2148 apenas referendar o que está sendo posto e nós vamos ajudar a construir algumas políticas.
2149 Por exemplo, quando foi apresentado esse plano e foi apresentado de modo bastante
2150 superficial, acho que precisava aprofundar um pouquinho mais nas bases que ele se lançou
2151 para construir um programa que pudesse realmente ser efetivo, mas a forma como foi
2152 colocado aqui, eu vi, por exemplo, muito claro quando se falava a questão dos investimentos
2153 na Polícia Civil, que a secretária frisou por diversas vezes. O estímulo em si, buscar primeiro
2154 a fundamentação e depois o estímulo da estruturação da polícia judiciária. E foi falado aqui
2155 também de custos de capacitação, qualificação e eu entendo, primeiro ponto, que isso é
2156 fundamental. Nós não temos hoje padronizações das ações. Nós tínhamos até que sugerir
2157 que a Senasp possa encabeçar um programa de treinamento de qualificação, de capacitação,
2158 não sei exatamente o termo, mas para as forças policiais do Brasil. Além disso, estimular a
2159 publicação do procedimento porque não temos hoje, cada estado faz de uma maneira, dentro
2160 da própria polícia muitas vezes você tem unidade fazendo procedimentos diferentes. Não tem
2161 uma padronização. Isso atrapalha muito. Quando nós falamos aqui, por exemplo, foi falado a
2162 questão de custos para preservar locais de crime. E aí eu vou falar um pouquinho da atuação
2163 lá na ponta. Existe uma rivalidade hoje institucional, colocada e isso aí não é segredo, Polícia
2164 Militar e Polícia Civil. Quando você coloca lá na ponta você vê as rivalidades institucionais. Aí
2165 é uma questão de local do crime mesmo, a PM não faz, ela acha que não é responsabilidade
2166 dela, a Polícia Civil quando chega fala que não pode atuar porque não foi preservado e fica
2167 naquele empurra que impede todo mundo, é um jogo onde só há perdedores. Então, num
2168 primeiro passo, eu também penso que temos que trabalhar nessas qualificações algo
2169 integrado, tem que ser em conjunto, então, quando se fala em investimento, fala em
2170 capacitação e fala isso para a Polícia Civil, mas não podemos nos esquecer que a Polícia
2171 Militar precisa de estar junto nesse programa de segurança. São instituições que precisam
2172 trabalhar coesas. Precisam trabalhar em conjunto. Se uma delas falhar, nós estamos em um
2173 ciclo hoje de polícia. Começa lá com a prevenção, a parte repressiva, depois temos a
2174 investigação e a instrução. Se um delas não funcionar, o todo se perde. Então, quando se faz
2175 um programa assim, porque a minha preocupação: nós chegamos aqui, fomos apresentados,
2176 bom, o programa está montado e agora nós vamos colher sugestões. Será que não seria
2177 interessante nós participarmos da construção disso? Porque esses detalhes, eu tenho uma
2178 visão, o outro colega conselheiro tem outra visão, e a vamos aqui colocando na mesa e
2179 somamos os prós para chegarmos em um ponto de equilíbrio que seja o ideal. Então, eu
2180 gostaria de fazer dois encaminhamentos: essa questão do treinamento e qualificação, não se
2181 pode esquecer que são as duas polícias lá na ponta e que se essas polícias não trabalharem
2182 integrados, nós não vamos conseguir avançar, então, essa qualificação tem que ser em
2183 conjunto e a Senasp teria que encabeçar isso para todo o Brasil porque falta padronização.
2184 Além disso, nós precisamos estimular as publicações nessa área. Por que não o conselho,
2185 por exemplo, encabeçar um grupo de trabalho para se montar algo de procedimento. Se vai
2186 falar de investigação de homicídios, vamos seguir um procedimento para isso. E hoje é muito
2187 pobre, com exceção de alguns estados como Minas Gerais, São Paulo que ainda se escreve
2188 alguma coisa, mas a maioria dos estados não tem. Isso é fundamental se nós queremos
2189 começar um trabalho coeso, um trabalho com eficiência. E segundo, que eu gostaria de
2190 chamar a atenção aqui dos colegas conselheiros, eu não sei se este é o momento oportuno

2191 para discutirmos, mas eu penso que temos que avançar, e aqui é o fórum adequado para
2192 isso, foi falado pela própria secretária Nacional por diversas vezes e dito por alguns
2193 conselheiros a questão do investimento na segurança pública. Não é novidade que quando o
2194 Governo Federal investe mais nos estados retira os investimentos e também não é novidade
2195 que quando passa uma crise o município que muitas vezes se propõe a algumas ações na
2196 área de segurança para de investir. Agora, nós temos uma pesquisa recente que eu já pedi
2197 para a minha equipe que encaminhe aqui para o conselho para que seja socializada com os
2198 conselheiros, a Confederação Nacional da Indústria fez uma pesquisa na qual está lá:
2199 preocupação dos brasileiros. A maior preocupação é saúde e em segundo lugar é segurança
2200 pública e em terceiro, drogas. Mas, quando nós colocamos juntos isso, a segurança pública
2201 passa a ser a primeira preocupação. Quando se fala a questão de recursos, nós percebemos
2202 nitidamente como se avalia orçamento, isso aí não é segredo nenhum, nós fizemos essa
2203 análise, é sazonal, alguns governos se preocupam com a segurança e investem mais, depois
2204 se retira investimento e assim vai indo. Então, eu queria fazer um encaminhamento aqui, nós
2205 temos de aprofundar nisso, mas eu penso que temos que vincular receita para a segurança
2206 pública. Como é feito a questão hoje da educação, da saúde, eu penso que para a segurança
2207 pública não pode ser diferente. É lógico, isso já existe em discussões sendo feitas no
2208 Congresso, nós temos já PEC falando sobre isso, mas precisamos ter o apoio político
2209 institucional para poder avançar.

2210
2211 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente do Conasp) (Rede Desarma**
2212 **Brasil)** – Esse assunto me parece que é legislativo, constitucional inclusive. Nós precisamos
2213 nos assenhormos dessa tecnologia para contribuir.

2214
2215 **A SRª. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** – Eu queria só dar
2216 um informe porque eu acho que não ficou muito claro aqui. Não existe um comitê aqui em
2217 Brasília que discute essa questão específica sobre o plano de redução de violência, o Brasil
2218 Mais Seguro. Não existe. Esse comitê funciona dentro do Gabinete de Gestão Integrada, a
2219 secretária disse isso aqui algumas vezes e que funciona nos estados. Inclusive, o ministro vai
2220 até a esse comitê para discutir junto a ele. Por quê? Porque aqui em Brasília, o que foi
2221 pensado foi o primeiro momento, tudo foi pactuado depois com o estado. Todos os momentos
2222 desse processo, tudo que foi pensado foi pactuado com o estado. Nós sabemos que os
2223 estados são autônomos e que tudo que é feito nos estados, todos os projetos que o governo
2224 leva para lá têm que ser aceitos por eles. Então, temos que tomar muito cuidado, até pelos
2225 problemas políticos que poderíamos ter para isso. É a garantia do pacto federativo. Então,
2226 para deixar bem claro. Não existe um comitê em Brasília que discute essa questão. Existe o
2227 Gabinete de Gestão Integrada do estado que todo mundo vai para lá para discutir, inclusive o
2228 ministro.

2229
2230 **O Sr. Osmar Vargas** - Independentemente do já foi respondido, eu não venho muito às
2231 reuniões que vêm o Tião. Mas, eu acho que o conselho, pelas falas que eu vi aqui,
2232 independentemente de o comitê ser o GGI, mas este conselho além de ter a
2233 representatividade lá, ele normalmente discute isso, ai, sim, acho o encaminhamento de uma
2234 política nacional que o conselho pode muito bem contribuir. Eu saio daqui frustrado também
2235 porque depositamos na Conferência Nacional este espaço aqui, o espaço de relevância, de
2236 importância na política de segurança nacional. Eu acho que a mobilização que nós fizemos no
2237 país inteiro para a Conferência Nacional e depois para eleger este conselho, como vimos
2238 companheiros combativos aqui, se expressando estarem frustrados com os
2239 encaminhamentos que têm sido dados aqui, apesar dos avanços, é frustrante para nós que
2240 estamos lá na base no corre-corre do dia a dia e saber que algo que depositamos tanta fé,

2241 que tem lá seu marco histórico e não vendo isso de uma forma relevante pelos gestores, é
2242 uma pena.

2243
2244 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) - O**
2245 que o conselheiro Marcos Costa disse, é interessante sim que a nossa questão do conselho
2246 como acompanhamento das políticas públicas. Vejamos que estamos convergindo para o
2247 mesmo ponto, mas ainda eu vou insistir talvez em um ponto que o Marcos Dias disse que
2248 talvez nós não tenhamos informações. Como se trata da questão do pacto federativo e se
2249 trata de um termo de cooperação, esse termo de cooperação, nós não sabemos, por
2250 exemplo, de plano que ele foi feito pelo MJ e pelo governo de Alagoas. Só que não sabemos
2251 ainda se existem outros que estão também nesse termo de cooperação. Como todos aqui
2252 conhecem, esses termos de cooperação, está lá matriz de competência, nós não sabemos
2253 nem a quem compete a execução do recurso público, já que está tudo descrito nesse termo
2254 de cooperação. Então, como sugestão, seria até mesmo uma criação de uma comissão daqui
2255 composta pelos três segmentos e outros conselheiros interessados, para isso nós
2256 solicitaríamos o termo de cooperação e os documentos que o compõe para diante dessas
2257 informações nós sabermos qual é o melhor papel de atuação diante do Conasp. Por quê?
2258 Não sabemos ainda como vai ser a distribuição de recursos, como é que vai ser a execução,
2259 quais são as atribuições do próprio estado, já que a ideia, me parece, que o MJ apenas está
2260 contribuindo e a execução maciça é do estado de Alagoas. Outra questão com o nosso papel
2261 aqui, é interessante, por exemplo, nós estamos nos esquecendo do Conselho de Segurança
2262 Pública do estado de Alagoas. Então, se nós somos aqui particular com outros conselhos, se
2263 nós não conhecermos esses documentos, como é que está a atuação daquele conselho? E lá
2264 não tem conselho?

2265
2266 **A SRª. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP) –** Tem conselho e o
2267 conselho está participando do GGI também, onde está sendo o comitê.

2268
2269 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) -**
2270 Outra situação, aí que vem por exemplo, nós estamos preocupados porque já tem um termo
2271 de cooperação realizado e não pode ser alterado, e como se trata de um projeto piloto
2272 qualquer termo de cooperação a qualquer momento ele poderá ser aditivado, então, vejo que
2273 nossas contribuições aqui espero que sejam ouvidas. Eu queria falar também sobre
2274 diferenciar que eu vejo que esse plano piloto está mais focado por uma questão de repressão
2275 e o Brasil mais Seguro é uma questão mais de prevenção. Então, esse projeto, me parece,
2276 alguém pode me corrigir, posso estar equivocado, mas o plano de Alagoas é um projeto-
2277 piloto, mas ele está mais focado para repressão, enquanto que o Brasil mais Seguro mais
2278 para prevenção. E, por fim, gostaria de falar para o conselheiro Marcos que eu já tinha dito
2279 aqui neste conselho que eu defendo a questão de procedimentos e padrões, por exemplo, já
2280 tinha sugerido procedimentos e padrões para perícia, para investigação, para uso da força
2281 policial e demais outras condutas aqui. Eu estarei à disposição aqui para qualquer uma
2282 dessas. Obrigado.

2283
2284 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional) –** Bem, nós neste
2285 conselho lutamos muito para buscar uma entidade que reclamávamos tanto no início, depois
2286 começaram a nos apresentar os planos, foi uma reivindicação e um compromisso de que os
2287 planos do ministério que se relacionassem com segurança iriam ser apresentados, e todos os
2288 planos que vieram a ser apresentados a nós já tinham sido lançados. E é por isso que geram
2289 problemas porque senão tivessem sido lançados certamente estariam sido construídos juntos,
2290 uma coisa mais tranquila. Então, hoje nós fomos convidados pelo ministro para conhecer o

2291 plano Brasil mais Seguro, dentro disso estava Alagoas porque era o combate à violência e
2292 aqui é o combate aos homicídios, e não tem aqui homicídios, é uma coisa muito menor o que
2293 foi nos apresentado aqui e por isso que eu acho que gera aí essa insatisfação e essa angústia
2294 de não saber como efetivamente vamos participar e se nossas contribuições estão sendo
2295 dadas aqui efetivamente vão sair (?) afinal de contas ele já foi lançado como os outros. Aí
2296 também notamos uma coisa: apesar de falar em interatividade dos planos, mas temos um
2297 Plano Nacional da Educação de Direitos Humanos (PNEDH3) que tem um eixo sobre
2298 segurança pública. Nós temos um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que
2299 tem um eixo sobre segurança pública, quando foi construído foi um debate muito amplo no
2300 país. Nós não escutamos nenhuma referência a nada disso. Não tem referência a isso. Quer
2301 dizer, a própria Conseg também não fazemos muita referência à Conseg. Não sei como
2302 estamos discutindo a 2ª Conseg. E outras coisas que eu me lembrei aqui: tem uma pesquisa
2303 sobre segurança pública feita com os funcionários do sistema da segurança que foi a maior
2304 pesquisa, segundo na época disseram que o ministério realizou no país ouvindo quase 70 mil
2305 servidores da segurança pública, uma pesquisa grande, e nunca ouvimos falar nela. Ela foi
2306 publicada nessas revistas nacionais e lá os servidores falam sobre os seus problemas foi uma
2307 pesquisa para dentro. Alguém conhece essa pesquisa? Alguém leu? Quer dizer, uma coisa
2308 que foi feita e simplesmente guardada lá no canto da parede. E outra coisa muito importante
2309 que foi a terceira semana de visitas na delegacia de polícias, já é a terceira, já é feita por
2310 várias instituições e em vários países avaliando o desempenho em 5 eixos sobre o
2311 desempenho das delegacias de polícia do Brasil na 3ª semana foram visitas duzentas e
2312 cinquenta delegacias, um retrato muito bonito do que é e como funciona a Polícia Civil do
2313 país, nós não sabemos. Eu conheço por que foi apresentado no Rio de Janeiro, no Fórum
2314 Nacional de Ouvidores, nós tivemos a apresentação pela instituição que realizou a pesquisa.
2315 Isso em vários países com instituições especializadas fizeram isso numa semana. E também
2316 o nosso corpo do Conasp, que até eu sugeri no início, que tivéssemos tido uma capacitação
2317 de uma semana, duas semanas mexendo nos problemas de segurança porque aqui como
2318 nós não somos todos especialistas, então precisamos saber das coisas. Nós não tivemos
2319 também isso. Então, eu acho que nós precisamos realmente parar para pensar um
2320 pouquinho, retomando devagar, mas temos que pensar nisso. E como relação a esse plano,
2321 acho que temos que fazer o que tem que ser feito e recompor alguma coisa que possa.

2322
2323 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
2324 **Pública):** Eu queria só esclarecer que foi proposta aqui da Conasp, a doutora Regina propôs
2325 um mês de formação, ia ter curso *on line*, presencial e tudo sobre a função do conselho, sobre
2326 segurança pública e tudo e o Conasp negou, não aceitou o curso. Disse que não precisava,
2327 inclusive está na ata, tem tudo registrado, teve conselheiro que se sentiu inclusive ofendido
2328 com a proposta de curso.

2329
2330 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
2331 **FNOP):** Eu percebo assim que o nosso conselho está vivendo um momento de crise. Eu não
2332 sou daqueles que como profissional de segurança pública sempre trabalho com a crise de
2333 forma negativa não, eu vou mais para o lado dos psicólogos, de que crise é uma encruzilhada
2334 entre oportunidades, possibilidades e risco. Por isso, que temos que tirar a vantagem dessa
2335 crise. E se vocês me permitem o paralelo, que não é uma consolação, é um desafio, eu venho
2336 de outros conselhos de 9 anos, por exemplo, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e
2337 Nutricional tem um histórico diferenciado, ele nasce lá no início do governo Lula, vou abreviar
2338 esse capítulo, este conselho já nasce empoderado, já nasce propondo conferência, e aqui é
2339 que está a necessidade da nossa mobilização para tirar proveito dessa equipe intersetorial
2340 que é uma riqueza deste governo. Nenhum governo pode desprezar essa capacidade

2341 instalada que ele arregimentou para este conselho. Então, nessa medida, eu queria propor
2342 que nós nos esforçássemos para fazer as duas coisas, porque planos emergenciais, e eu
2343 estou entendendo que esse plano é um plano emergencial, o governo vai ter que fazer e se
2344 não fizer nós vamos cobrar. Eu já estou querendo saber qual é o plano nacional é o dia que
2345 ele vai chegar ao Maranhão. Então, precisamos saber do cronograma, se as ações dele são
2346 de 2012 a 2013 em Alagoas, que dia ele vai aportar no Maranhão? Permita-me usar o
2347 Maranhão, mas estou falando do Brasil todo. E o Maranhão se não for o quarto é o quinto dos
2348 piores indicadores que foram pegados para implantação desse programa. Nesse sentido, eu
2349 acho que temos mesmo de propor aqui a criação de uma comissão permanente que vai, em
2350 nosso nome, delegada por todos nós, com representação das diferentes esferas, acompanhar
2351 e monitorar todos os passos desse programa, do começo, meio e fim. Ela deveria sair na
2352 recomendação. E uma segunda coisa é também solicitar que sejam mais claros esses prazos
2353 de imigração daquelas políticas que são experimentalmente implantadas em Alagoas para
2354 que elas sejam espraiadas. Eu acho que deveríamos fazer esse esforço. Que é o esforço que
2355 lá no Consea chamamos de empoderamento. O Consea, me permitam abusar dessa paralelo,
2356 não é um conselho deliberativo, mas como ele foi prioridade de governo, o presidente Lula
2357 que era criticada neste país por viajar o mundo inteiro, ele se reunia pelos três ou quatro
2358 vezes por ano, o presidente da República. A ponto de hoje, nós temos o mesmo nível de
2359 recomendação lá, ainda somos poucos ouvidos. Triste do conselho que achar que ele está na
2360 pontuação certa. Esse é o papel do conselho. Mas, hoje, nenhuma política de segurança
2361 alimentar nutricional nasce e não passa pelo Consea. Assim que eu acho que deveremos
2362 valorizar uma interlocução direta com a nossa secretária nacional de Segurança Pública, mas
2363 devemos reclamar mais a presença do ministro junto a este conselho para o bem dele. E
2364 também à Presidência da República, temos que ter um nível de interlocução com a
2365 presidenta. E ela precisa disso e um dia ela vai agradecer. Porque nós fazemos de forma
2366 voluntária, profissionalmente, uma série de políticas se realizar lá onde a coisa pega, que é lá
2367 na periferia.

2368
2369 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) -**
2370 Eu quero pegar exatamente por onde o Geraldo tocou aqui. Se não temos passado,
2371 começamos a fazer coisas que não tem fundamento prático, nem teórico, nem histórico. O
2372 PNH3, nós temos lá o eixo orientador número quatro que é a segurança pública, combate à
2373 violência, temos uma diretriz número 12 que é a participação popular no sistema de
2374 segurança pública e temos o eixo na diretriz número três que é exatamente a prevenção à
2375 violência, a criminalidade e a profissionalização da investigação criminal. E fazemos um
2376 programa experimental e não nos referimos a isso. É isso que construímos. Eu acho isso
2377 muito grave. O Geraldo foi diretamente ao cerne da questão. E acho que isso nos recomenda
2378 que não façamos recomendações frágeis, desamparadas de conteúdo técnico, metodológico,
2379 especializado, críticos, histórico etc. Tudo isso está dito em toda a nossa história e não
2380 podemos inventar a roda neste momento. Eu acho que a recomendação que temos que fazer
2381 é a recomendação de que nós decidamos qual é o mecanismo metodológico que vamos
2382 eleger para a análise desse programa experimental. Do ponto de vista daquilo que podemos
2383 contribuir, comandar criticamente ou propositivamente e também do ponto de vista de qual é a
2384 nossa participação nisso. Como é que vamos nos fazer representar lá no estado nesse
2385 Gabinete de Gestão Integrada junto com o ministro, junto com a Senasp e junto com o
2386 governo do estado. Isso não impor ao estado que é autônomo e o Governo Federal não tem
2387 capacidade de obrigar o estado de aceitar alguma forma de metodologia do trabalho. Ele
2388 aceita sim porque o dinheiro é federal, e quem paga a banda, escolhe a música, foi sempre
2389 assim. E assim é a política. É nós dizermos: “Esta é a forma que pensamos que deveria ser,
2390 se não for essa, tudo bem, mas cumprimos a nossa tarefa de dizer o que nós pensamos”.

2391

2392 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Pela posição da
2393 conselheira Cyhthia e dos demais, eu não sei se vou captar o sentimento deste momento. Eu
2394 estou sentindo que não estamos tendo agora a maturidade suficiente por falta de várias
2395 questões e informações de construir essa resolução. A sugestão nossa é de que possamos
2396 nos assenhorar de tudo aquilo que possa nos favorecer para uma resolução do tamanho do
2397 Conasp. Mais ou menos isso e que hoje não é possível. E que possamos transferir isso para a
2398 próxima reunião, que seja pauta da nossa reunião ordinária e voltamos novamente a debater
2399 isso com mais propriedade e durante esses dias vamos nos assenhorando dessas
2400 informações, inclusive na interlocução com a Senasp ou o ministro, como tem a mesa diretora
2401 nós estamos, não é que delegamos à mesa diretora, mas esse processo pode também ser
2402 encaminhado pela mesa diretora. Nós já teríamos a dimensão, o que vocês acham? Adiamos
2403 a decisão?

2404

2405 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários
2406 Federais)** – Eu acredito que nós podemos fazer recomendação em termos gerais, justamente
2407 para que não fique esse prejuízo de termos comparecido aqui um dia em Brasília e no final
2408 não produzimos nenhum documento. Então, em termos gerais, acho que já temos alguns
2409 apontamentos ali que nós podemos recomendar e, no final, dizendo que será produzida a
2410 recomendação mais detalhada.

2411

2412 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente do Conasp) (Rede Desarma
2413 Brasil)** – O que suspeito é que mesmo que vamos fazer uma recomendação mesmo que
2414 generalizada, vamos começar a querer colocar nessa recomendação as especificações que
2415 nós estamos...

2416

2417 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários
2418 Federais)** – Se há consenso?

2419

2420 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente do Conasp) (Rede Desarma
2421 Brasil)** – Me parece que não.

2422

2423 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)**
2424 – Pegando o gancho do Marcos Dias, nós poderíamos utilizar novamente do instrumento da
2425 decisão colegiada para tomar algumas decisões. Inclusive, sob o ponto de vista substancial
2426 de uma recomendação me alinho, eu entendo que é melhor ter acesso aos documentos para
2427 poder refletir e saber o que queríamos recomendar. A minha proposta atende um pouco, a
2428 ansiedade de dizer assim: “O Conasp veio aqui e se posicionou dessa forma tais e tais”, uma
2429 coisa mais simples. Não seria recomendação. E aí, por exemplo, o apoio ao programa, quer
2430 dizer, o conceito do programa tudo por ser colocado, poderia sair já a comissão ou delegar
2431 isso para a mesa diretora obter as informações e repassar para todo mundo.

2432

2433 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma
2434 Brasil)** – Já gostaria de encaminhar isso, Marcos? Uma decisão colegiada em apoio ao que
2435 foi apresentado, é isso, Marcos, em apoio, o que você está falando?

2436

2437 **A Sra. Simone de Jesus (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação –
2438 FENAPPI)** É bom sairmos com alguma coisa concreta encaminhada aqui porque, pela
2439 informação, parece que no entorno já vai ser instalado novamente o programa. Eu não sei se

2440 seria antes da próxima reunião do conselho. Acho que seria interessante participarmos
2441 dessas primeiras conversas.

2442
2443 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma**
2444 **Brasil)** – Pela sugestão do Marcos de decisão colegiada, a recomendação necessitaria de
2445 mais informações para criá-la com substância, com histórico e tudo. Não dá para ser uma
2446 recomendação. Mas, uma decisão colegiada como ele propôs em apoio ao projeto-piloto na
2447 sua generalidade, não nas suas especificidades, se tiver consenso, poderíamos fazer, sai
2448 daqui o apoio à necessidade desse trabalho emergencial e, certamente, vamos aprofundar na
2449 próxima reunião com esse tema para a recomendação. Nós já temos o grupo que foi lá em
2450 Maceió, então esse grupo poderia ficar com essa atribuição, já foi criado o grupo, inclusive foi
2451 até lá. **(intervenções fora do microfone)**. O Bicalho não pôde, mas ele já se assenhorou do
2452 processo. Então, esse mesmo grupo que foi dar esse suporte, não precisaria criar a
2453 comissão. Inclusive, na próxima reunião já foi decidido no plenário que já tem outro grupo com
2454 cada representante de segmento. **(intervenções fora do microfone)**. Eu acho que esse
2455 grupo deve passar para nós conselheiros a percepção do que viu, do projeto, do anseio do
2456 povo, ao que foi lançado e passar a nós. Eu acredito que não tem muita coisa além do que foi
2457 mostrado aqui. Qual seria, João, a proposta?

2458
2459 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) -**
2460 Em cada ente, nós não poderíamos talvez traçar, por exemplo, vocês estão sugerindo o
2461 comitê. Vai ter necessidade? Por não ter condições de aprofundar agora, estou sugerindo que
2462 não tenha essa recomendação agora, mas como você está falando que já teve esse grupo e
2463 desse grupo faria a nós uma apresentação do que foi visto, mas já com os documentos ou até
2464 que ponto quando o restante dos conselheiros...

2465
2466 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma**
2467 **Brasil)** – A ideia é que a mesa diretora pudesse ser o veículo de produzir com a Secretaria
2468 Executiva esses documentos. Não esse grupo que foi lá.

2469
2470 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) -**
2471 Tudo bem.

2472
2473 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente do Conasp) (Rede Desarma**
2474 **Brasil)** – Então, aprovamos uma decisão colegiada em apoio ao programa? É isso? Sim, com
2475 a disposição do aprofundamento na próxima reunião. É consenso? **APROVADO**. Então, é só
2476 fazermos a construção desse consenso. Pessoal, vamos construir a decisão colegiada!
2477 Vamos adiantar o próximo assunto para aprovação enquanto a decisão é colocada no
2478 computador, que é a questão do edital das eleições com relação ao prazo. Vou passar a
2479 palavra à Suelen.

2480
2481 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
2482 **Pública)** – Pessoal, estava na Consultoria Jurídica, nós encaminhamos para análise do edital,
2483 edital que nós aprovamos na última reunião ordinária, na 17ª, retornou na semana passada,
2484 nós encaminhamos aos membros da comissão eleitoral para que analisassem. As mudanças
2485 não foram mudanças significativas, mas acredito que a parte mais importante que nós temos
2486 que discutir aqui é a questão das datas, já que nosso cronograma estava bem apertadinho
2487 para não chegar as eleições em setembro por conta do período eleitoral que nós sabemos
2488 que todo mundo acaba estando empenhado no seu estado. E aí do jeito que ficou agora, com
2489 a demora da aprovação da Consultoria Jurídica se jogarmos para a frente as datas a eleição

2490 vai ser muito próxima do período eleitoral. Então, temos que discutir aqui as datas e decidir. O
2491 João Francisco é membro da comissão eleitoral e vai apresentar quais foram as alterações
2492 sugeridas pela Consultoria Jurídica e suas pontuações.

2493
2494 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) -**
2495 As alterações aqui foram basicamente redacionais, sem alterar o conteúdo. O primeiro era o
2496 número de pleito e houve a retificação para 1.1. – *Processo eleitoral de representantes das*
2497 *entidades*. Não estava como representantes das entidades, era pleito e colocamos como
2498 processo eleitoral de representantes das entidades. No subitem 2.1.1. empregou-se a
2499 seguinte redação: *Conforme decisão adotada em plenária da 17ª Reunião Ordinária, realizada*
2500 *nos dias 14 e 15 de junho em Brasília, fica designada uma comissão eleitoral com a finalidade*
2501 *de coordenar as eleições, sendo composta pelos seguintes membros*. Isso também foi
2502 apenas redacional. Quem são os membros? Eu, o Benedito Mariano, que é o coordenador,
2503 Eraldo e o Silvío. No item 2.1.2. *As deliberações da comissão eleitoral serão adotadas*
2504 *prioritariamente por consenso e na ausência deste por maioria simples, prevalecendo o voto*
2505 *do coordenador em caso de empate*. Como somos 4, em caso de empate quem vai tirar o
2506 desempate é o Mariano. Já conversamos isso na comissão e vamos fazer de tudo para que
2507 as decisões sejam sempre no consenso. No item 2.3. substituir a expressão *pleito* por
2508 *processo*, já que é uma questão mais técnica. No item 2.5. temos: *Ressalvado o disposto no*
2509 *subitem 2.2 e 2.10, a plenária e os grupos temáticos do Conasp não respondem pelas*
2510 *decisões referentes a esse processo eleitoral*. Aqui estava logo no início o que nós já
2511 tínhamos colocado na plenária, o Conasp e aqui a Jurídica colocou os grupos temáticos,
2512 então, não apenas a plenária e os grupos temáticos não respondem, mas, sim, a quem cabe
2513 as deliberações somente à comissão eleitoral. Na letra F no subitem em 2.6, suprimiu-se o
2514 texto *que representação no Conasp*. Suelen, você tem o anterior? Vamos lá: *Os membros da*
2515 *comissão eleitoral que possuem representação Conasp estão impedidos de participar de*
2516 *qualquer atividade no processo eleitoral*. Então, seria os membros da comissão eleitoral, aí
2517 seria uma questão lógica, estão impedidos de participar de qualquer atividade no processo
2518 eleitoral. No item 2.8.2, apenas houve uma alteração redacional que inclusive foi proposta por
2519 mim no sentido de ter a possibilidade de ser por advogado, o representante de uma entidade
2520 não pode vir aqui, vai poder ter o advogado, então, é facultada a interposição de recurso ou
2521 pedido de impugnação por meio procurador legalmente constituído com poderes específicos.
2522 Se a entidade não puder vir aqui, manda o seu representante legal. No subitem 2.11, os
2523 *documentos destinados à comissão eleitoral somente poderão ser enviados via correio*
2524 *eletrônico ao seguinte endereço*. Isso aqui também foi apenas redacional por onde que seria
2525 melhor enviar e ficou certo, para ser uma forma mais única seria somente ao Conasp. Nos
2526 subitens 3.1., 3.2., 3.3 apenas tirou a expressão *artigo 3º por artigo 4º* que é o decreto do
2527 Conasp. Na letra 3.3. ficou certo então que quanto à obrigatoriedade dos fóruns e redes e
2528 movimentos sociais na área de segurança pública devem ter personalidade jurídica própria e
2529 serem devidamente registrados há pelo menos 2 anos, contados da publicação do edital.

2530
2531 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** Isso aí é
2532 com relação a fóruns, movimentos, redes?

2533
2534 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República)-** No
2535 item anterior está dizendo assim: quem é que pode participar do processo? É o item 3.3.,
2536 vamos lá, que nós remetemos lá: *Para efeito do artigo 3º são considerados fóruns, redes e*
2537 *movimentos sociais na área de segurança pública aqueles que cumulativamente estejam*
2538 *constituídos há, no mínimo, dois anos, contados na publicação do edital*.

2539

2540 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Não tinha
2541 não, a Rede Desarma Brasil não tinha.

2542

2543 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)** – Isso vai
2544 inviabilizar a participação de redes, fóruns e movimentos.

2545

2546 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Isso já foi
2547 decidido outra vez.

2548

2549 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República_ -**
2550 **Raquel**, lá na comissão, eu fui um dos quem falou como é que seria a questão dos fóruns, já
2551 que os fóruns sociais não têm personalidade jurídica. Eu não entendi também já que é uma
2552 questão agora da Jurídica no MJ, não foi acréscimo nosso. Foram alterações sugeridas pela
2553 Jurídica do MJ. E agora, Suelen, eu não sei também como essa questão que a Raquel pauta
2554 sobre a inviabilidade de alguns fóruns não poderem participar.

2555

2556 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)** – É uma das
2557 características dessas articulações é precisamente a falta de institucionalidade jurídica. Isso
2558 serve para entidades, mas para os movimentos, redes e fóruns que são centrais numa
2559 instância como é o Conasp, nós tínhamos construído inclusive uma saída no edital do
2560 processo eleitoral anterior. Acho que seria importante recuperar porque seria uma perda muito
2561 significativa para a sociedade civil se ficar desse jeito.

2562

2563 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) -**
2564 Nesse sentido, Suelen, eu me lembro que nós conversamos sobre isso justamente por causa
2565 do fórum, os fóruns normalmente, agora não sei como ficaria isso.

2566

2567 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)** – Nós
2568 trabalhamos, salvo engano, com essa questão das cartas, você tinha organizações com
2569 personalidade jurídica que atestavam a existência desses fóruns, redes e movimentos há
2570 tanto tempo de atuação nessa área.

2571

2572 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Está
2573 contemplado no anterior assim. Três cartas no edital anterior que diz respeito a redes e
2574 fóruns. E que inclusive foi aprovado assim, essa alteração aí...

2575

2576 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
2577 **FNOP)** – Em princípio, a não prosperar isso, seria desconstituir esse passo que já demos. E
2578 não só nesse nível de conselho, para outros conselhos que já têm interlocução direta.

2579

2580 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) -**
2581 Então, nesse caso, tem que ser uma deliberação nossa porque vai ter que voltar para a
2582 Conjur e agora eu não sei se vocês seriam os melhores, já que vocês são da sociedade civil
2583 para verem a melhor forma de redação.

2584

2585 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – A anterior.

2586

2587 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
2588 **Pública)** – Ele está falando da melhor forma de redação porque vai ter que voltar para a
2589 Consultoria Jurídica.

2590

2591 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) -**
2592 Eu sei. Nós temos que argumentar à Consultoria Jurídica o seguinte: fóruns e redes sociais
2593 não têm personalidade jurídica e por isso eles estariam inviabilizados para termos melhor
2594 fundamentação.

2595

2596 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** A melhor
2597 fundamentação é esta: os fóruns, os movimentos e as redes agregam em si várias
2598 instituições. Se tivéssemos que escolher uma instituição desses fóruns, dessas redes ficaria
2599 como entidade, aí não dá. Foi por isso que contemplamos fóruns, redes e movimentos que
2600 agregam várias instituições, eles seriam atestados por três instituições nacionais.

2601

2602 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) - E**
2603 **ai também no caso entram os movimentos sociais? O MCT por exemplo?**

2604

2605 **A Sra. Cynthia Maria Pinto da Luz (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH) -**
2606 Isso é um retrocesso na capacidade de articulação popular desse organismo. E mesmo que o
2607 MCT tenha um CNPJ vinculado a uma cooperativa não nos interessa porque não são esses
2608 debates. O Movimento Nacional de Juventude Negra, Movimentos de Mulheres, Rede
2609 Desarma Brasil que estão representados em virtude da nossa capacidade de articulação em
2610 nível nacional.

2611

2612 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) -**
2613 **Então, como colocaríamos então?**

2614

2615 **A Sra. Cynthia Maria Pinto da Luz (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH) -**
2616 **A redação do decreto anterior.**

2617

2618 **O Sr. Marcos Antonio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)**
2619 **– Foi uma decisão anterior que, inclusive, já tinha passado pelo MJ no passado. É só manter,**
2620 **é só isso, não tem o que falar não.**

2621

2622 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) -** A decisão do
2623 plenário do edital foi com a condição anterior, não foi com essa condição não. **Já foi**
2624 **aprovado o texto anterior.**

2625

2626 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) - E**
2627 **no inciso 4, no subitem 3.7, *tenham personalidade jurídica própria* se estaria relacionado?**

2628

2629 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** Isso terá que
2630 ser retirado.

2631

2632 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) -**
2633 **Vamos ver o caput: *caso algumas das classes de trabalhadores não possuam candidaturas***
2634 ***habilitadas será concedido o prazo de cinco dias, contados a partir da data de encerramento***
2635 ***das inscrições para que as entidades da referida classe solicitem inscrição.*** Aí nesse caso
2636 seria para as classes, acho que poderia manter a sugestão da Jurídica. Já que são os
2637 trabalhadores as classes sociais, aí teria que ter personalidade.

2638

2639 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
2640 **COBRAPOL)** – A representação no Conasp é a mesma, é igual para todos. Nós não
2641 podemos é ficar aqui tentando criar um casuísmo. Por exemplo, por que ou vai ter uma forma
2642 de representar e o outro não? Algumas entidades não têm representação jurídica e funcionam
2643 como uma associação nacional dos policiais e não pôde participar por conta, e quase que nos
2644 não participávamos também. Nós fomos por voto com outra entidade, uma irmã nossa, dos
2645 policiais federais, quer dizer, é gravíssimo isso, nós podemos ficar sem o assento no Conasp
2646 se nós também não garantirmos essas entidades não para estar, mas para votar.

2647
2648 **A Sra. Cynthia Maria Pinto da Luz (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH) -**
2649 No campo da representação tem que manter aquilo que está no decreto anterior. Não tem
2650 necessidade de mexer. Isso é consenso no Conasp. As representações de trabalhadores e da
2651 sociedade civil permanecem como estavam no anterior, tem que pegar o anterior e verificar
2652 como estava lá.

2653
2654 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
2655 **Pública)** – Esse foi acrescentado, foi sugestão de acréscimo, não tinha nada antes pedindo.
2656 Tem que tirar.

2657
2658 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
2659 **FNOP):**

2660 - É bom lembrar que não existe não de estranho nesse nível de interlocução com o Governo
2661 Federal porque outros fóruns, por exemplo, o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia é
2662 criado por um decreto presidencial que nos vincula à Secretaria Nacional de Direitos
2663 Humanos e que contempla, diferentemente de outras redes, não instituição com
2664 personalidade jurídica, mas articulações estaduais, vinculadas a governos estaduais e que
2665 por isso nunca terão por sua própria natureza uma personalidade jurídica.

2666
2667 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) -**
2668 Presidente, o que o Ribamar falou é importante por conta do seguinte. Veja que existem
2669 fóruns, entidades que a própria Constituição não tem como elas terem personalidade jurídica
2670 própria. Então, eu acho que seria relevante colocarmos.

2671
2672 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** A Rede
2673 Desarma Brasil possui 70 instituições.

2674
2675 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) -E,**
2676 por fim, houve aqui a substituição, apenas redacional do 9.2 pelo item 10.2 e no final eles
2677 excluíram o item 11.5. O anterior, por favor, Anita. Seria: *As vedações citadas no item 3.5.*
2678 *relativas aos segmentos que são eleitos também se aplicam aos conselheiros indicados pelos*
2679 *ministros*

2680
2681 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
2682 **Pública)** – Acho que essa questão é de regimento interno.

2683
2684 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2685 **Estaduais - ANASPRA)** – Não, essa questão refere-se à exigência de que para as entidades
2686 têm que apresentar certidão negativa, ninguém pode me processar. Então, aplicou-se
2687 também àqueles que são indicados pelo ministro que também não tenham processo de

2688 condenação penal transitado em julgado. Pode olhar, é o 3.5. Nós aplicamos aos indicados, a
2689 discussão.

2690

2691 **A Sra. Cynthia Maria Pinto da Luz (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH) –**
2692 O decreto anterior não tinha essa exigência.

2693

2694 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2695 **Estaduais - ANASPRA) – Não.**

2696

2697 **A Sra. Cynthia Maria Pinto da Luz (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH) -**
2698 E estão incluindo agora?

2699

2700 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2701 **Estaduais - ANASPRA) – Não, é exclusão. Mas, na reunião passada foi pela inclusão porque**
2702 **se todos estão sujeitos, e aí é a sociedade civil e trabalhadores, olhem o 3.5: é vedada a**
2703 **participação no processo eleitoral – isso é da passada – de qualquer entidade, rede ou**
2704 **movimento social que se enquadre em ao menos uma das situações (...) tenha sido declarada**
2705 **inidônea ou possua dirigente condenada mediante sentença transitada em julgado - a**
2706 **sugestão era: se isso está para rede social e fóruns também se aplica essa mesma exigência**
2707 **àqueles que serão, eventualmente, indicados pelo Ministério da Justiça. É uma questão**
2708 **equidade, se vai permanecer ou não é outra história, mas isso se aplica a todos que**
2709 **concorrem à eleição, aí se nomeia uma ficha suja, não faz sentido.**

2710

2711 **A Sra. Cynthia Maria Pinto da Luz (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH) –**
2712 Até porque, em regra, que não julga por que têm companheiros do movimento sindical que
2713 muitas vezes respondem processo, isso só criminaliza o livre exercício de direito de
2714 organização sindical de manifestação política neste país. Levando por aí nenhum iria poder
2715 participar.

2716

2717 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2718 **Estaduais - ANASPRA) – Exatamente. Então, como foi posto isso aí e não se alterou essa**
2719 **exigência e também para que sejam indicados que contra esses vai suprimir e ficar só nós. Aí**
2720 **eu sinto muito.**

2721

2722 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Aí teria que**
2723 **excluir também dos trabalhadores.**

2724

2725 **A Sra. Cynthia Maria Pinto da Luz (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH) –**
2726 **Ou se não for excluído que seja aplicado a todas as representações.**

2727

2728 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – É isso aí.**
2729 **Deixe-me dar uma sugestão e encaminhamento: como estamos sem quórum, nós**
2730 **poderíamos concluir essa questão para poder aprovação na próxima reunião e vamos ver a**
2731 **questão do calendário, quando é que vai ocorrer isso. Nós já teremos uma ideia para a**
2732 **próxima reunião nós já estaremos quase com o consenso a respeito disso.**

2733

2734 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República) –**
2735 **Presidente, só falta a última: que o edital será assinado pela presidente do Conasp e não**
2736 **estava no anterior, estava o ministro, e agora conforme portaria ministerial publicada no Diário**
2737 **Oficial. Foram as últimas ponderações da Consultoria Jurídica.**

2738

2739 **O Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – Fonajune)** – Eu só
2740 queria fazer uma observação. Eu não pude participar dessa discussão, mas alguma coisa que
2741 eu já vinha percebendo que é o seguinte: o Conasp faz um debate da segurança pública
2742 muito do ponto de vista urbano, como se na zona rural não houvesse o problema da
2743 segurança pública. Acho que temos na próxima eleição ou se o edital tem cabimento, mas
2744 temos que pensar em como incluir as organizações que fazem parte da realidade rural do
2745 nosso país que é notadamente o território de bastante violência contra índios, quirombolas
2746 etc. Então, temos que começar a pensar como o Conasp dá conta dessa realidade também.
2747 inclusive vou dar um informe no final da reunião de uma situação que está acontecendo no
2748 estado da Bahia que revela o quanto é importante discutirmos a relação dos agentes de
2749 segurança pública com as comunidades tradicionais e com as comunidades rurais.

2750

2751 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Com a
2752 permissão de vocês, como não temos quórum, esse assunto nós traremos logo para
2753 aprovação na próxima reunião e como a decisão colegiada foi um consenso, colocamos só o
2754 texto que iria ser encaminhado, foi feito o texto.

2755

2756 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares
2757 Estaduais - ANASPRA)** – Questão de ordem: como é que ficou definida essa questão 3.5.
2758 Isso não está deliberado?

2759

2760 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Na próxima
2761 reunião.

2762

2763 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares
2764 Estaduais - ANASPRA)** – Ok. Então, esse volta neste ponto? Muito obrigado.

2765

2766 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança
2767 Pública)** – Nós estamos com um problema. Temos aqui uma questão que não foi definida e
2768 não podemos colocar em votação porque não temos quórum. Então, qual é a proposta inicial?
2769 Vamos finalizar, estava sendo finalizado o texto, voltar no assunto anterior da decisão, ler a
2770 decisão, encerra esse assunto, volta para a questão do processo eleitoral, vamos repactuar o
2771 nosso calendário e com base na repactuação do nosso calendário, por exemplo, como estou
2772 achando que este conselho se a nós passarmos das datas simplesmente para a frente do que
2773 tínhamos pensado, a eleição vai ser bem em setembro no mês mais apertado das eleições,
2774 então, acho que tem uma propensão maior de jogarmos um pouco mais para a frente e aí
2775 jogando um pouco mais para a frente para a eleição ser realizada no final de outubro no
2776 segundo turno já e não são em todas as cidades, nós já temos um período maior para ir para
2777 a Consultoria Jurídica e já dar para esperar a próxima reunião para aprovarmos ou
2778 reprovamos.

2779

2780 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Eu acredito
2781 que sim, a sugestão dela é outubro a início de novembro, pode ser a primeira de novembro,
2782 então, temos quase dois meses para isso. Não vamos ficar ansiosos porque vamos tratar
2783 disso na próxima reunião, não tem quórum para tratar agora. Vamos fazer a leitura do que
2784 vamos encaminhar pelo consenso alcançado?

2785

2786 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança
2787 Pública)** – *“O Conselho Nacional de Segurança Pública reunido na Sala dos Retratos do*

2788 *Ministério da Justiça em 9 de julho de 2012 por ocasião da 5ª Reunião Extraordinária por*
2789 *unanimidade de votos em decisão colegiada, após ampla discussão temática entendeu que:*

2790
2791 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Em vez
2792 desse assunto que já foi resolvido, a continuidade do programa. Marcos, não é bom colocar a
2793 questão do documento, já foi solicitado à mesa diretora. Isso não foi aprovado, as questões
2794 dos documentos. Eu sugiro que retire esse último que não foi assim que aprovamos. Mas que
2795 a mesa diretora vai cuidar do assunto dos documentos, foi isso que falamos aqui. Todos os
2796 itens colocados, Anita, ficaram pendentes, o apoio foi generalizado ao programa, da
2797 necessidade e vamos tratar agora, na próxima reunião, com os documentos que a mesa
2798 diretora e a Secretaria Executiva vai providenciar.

2799
2800 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
2801 **Pública)** – Enquanto isso, eu posso ir lendo. *“O Conselho Nacional de Segurança Pública*
2802 *reunido na Sala dos Retratos do Ministério da Justiça em 9 de julho de 2012 por ocasião da 5ª*
2803 *Reunião Extraordinária por unanimidade de votos em decisão colegiada, após ampla*
2804 *discussão temática, entendeu que a elevada taxa de homicídios do estado Alagoas obriga a*
2805 *necessidade urgente de implantar a ações do Plano Nacional de Segurança Pública e,*
2806 *portanto, decide apoiar o projeto-piloto Brasil Mais Seguro, desencadeado por meio da*
2807 *cooperação entre o Ministério da Justiça e aquela unidade da Federação. O Conasp salienta,*
2808 *entretanto, que o programa deve levar em consideração projetos voltados para prevenção da*
2809 *violência, valorização dos profissionais da segurança pública que será discutido na 18ª*
2810 *Reunião Ordinária do Conasp”.*

2811
2812 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Nós temos
2813 que retirar tudo que não for generalizações para discutir na próxima o que combinamos.

2814
2815 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
2816 **Pública)** – Anita, por favor, só retira a parte da prevenção e da valorização...tira o parágrafo
2817 inteiro. Aí no parágrafo embaixo, nós vamos dizer que vai ser discutido na 18ª Reunião
2818 Ordinária. **Intervenções fora do microfone).**

2819
2820 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
2821 **COBRAPOL):** – O que pode comprometer esse projeto é justamente a desmotivação dos
2822 policiais que estão envolvidos nesse Brasil mais Seguro. Sem esses atores não vai ter
2823 projeto, não vai ter nem projeto-piloto. Isso que podemos pensar e que podemos estar
2824 correndo um sério risco.

2825
2826 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Nós
2827 combinamos o seguinte: combinamos até federação. E qualquer assunto policial, valorização,
2828 gênero vai entrar no estudo. Deixa até federação.

2829
2830 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
2831 **Pública)** – E se nós deixássemos assim: *“O Conasp saliente, entretanto, que o programa*
2832 *deve levar em consideração projetos voltados para área de segurança pública e outros temas*
2833 *serão discutidos na 18ª Reunião”.* Pelo que eu entendi, é a questão da violência e da
2834 valorização profissional, é isso, Élder? A questão é colocar a questão da violência e a questão
2835 profissional. Eu sei, mas é porque está ela e não estão as outras. **(intervenções fora do**
2836 **microfone).** Sim, ou coloca todos ou não coloca nenhuma.

2837

2838 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Eu acho que
2839 não deve ser colocada nenhuma. Tira esse parágrafo todo.

2840
2841 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
2842 **Estaduais - ANASPRA)** – “*As contribuições do Conasp ocorrerão por ocasião da 18ª*
2843 *Reunião...*” não falamos o que é e discutiremos tudo na próxima reunião.

2844
2845 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
2846 **– Fenaprf)** – Da forma que está aí, parece que estamos manifestando apoio projeto-piloto
2847 Brasil mais Seguro.

2848
2849 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Foi isso que foi
2850 aprovado.

2851
2852 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
2853 **– Fenaprf)** – O texto do jeito que está se não fizemos nenhuma ressalva ali embaixo, parece
2854 que estamos apoiando esse projeto de forma irrestrita. E não é isso. Por isso que eu ainda
2855 defendo...

2856
2857 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
2858 **COBRAPOL):** – Eu não posso referendar ...

2859
2860 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Gandra, me dê
2861 licença para nós lembrarmos. Eu fiz uma pergunta assim: será que temos maturidade para
2862 tirar um documento aqui? É melhor deixar para depois. Aí disseram: “Não, é melhor porque já
2863 viemos aqui fazer um documento de apoio generalizado e aí discutiremos depois”, foi isso que
2864 foi aprovado. Porque eu coloquei se tínhamos maturidade para discutir os assuntos porque
2865 temos que discutir todos os assuntos.

2866
2867 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
2868 **– Fenaprf)** – Almir, dá licença, um documento generalizado. De apoio generalizado não. Um
2869 documento generalizado sim, mas não de apoio.

2870
2871 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** – De apoio ao
2872 projeto piloto, foi isso que foi colocado. O projeto-piloto em Alagoas. Foi você mesmo, Marcos,
2873 que levantou a questão que não podíamos sair daqui sem o apoio.

2874
2875 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
2876 **– Fenaprf)** – Não, sem um documento.

2877
2878 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Sem um
2879 documento de apoio. Então, fizemos uma leitura sua diferente. Eu perguntei: “Tem maturidade
2880 para discutir um apoio? Vamos deixar isso para a próxima”. Pedimos, inclusive, para deixar
2881 para a próxima.

2882
2883 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
2884 **COBRAPOL):** – Eu acho que está havendo um equívoco. A iniciativa, nós apoiamos a
2885 iniciativa, mas, veja bem, como é que está lá a redação: “*Decide, portanto, apoiar o projeto-*
2886 *piloto...*”

2887

2888 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil) – E não é isso**
2889 **mesmo?**

2890
2891 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
2892 **COBRAPOL) – Mas, nós não estamos apoiando o projeto-piloto. Nós queremos alterar esse**
2893 **projeto-piloto. Agora, a iniciativa de ter esse Plano Nacional – Brasil mais Seguro – para**
2894 **Alagoas, sim, nós apoiamos essa iniciativa que é a necessidade de redução de homicídios.**

2895
2896 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil) – É a mesma coisa.**

2897
2898 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
2899 **COBRAPOL) – Não é apoiar o projeto, é apoiar a iniciativa. Aí tem um caminho muito grande**
2900 **entre um e outro, no meu entender.**

2901
2902 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
2903 **FNOP) – Pessoal, o que eu considere da hermenêutica deste texto para falar sinteticamente,**
2904 **é que nós apoiamos criticamente e é o que está dito ali. Nós apoiamos, mas queremos**
2905 **discutir, inclusive, incluindo contribuições ao plano. A leitura que se faz de fora é essa e eu**
2906 **acho que é essa a ideia que, grosso modo, nós conseguimos consensuar. Até onde nosso**
2907 **consenso chegou de que nós apoiamos o plano, mas ele precisa ser melhorado, nós**
2908 **queremos contribuir e podemos discutir na próxima reunião. Não há contradição (**falas****
2909 **concomitantes).**

2910
2911 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil) – Me desculpe, mas**
2912 **a presidência perguntou se tinha maturidade para isso e agora nós estamos modificando tudo.**

2913
2914 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
2915 **– Fenaprf) – O José de Ribamar traduziu bem o sentimento da maioria aqui.**

2916
2917 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil) – Qual é a diferença**
2918 **de iniciativa do ministério para plano piloto?**

2919
2920 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
2921 **– Fenaprf) – Tem diferença. Nós já temos um consenso aqui. A questão é: nós estamos**
2922 **divergindo como é um texto que não é para nossa leitura, é leitura dos outros, então, estamos**
2923 **tendo o cuidado de que os outros compreendam o nosso posicionamento. Isso não é**
2924 **discussão de mérito.**

2925
2926 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil) – Eu acho que**
2927 **deveríamos transferir para a próxima reunião. Nós não estamos tendo consenso.**

2928
2929 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
2930 **– Fenaprf) – Está ali: “*decide apoiar a iniciativa de um projeto-piloto*” tira o Brasil mais Seguro**
2931 **e mantém o outro parágrafo.**

2932
2933 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)**
2934 **- Eu posso fazer uma contribuição? Marcos, veja se fica bem assim: “*portanto, decide***
2935 ***contribuir para implantação do projeto-piloto...*”**

2936

2937 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Isso já foi de
2938 encontro à decisão que foi tomada. Que a decisão foi apoio, não pode tirar disso. Então, não
2939 pode tirar a palavra apoio.

2940
2941 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)**
2942 – Então, passa lá para o final assim: “*O Conasp apoia a iniciativa...*”. Fechou?

2943
2944 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Fechou.

2945
2946 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)**
2947 – Agora embaixo é a parte crítica. “*O Conasp salienta, entretanto, que irá aprofundar o debate*
2948 *sobre o projeto-piloto na próxima reunião*”, alguma coisa assim.

2949
2950 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** – “*que aprofundará*
2951 *o debate sobre o projeto-piloto e dará suas contribuições na 18ª Reunião Ordinária*”. José,
2952 não coloque mais não, deixe mais ou menos do jeito que está porque senão não aprovamos.
2953 Vamos acertar o parágrafo de baixo. Pronto. Fechou. Nós não fizemos outra coisa a não ser
2954 colocar tudo para a próxima reunião. Mas, está tudo bem. Vamos aos informes, antes de
2955 encerrar a reunião. Élder.

2956
2957 **O Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – Fonajune)** – Bem, o
2958 informe diz respeito a uma questão que já tratamos aqui no Conasp. Existe uma comunidade
2959 chamada Rio dos Macacos, uma comunidade quirombola, que existe há pelo menos 200 anos
2960 e essa comunidade está em um processo de disputa com a Marinha do Brasil pelo terreno. A
2961 Marinha chegou lá na década de 50 e hoje se diz dona da comunidade. Proprietário do
2962 terreno que a comunidade está. De forma que a comunidade está totalmente impedida de ter
2963 direito de ir e vir, direito de construir, direito de acesso à luz, à água, as necessidades básicas
2964 não são garantidas porque a comunidade está totalmente sitiada, os moradores não podem
2965 nem estudar e nem trabalhar no território porque a Marinha não deixa entrar ou não deixa
2966 sair. Domingo agora o dono do teatro Olodum foi fazer uma apresentação teatral na
2967 comunidade e foi impedido de entrar nessa comunidade. Isso está nas redes sociais. Penso
2968 que o Conasp deve discutir também essa questão de segurança pública, a relação dos
2969 agentes de segurança pública com as comunidades tradicionais, sobretudo as comunidades
2970 que estão na zona rural. Nós temos uma câmara que é de combate à discriminação, o João
2971 Francisco faz parte, a Cynthia também, a minha proposta é que essa câmara discuta não só
2972 esse caso, mas discuta essa questão da violência contra as comunidades tradicionais, antes
2973 da próxima reunião ordinária e que nesta reunião nós aproveamos o posicionamento do
2974 Conasp em relação a isso para que seja discutido com o Ministério da Defesa que é o
2975 ministério no qual volta e meia as comunidades tradicionais estão tendo conflitos. Então, eu
2976 acho que o Conasp precisa aparecer nesse processo, precisa contribuir, precisa se
2977 posicionar. A minha proposta é que a Câmara de Combate à Discriminação se reúna um dia
2978 antes da Reunião Ordinária, discuta a respeito dessa temática, que teve como situação
2979 emblemática aquela situação lá na Bahia, e formula alguma proposta e traga para o pleno.

2980
2981 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Regimentalmente,
2982 a câmara pode solicitar o trabalho, a continuidade, a sua tarefa, ela não precisa, ela já está
2983 em funcionamento, são só os componentes se comunicarem com a Secretaria Executiva e
2984 tentar marcar um dia antes da reunião e trazer isso para o plenário, se for aprovado na pauta.
2985 Não tem problema nenhum. Acho que seguir o caminho da Câmara é melhor caminho.

2986 Precisa passar pela Câmara para construir. Élder, encaminhe para a Secretaria Executiva o
2987 pedido de reunião da Câmara. Alguém tem informe antes de encerrarmos a reunião?
2988

2989 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Bem, A
2990 CNBB foi inclusive uma instituição que deu grandes contribuições nas discussões inclusive
2991 para a 1ª Conferência está convidando todos os seus conselheiros de política em nível
2992 nacional para uma reunião, 1ª Reunião, com os seus conselheiros, na terça-feira, no dia 17,
2993 exatamente para fazermos um panorama dos conselhos de que participamos e discutir
2994 também o perfil que deve ter os seus conselheiros da CNBB. Vai ser uma reunião importante
2995 para o nosso caminhar. Será aqui em Brasília.
2996

2997 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
2998 **COBRAPOL)** – Bem, nossa entidade, que representa os policiais civis no Brasil, decidiu em
2999 um congresso que tivemos em Manaus que nós iremos implementar uma política, uma
3000 campanha de carreira única na Polícia Civil. Entenderam os líderes que o caminho para se
3001 buscar uma otimização do trabalho da polícia judiciária será através de um Plano de Cargos
3002 nacional e instituir essa busca da carreira única, como já tem na Polícia Rodoviária Federal.
3003 Não é nenhuma novidade. Têm algumas, na maioria das polícias do mundo existe essa
3004 carreira única. No Brasil não tem essa carreira, então, vamos tentar buscar. Para isso, nós
3005 iremos fazer alguns seminários em cada estado e dentro dessa campanha nós iremos
3006 também fazer um raio-X da Polícia Judiciária no Brasil mostrando como funciona o trabalho,
3007 por exemplo, da Polícia Civil no Acre, lá em Santa Catarina e no Ceará para que o povo
3008 brasileiro tenha uma noção de como está funcionando as polícias porque a mídia do nosso
3009 país não diz como ela está, como que é atendido o cidadão naquela cidade distante onde vai
3010 ter que reter alguns casos, por exemplo, aqui mesmo em Goiás, aqui mesmo no Distrito
3011 Federal, há 40 quilômetros daqui, tem a fronteira do DF e começa Goiás e aí tem uma cidade
3012 que é a Cidade Ocidental, a Simone deve saber, a Cidade Ocidental é 28 quilômetros daqui
3013 onde nós estamos neste ponto, nós saímos do Distrito Federal e adentramos em Goiás. É
3014 uma cidade de mais ou menos cento e poucos mil habitantes e para fazer um registro é
3015 necessário que se percorra 45 quilômetros. Qualquer um que precisar da Polícia Civil vai ter
3016 que percorrer todos esses quilômetros. Isso é aqui pertinho, não estou falando do Acre, nem
3017 de Roraima. Estou falando daqui bem próximo do Distrito Federal, quer dizer, Polícia
3018 Judiciária já entrou em falência. Não funciona mais. Em nenhum estado do Brasil não
3019 funciona mais como deveria funcionar. Se houve algum furto, não há investigação. Ora, se
3020 não houver investigação para homicídio, como se vai investigar então o roubo uma televisão
3021 ou botijão de gás? Então, o trabalho da Polícia Judiciária estadual, que no caso é Polícia Civil,
3022 não funciona mais e temos uma previsão muito grave para isso, como forma mesmo de
3023 privatizar a nossa segurança pública. E aí nós então decidimos convidar um membro do
3024 Conasp para, até pela importância que nós damos para este conselho, visitar nessa caravana
3025 que vai percorrer o Brasil todo para fazer um raio-X, conhecer *in loco* como é que funciona a
3026 investigação, fotografar as delegacias, filmar, como é que o povo brasileiro quando precisa da
3027 Polícia Civil como ele é recebido, onde ele se senta, de que forma os nossos usuários
3028 maiores são recebidos. É isso. Vamos encaminhar um ofício à presidenta e alguém da
3029 sociedade civil, o convite é para a sociedade civil e não para gestores, somente para a
3030 sociedade civil, para esse segmento, que nós iremos levar esse conselheiro para onde for, no
3031 Brasil inteiro, ele vai estar conosco, se houver vontade.
3032

3033 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**
3034 **– Fenaprf)** – Só queria fazer o registro porque os policiais rodoviários federais estão
3035 mobilizados desde o dia de hoje realizando operações-padrão em todo Brasil, já há notícia de

3036 Porto Alegre de uma fila de mais de 5 quilômetros de congestionamento por conta dessa
3037 operação-padrão, onde lá foram mobilizados cerca de 350 policiais da ativa e aposentados. E
3038 amanhã nós faremos um ato aqui na Esplanada dos Ministérios terminando em frente ao
3039 Ministério do Planejamento onde nós teremos mais uma reunião da mesa negociadora, onde,
3040 além da valorização dos policiais rodoviários federais, estamos pedindo a inclusão no
3041 orçamento do ano que vem do nosso reajuste porque já estamos há mais de três anos sem
3042 reajuste salarial. Todos estão também convidados a participar desse ato. E é urgente porque
3043 o Ministério do Planejamento tem empurrado sempre com a barriga, tem dificultado essa
3044 negociação. Você chega lá e ninguém sabe de nada e tem prazo para incluir isso no
3045 orçamento do ano que vem termina no final deste mês. Então, estamos tentando sensibilizar o
3046 governo nessa questão de valorização e reajuste salarial.

3047
3048 **A Sra. Raquel Willadino Braga (Observatorio de Favelas do Rio de Janeiro)** - Só queria
3049 dar um informe muito rápido de uma atividade que vamos realizar aqui em Brasília na próxima
3050 quinta no âmbito da Conferência de Direitos da Criança e do Adolescente. O Observatório de
3051 Favelas tem produzido, todo ano, um índice de homicídios na adolescência e como resultado
3052 da divulgação anual desse índice, vários municípios nos procuraram pedindo apoio para
3053 elaboração de planos locais de prevenção á violência. Estamos lançando um Guia Municipal
3054 que apresenta diretrizes metodológicas para elaboração de diagnóstico locais e a construção
3055 de plano de prevenção com foco nos homicídios de adolescentes e jovens. Essa atividade vai
3056 mobilizar, a princípio, 46 prefeituras que colaboraram diretamente com essa construção e
3057 representantes de delegação da conferência, mas eu acho que pode ser um instrumento
3058 interessante de interlocução com os municípios a partir do lançamento. Depois vou
3059 disponibilizar para os conselheiros.

3060
3061 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Obrigado pela presença de
3062 todos. Está encerrada a 5ª Reunião Extraordinária do Conasp.
3063